

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Edição 50

Ano 19

Volume 3

Ciências Sociais

Aroldo Magno de Oliveira
(Ed./Org.)

2023

2023

2023

2023

Niterói – RJ

Revista Querubim 2023 – Ano 19 nº50 – vol. 3 – Ciências Sociais – 114p. (junho – 2023)
Rio de Janeiro: Querubim, 2023 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos.
I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor
Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Bruno Gomes Pereira
Carla Mota Regis de Carvalho
Elanir França Carvalho
Enéias Farias Tavares
Francilane Eulália de Souza
Gladiston Alves da Silva
Guilherme Wyllie
Hugo de Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
Joana Angélica da Silva de Souza
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luciana Marino Nascimento
Luiza Helena Oliveira da Silva
Mayara Ferreira de Farias
Pedro Alberice da Rocha
Regina Célia Padovan
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Adilson Rodrigues da Silva – A criação da Ordem Dominicana: o processo da chegada na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins	04
02	Alana Maidana Roesler et al – Somos todas iguais? Porque precisamos de um feminismo interseccional	20
03	Beatriz Silva Comarin – As possibilidades de atuação do assistente Social nos cuidados paliativos neonatais	26
04	Eduardo Felipe Hennerich Pacheco – Masculinidades virtuais: A influência do Twitter na construção/representação de uma masculinidade hegemônica para homossexuais cisgêneros	34
05	Giovana Smolski Driemeier e Juliana Zago – Psicodiagnóstico e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade	45
06	Jair Lopes dos Santos Junior et al – Participação popular e direito à cidade e a educação: Reflexões sobre a importância da gestão democrática	51
07	Juliana Zago e Giovana Smolski Driemeier – Toxicomanias: um olhar sobre os sintomas sociais contemporâneos	58
08	Marcos Rafael Andrade de Melo – Por uma educação para a existência e contra a massificação do sujeito: uma análise a partir de Adorno e Sartre	64
09	Marlene Almeida de Ataíde – A questão social e os dilemas na vida da(s) juventude(s) pobres: escola, trabalho e violência	72
10	Polyanni Dallara Dantas Oliveira – A arte como a verdade de um povo histórico na filosofia de Martin Heidegger	80
11	Sarah Lyssa et al – O empreendedorismo negro para a construção de oportunidades: um estudo de caso do Coletivo RPretas	88
12	Tarciara Pereira et al – <i>Royalties</i> de petróleo: um estudo bibliométrico	96
13	Vinícius Alves de Mendonça e Pedro Abelardo de Santana – Genealogia e formação kalankó: história e relações de parentesco entre indígenas do município de Água Branca - AL	105

A CRIAÇÃO DA ORDEM DOMINICANA: O PROCESSO DA CHEGADA NA REGIÃO DOS VALES DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS.

Adilson Rodrigues da Silva

Resumo

O processo de territorialização da Ordem Dominicanas nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins, iniciada no final do século XIX, é narrado por diversos autores, cada um buscando apresentar as especificidades e particularidades. Nesse sentido, esta pesquisa apresenta a criação da Ordem a partir da de suas desreterritorializações na Europa. Além disso, apresentando as suas chegadas no Brasil e mais especificamente nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins.

Palavras-chave: Frades Dominicanos; Vales dos rios Araguaia e Tocantins; territorialização;

Abstract

The territorialization process of the Dominican Order in the Valleys of the Araguaia and Tocantins rivers is narrated by several authors, each seeking to present the specificities and particularities. In this sense, this research presents the creation of the Order from that of its desreterritorializations in Europe, in Brazil and more specifically in the Valleys of the Araguaia and Tocantins rivers.

Keywords: Dominican friars; Valleys of the Araguaia and Tocantins rivers; territorialization;

Introdução

A presente pesquisa busca discutir a trajetória da Ordem Dominicana, desde sua criação, passando por sua retirada do território ocorrida na França, durante a Revolução Francesa, até sua chegada à região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins. A região que compunha á época o norte de Goiás, o sul do Pará e o sul do Maranhão, a partir do final do século XIX.

Partindo dessas considerações, busca-se apresentar aspectos da fundação da Ordem Dominicana (séc. XIII), os processos de desterritorializações sofridas na Europa(séc. XVIII) e, conseqüentemente, seu exílio da Espanha (1880) buscando compreender como esses processos foram importantes para a construção do projeto missionário da referida Ordem no Brasil. Além disso, apresentaremos nesse capítulo a preparação para a transferência ao Brasil(1880), a chegada à cidade de Uberaba dos primeiros frades(1881) e sua instalação na cidade de Goiás (1883), procurando promover uma discussão sobre as tensões presentes no contexto de seus primeiros anos no Brasil Central e como essas tensões e conflitos se relacionam com a reterritorialização no norte de Goiás e sul/sudeste do Pará (1887-1991), especialmente quanto às diretrizes evangelizadoras e civilizatórias desse grupo religioso na referida região.

Do ponto de vista do recorte temporal busca-se problematizar o período inicial da consolidação da Ordem na França, o processo da retirada da Ordem no território Espanhol a partir do final do século XVIII. Em um segundo momento, entre 1882 e 1933, no período de sua chegada ao Brasil, e mais especificamente nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins.

Para realizar essa investigação mobilizar-se os documentos escritos pelos membros da Ordem Dominicana, dentre elas relatos de memória e uma publicação em fascículos denominada Memórias Dominicanas. É necessário consignar que a Ordem Dominicana possuía um desejo de memória, então, alguns dominicanos descreveram as suas experiências, o cotidiano dos povos, o clima, a vegetação, os costumes e tantas outras características.

Dentre os documentos selecionados, em primeiro lugar, analisamos a obra do frade José Maria Audrin, “Entre sertanejos e Índios”, publicada em 1946², na qual consigna a vida e a morte de Dom Domingos Carrerot, apresentando várias informações sobre a ação apostólica dos missionários dominicanos desde a França. Embora se perceba a vontade do frade em narrar as vivências de Carrerot no território goiano, muitas vezes traumáticas e outras vezes nem tanto, essa obra acaba revelando uma série de práticas religiosas, das experiências e das estratégias dos sertanejos.

Outra obra analisada em nossa investigação é “Os sertanejos que eu conheci”, publicado em 1963³ por Frei Audrin. Nessas memórias Audrin descreve os vales dos rios Araguaia e Tocantins, buscando analisar as práticas culturais dos sertanejos e especialmente o cotidiano e a construção dos rituais fúnebres, dos santos de devoção, das vestimentas, dos costumes culinários, dentre tantos outros. Essas memórias revelam uma variedade de manifestações culturais e representações religiosas, bem como a modificação do cotidiano dos sujeitos que viviam no território.

Dentre os documentos analisados está presente também a Coleção Memória Dominicana, documento esse que foi publicado em forma de artigos livros de memórias e relatórios de viagens. Como se sabe, o tal documento que reunia uma ampla variedade de memórias “daqueles frades ou irmãs, que batalharam no passado em nosso torrão natal, deixando sulcos profundos em sua passagem: sua vida, seus trabalhos” (FREI ALANO, 1934, p. 1), é um periódico semestral publicado no Brasil entre o final da década de 1980 e a década de 1990. Ela contém 52 fascículos⁴.

²Sobre os indígenas ver os seguintes números: v.28 Face a face com os Garotires, extraído das Missions Dominicaines, de 1932, de Frei Luiz Palha. O v.29 Índios Carajás, Frei Luiz Palha, extraído das Missions Dominicaines, 1930. O v.30 Xavantes: os fantasmas da mata virgem, Frei Luiz Palha, extraído das Missions Dominicaines, 1937. O v.32 Índios da Prelazia de Conceição do Araguaia, extraído das Missions Dominicaines, 1938. O v. 33 Índios Tapirapés, extraído do Mensageiro do Rosário, 1915 e das Missions Dominicaines, 1925. O v.35 Lendas e Costumes indígenas, extraído Mensageiro do Rosário, 1939. O v. 36 Tribos indígenas na Prelazia de Conceição do Araguaia, Mensageiro do Rosário, 1938. O v.39 Reminiscências Missionárias, por Luiz Palha, extraído do Mensageiro do Rosário, 1939.

³Os sertanejos que eu conheci está dividida em duas partes. A primeira parte contém dez capítulos, todos eles apresentam algumas características comuns entre os sertanejos. O capítulo I, II e III Narra sobre as caçadas e as pescarias dos sertanejos sobre as matas e rios de Goiás. O capítulo IV. Apresenta o trabalho no campo e os sistemas de colheitas. O capítulo V narra sobre a alimentação, produtos alcançados através da caça, da pesca e da lavoura. O capítulo VI apresenta as moradias dos sertanejos, os móveis e as construções das casas. O capítulo VII fala sobre as vestimentas dos sertanejos, as confecções de roupas de algodão, de pele e das fibras. O capítulo VIII apresenta sobre os tipos de doenças comuns na região e os remédios utilizados para combatê-las. O capítulo IX apresenta sobre as diversas possibilidades de viagens dos sertanejos, poderiam se locomover por terra e por vias fluviais. A segunda parte da obra apresenta sobre as “mentalidades e costumes dos sertanejos”, ela contém dez capítulos. O capítulo I narra sobre as características dos sertanejos, ou seja, a sua forma física e seus traços artísticos. O capítulo II, III e IV apresenta sobre as diversas religiões encontradas no mesmo espaço, as formas dos rituais, das festas, dos sentimentos religioso, das promessas, as orações oferecidas aos santos, as superstições como: os feitiços, as pragas, o Quebranto etc. O capítulo V. fala sobre a família, sobre a realização dos casamentos e dos funerais. O capítulo VI narra sobre o convívio dos sertanejos e as suas cortesias. O capítulo VII apresenta sobre a fisionomia das escolas, como os missionários trabalhavam, como era a forma de descanso do governo. O capítulo VIII fala sobre os deveres e direitos dos povos sertanejos. O capítulo IX discuti sobre as relações entre os índios e os sertanejos. O capítulo X narra sobre as violências ocorridas em Goiás, a imposição dos jagunços, as lutas armadas e as características dos jagunços.

⁴O primeiro volume da coleção de memória dominicana apresenta narrativas sobre as bibliografias: O v.1 Frei Gil Villanova apóstolo dos índios (1851-1905), por Frei Ephrem Lauziere em 1934. O v.2 Frei Vicente de Mello: primeiro dominicano brasileiro (1854-1881), por Frei Reginaldo Fortini. O v.3 Frei Guilherme Vignau: missionário companheiro de Frei Gil Vilanova (1865-1903), por Frei Ephrem Lauziere (1938). O v. 4 Frei Estevão Gallais e sua Obra Missionaria, por Frei Ephrem Lauziere (1939). O v.5 Frei Angelo Dargaignaratz (1854-1881), por Frei Ephrem (1938) e o v.6 Frei Raimundo Anfossi (1858-1915), por Frei Ephrem (1938). Ov.7 Frades Dominicanos no Brasil, por Frei Jacinto Lacomme (1922). O v.8 Frei Gil de Vilanova e suas excursões Missionárias em Busca dos Índios, sem autor e sem data. O v.9 Frei Antonio Sala, por Frei R. Bonhomme, 1937. O v.10 Rádio Educadora do Araguaia, por Frei Alano Porto Nacional, sem autor e sem data. O v. 11 D. Frei Domingos Carrerot: Bispo de Porto Nacional, sem autor e sem data. O v. 12 Cartas do Brasil, por Frei Estevão Gallais, são 83 páginas, escritas em 1883. O v. 13 Missões Populares Dominicanas, por Frei Alano, sem data. O v.14 Crônicas das Missão em Conceição do Araguaia (1896-1938), organizado por Frei Alano, reproduz artigos publicados nas revistas francesas da ordem e cartas enviadas pelos missionários aos seus superiores, o mesmo foi feito no v.15 Crônicas da Missão Dominicana em Porto Nacional (1877-1936).

Os seus primeiros fascículos trazem textos sobre as experiências missionárias no Brasil Central, no final do Império e na Primeira República (1877-1936); e textos sobre a constituição de um plano de reforma da Igreja na diocese de Goiás, reforma essa que, mesmo sofrendo resistência, fosse capaz de agrupar e catequizar os indígenas no norte de Goiás e no sul e sudeste do Pará.

Na dimensão teórica selecionamos alguns autores que sustentam a abordagem interdisciplinar em cultura e território, conforme define o programa de pós-graduação a que se vincula essa dissertação. Se em uma visão da geografia clássica o território se apresentava restrito aos limites do espaço, do solo, do meio, da terra, ou seja, restrito aos limites daquilo que era visto ou propriamente sensível. No século XX essa ideia perde força e novos debates surgem em torno da ideia de território e mais propriamente sobre a perda ou não do território. Apropriando-se das discussões propostas por Rogério Haesbaert, Lucas Labigalini Fuini defende que o território possui:

uma dimensão espacial que se revela em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos com certo lugar. O território também assume um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os movimentos dos agentes e grupos entrando e saindo de territórios (tidos como seus e de outros) manifesta os processos de desterritorializações e (re)territorializações. (2017, p. 20)

Ou seja, o território se constitui de processos de dominação que estão fundados em dinâmicas de (des) reterritorializações que operam tanto no nível material (concreto, espacial), quanto no nível imaterial que engloba a construção das sensibilidades, dos imaginários, das identidades e das relações simbólicas. Além disso, ele possui múltiplas dimensões que podem estar articuladas ou desarticuladas, tais como a político-jurídica, a econômica, a cultural e a simbólico-religiosa. Rogério Haesbaert (2004), concebe que o território se constitui em uma multiterritorialidade dentro de um fenômeno chamado de territorialização. Conforme o autor, foi esse processo que possibilitou reconhecer o mito da desterritorialização, pois mesmo que ocorra tal evento, entende-se que há um movimento contrário que possibilita a reterritorialização, ou seja, a (des)reterritorialização é um processo dinâmico e em constante disputa (HAESBAERT, 2004). A partir dessa concepção podemos chegar à conclusão que o processo de desterritorialização é um ‘mito’, inclusive nas suas palavras é possível reconstruir e afirmar tais posicionamentos:

Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização, estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo (HAESBAERT, 2004, p. 19).

Assim, outros dois conceitos essenciais nessa investigação é o de processo cultural. Stuart Hall define que “a representação é a produção do significado dos conceitos da nossa mente por meio da linguagem”. (2016, p. 34). Iniciado no âmbito do pensamento, as representações não se restringem a ele, avançando para o meio físico por meio da linguagem, esta responsável pela construção de signos e símbolos que formariam significados ou uma rede de sentidos que, no conjunto, constituíram a cultura (HALL, 2016).

Ainda segundo Hall, “a cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas” (2009, p.128). Por outras palavras, ela seria democrática, socializada e negaria a ideia de que só a arte respira os privilégios de uma cultura, redefinindo a mesma como uma forma social que atribuiria significados partilhados para as sociedade ou grupos (HALL, 2009). No caso, a cultura instituiria e expressaria uma multiplicidade de aspectos da vida social, dentre elas as crenças, os valores, os imaginários, as práticas e as estruturas de sentido.

Por fim, para pensar as disputas que envolveram as territorializações nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins no contexto da permanência dos frades dominicanos na região é necessário trazer para discussão a ideia de poder simbólico constituído a partir do campo religioso. Pierre Bourdieu esclarece que:

num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.(2004, p. 7)

Para Bourdieu o poder simbólico se situa justamente onde é menos provável que se vá buscalo e, mais que isso, ele é exercido justamente porque muitos não percebido como tal, e assim, mobiliza-se em uma dimensão funcional distante de uma compreensão epistemológica como parte de um processo de dominação. Por outro lado, os que o exercem fazem-no por meio de estratégias que dificultam a percepção de que ele permeia muitas dimensões de diversos campos. No caso do estudo aqui proposto, a mobilização dessa noção pode contribuir para análise das formas de dominação empreendidas pelos frades da Ordem Dominicana.

No campo da investigação histórica a relação passado-presente se interconecta em meio as análises do objeto desejado, no que na ação do ofício do historiador a investigação crítica e racional norteia e possibilita na compreensão da realidade. Na definição de Marc Bloch a problemática na investigação possibilita compreender o não dito nas fontes.

Todo processo de investigação apresenta-se uma problemática, ou uma questão levantada, ou seja, a problemática na pesquisa pode surgir através de [...] uma dúvida ou uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais (MYNAIO, 1994, p. 18), nesse sentido, essa pesquisa não é diferente buscamos problematizar as práticas religiosas dos sertanejos e indígenas no sertão Amazônica, assim no primeiro momento podemos analisar que as características constituída nas ações dos mesmos estar entorno de um vivido religioso repleto de disputas sociais.

Nesse sentido, o projeto inicial da Ordem Dominicana após chegar ao Brasil era promover a conversão dos povos indígenas da região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins. No imaginário dos missionários esses povos eram sujeitos miseráveis, que viviam perdidos no imenso sertão goiano, exercendo práticas religiosas pagãs, mergulhadas na pobreza local e que deveriam passar por um processo civilizatório.

Dessa maneira, segundo a Coleção dominicana “(...) o certo é que muitos destes índios não conhecem ainda o Deus verdadeiro e aquele que Deus enviou ao mundo para nos salvar Nosso Senhor Jesus Cristo. São pagãos, infiéis” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, v.20, s.d, p.24).

Capítulo I

Do exílio em Salamanca para os sertões de Goiás: as narrativas dos dominicanos na reconstrução da sua trajetória.

Nesse capítulo discutiremos a Criação da Ordem Dominicana, seus processos de (des)reterritorializações na Europa e no Brasil e principalmente o projeto de implantação e consolidação dessa Ordem na região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins, a partir do fim século XIX. A ideia central é discutir como se apresenta o projeto de instalação dessa Ordem religiosa no Brasil com ela pressupõe uma dada concepção dos sertões brasileiros e, conseqüentemente dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins.

A Ordem dos Pregadores foi fundada no ano de 1216 pelo clérigo São Domingos de Gusmão, no sul da França (BRESSANIN, 2015, SANTOS, 2009). As suas bases foram sendo construídas em meio ao movimento medicante⁵, em pleno período medieval. Entre os séculos XII e XIII a cristandade medieval começava a ser questionada por grandes movimentos, tais como, grupo de heréticos⁶, os Cátaros ou Albigenses⁷, que se posicionavam contra, não só aos ensinamentos religiosos, mas também às ações da Igreja Católica. (BRESSANIN, 2015, SANTOS, 2009). Domingos de Gusmão, durante o período medieval, buscava legitimar a sua Ordem de frades pregadores. É durante esse período que também começava a ganhar força um forte grupo de pregadores chamados de Cátaros, os quais começavam a modificar o cotidiano dos católicos no Sul da França (BRESSANIN, 2015).

As pregações buscavam alterar o cotidiano e a vida dos católicos. Domingos de Gusmão junto com seus companheiros buscavam conseguir a permissão do Papa Inocêncio III para a fundação da Ordem Dominicana em Toulouse, porém, somente após Honório III assumir o cargo de novo Papa foi que Gusmão conseguiu a referida aprovação (BRESSANIN, 2015, SANTOS, 1996). Apesar da aprovação, a Ordem Dominicana encontrava-se com muitos problemas, tanto na parte administrativa, quanto política e religiosa. Ou seja, no contexto do século XIII, o processo de renovação, acompanhada pela crise econômica, abalava as colunas da Igreja Católica.

Edivaldo Santos (2009) afirmou que, logo que a Ordem Dominicana foi fundada, a mesma rapidamente se espalhou pelo mundo (SANTOS, 1996). Se considerarmos apenas a abordagem dada por Santos de que a Ordem Dominicana se ampliou de forma rápida e contínua, possivelmente não veríamos as dificuldades no processo de sua consolidação, como o crescimento do comércio e do desenvolvimento urbano, de um lado, e o surgimento de grupos sociais que lutavam contra as ideias da Igreja, de outro.

⁵ Segundo Bressanin, o movimento medicante surge no século XIII. Essa Ordem buscava apresentar às pessoas a religião cristã, de acordo com suas interpretações da realidade.

⁶ Esse grupo de pessoas, tinham como base os dogmas do Cristianismo Ortodoxo. Com efeito, baseava seus ensinamentos no cristianismo da Mesopotâmia do século III.

⁷ Para Bressanin, esse grupo de pessoas, acreditavam na luta do Bem e do Mal. Desde já, afirmava a existência de um deus criador que poderia libertar a alma das pessoas do bem material.

De qualquer forma, Gusmão após fundar a Ordem veio a falecer por causa de uma grave doença, deixando nas mãos dos seus companheiros a missão de prosseguir com a Instituição (BRESSANIN, 2015). Durante o seu tempo de consolidação os pregadores investiram nas pregações e nas construções de conventos nas cidades. É claro, esta ação tinha o propósito de delimitar e consolidar as bases dominicanas, ou seja, a ideia era constituir uma territorialização que sustentasse o ideário da Ordem, enquanto Instituição legítima na Europa.

A estratégia dos frades da Ordem Dominicana em construir conventos e igrejas nas cidades parece ser o reconhecimento de que não conseguiriam deter o avanço do mundo urbano e das mudanças por que passava a Europa a partir do século XIV. Assim, o surgimento de novos centros urbanos, artesões, comerciantes, fizeram com que, não apenas a religião católica como também os dominicanos se adequassem ao novo cenário religioso. Nesse contexto, as escolas, as praças, as casas, ou seja, os centros urbanos, foram lugares utilizados pelos dominicanos como forma de “restauração” dos privilégios eclesiásticos, ademais, é claro, obtendo novos membros para que pudessem ampliar, não apenas os poderes econômicos, mas também, políticos e religiosos. (BRESSANIN, 2015).

Tendo permanecido na França por cinco séculos (1290-1793), a Ordem Dominicana havia consolidado seu poder e influência, tendo, até o século XVIII, estabelecido 52 províncias no sul daquele país. Contudo, as ideias liberais começaram a questionar os privilégios eclesiásticos durante esse século e a ocorrência da Revolução Francesa agravou a situação da Ordem em território francês, pois o clima não era favorável à Igreja Católica, fazendo com que a ordem dos pregadores perdesse força e poder no referido país. (SANTOS, 2009).

O frade dominicano José Maria Audrin, na obra “Entre Sertanejos e Índios do Norte” (1946), na qual narra a vida de Dom Domingos Carrerot e ao mesmo tempo a trajetória da Ordem Dominicana, declara que:

A revolução de 1789 havia, sob o falso pretexto de liberdade de consciência, fechado igrejas e mosteiros, suprimido cultos e ordens monásticas, proibido, sob pena de morte, qualquer tentativa de restauração. Verdadeiro furor satânico, fruto lamentável da impiedade e da corrupção do século XVIII, o século dos Enciclopedistas materialistas e ateus (AUDRIN, 1946, p. 34).

Esse longo período de convulsões sociais transformou as ideologias, tornando a permanência dos frades dominicanos naquele país muito difícil, pois, além de perderem suas propriedades ao longo do século XIX, foram impedidos de propagar suas crenças por meio dos cultos religiosos o que, evidentemente, demonstrava o enfraquecimento da Igreja Católica e, conseqüentemente, da Ordem Dominicana em solo francês.

Outro aspecto definitivo para essa crise foi o surgimento de novos grupos sociais na França, os quais envidavam esforços para consolidar-se como hegemônicos e encerrar alguns privilégios econômicos que a Igreja detinha. Analisando esse momento histórico é possível concluir que o processo de desterritorialização dos frades dominicanos foi iniciado antes mesmo de sua expulsão, visto que como explica Haesbaert (2004) esse processo está ligado também à perda de “controle” sobre o território, ou seja, a desterritorialização dos dominicanos é operada ao longo do século XVIII e XIX por meio das diversas medidas de perdas de domínios que lhe foram impostas pelos governos franceses, o que culminou com sua expulsão, o que Santos defende ao afirmar que durante a metade do século XIX a Ordem Dominicana foi “reduzida a cinzas” (1996, p. 35).

Contudo, esse processo de desterritorialização da Ordem Dominicana tem seu capítulo principal em 31 de outubro de 1880, quando o governo francês lança “os famosos Decretos de expulsão de todas as congregações do território nacional” (AUDRIN, 1946, p. 35). Nas palavras de Audrin:

Um grave acontecimento tinha vindo, com efeito, perturbar a vida dos dominicanos Franceses. Como, aliás, todos os religiosos, acabavam de ser expulsos do território nacional, e depois de desapropriados de seus conventos e igrejas, pelo governo maçônico. É uma página bem triste e dolorosa da nossa História Francesa (AUDRIN, 1946, p. 34).

A perda de privilégios somada às desapropriações evidencia que o processo de desterritorialização da Ordem Dominicana baseava-se também na perda crescente de poder econômico, visto que a economia, como explica Haesbaert (2004) é uma das múltiplas dimensões do território. Por outras palavras, compreendemos que os privilégios eclesiais, tais como: as casas, os conventos, as igrejas, e tantos outros, foram tragados pelas políticas liberais empreendidas pelos grupos hegemônicos na França.

Acontecendo de modo a evidenciar que os frades dominicanos não eram bem vindos na França, temos o exemplo da invasão de São Maximino, sul da França, onde a Ordem se encontrava na época da expulsão:

O Prefeito do Departamento do Var [...] acompanhado por um forte contingente de policiais. Trazia também uma turma de operários, [...] chegou à porta principal do mosteiro e encontrou-a naturalmente fechada e solidamente trancada. deu então em voz alta as três intimações legais. Não obtendo resposta, mandou arrombá-la a machado e alavanca (AUDRIN, 1946, p. 35).

Marcadas pela presença de forças policiais e ações drásticas, tal como o arrombamento da porta, a desapropriação desse mosteiro foi realizada por meio de uma performance violenta que demonstrava, ao menos momentaneamente, que as ideologias católicas foram perdendo força em seu contexto. Por outro lado, os Superiores da Ordem Dominicana não estavam inertes durante esse conturbado processo, pois procuravam por todos os meios definir o lugar mais adequado para onde exilar os membros do grupo:

[...] os Superiores tinham de antemão escolhido e preparado um asilo seguro, para os jovens estudantes e noviços pudessem continuar sua vida religiosa, esperando lá tempos melhores [...] antes mesmo de terminar-se esse dia tão doloroso, as generosas vítimas empreendiam a longa viagem que devia leva-las ao exílio, em Salamanca, na hospitaleira Espanha (AUDRIN, 1946, p. 35).

Audrin evidencia em seu relato que uma das preocupações das autoridades da Ordem era garantir a continuidade da vida religiosa dos noviços e, dessa forma, garantir a permanência da Ordem, o que conseguem em Salamanca, Espanha. Essa inquietação dos Superiores dominicanos está ligada a compreensão de que a perda do território e das propriedades francesas não deveriam representar também um processo que levasse à perda de territórios simbólicos, e por isso a importância de se manter a “vida religiosa” apesar das circunstâncias.

Entretanto, embora Santos (1996), no seu espírito dominicano, tenha se esforçado em afirmar que o exílio representava uma “restauração” da ordem em meio ao período conturbado no século XIX, compreendemos que a ruptura do controle sobre o território, representou perdas materiais e simbólicas importantes, abalando suas estruturas econômicas, espirituais e de valores éticos e morais.

Capítulo II

A Ordem Dominicana do exílio em Salamanca à preparação para as Missões no Brasil.

Segundo José Maria Audrin (1946, p. 36) “era o dia 04 de novembro [de 1880], quando os exilados, tendo percorrido uma parte da Castela e demorado uns instantes em Medina Del Campo para vender as relíquias de Santa Tereza, avistaram enfim Salamanca”. A chegada em Salamanca também é descrita por Audrin (1946, p. 38):

A recepção feita aos exilados franceses foi a mais cordial e caridosa possível, apesar das recordações da invasão napoleônica. Não somente o Bispo diocesano, Dom Isquierdo, mas as autoridades civis manifestaram-se cheias de benevolência para os pobres proscritos da República. Cumpriam aliás ordens expressas emanadas da Côrtes de Madrid. Quanto a instalação no convento de um pessoal tão numeroso, efetuou-se rápido e completa, graças aos cuidados paternos do então Mestre geral da Ordem, o espanhol Padre José-Maria Larroca; graças também aos comités de socorros constituídos em diversas cidades francesas. A crônica conventual acrescenta: graças à caridade dos Padres Jesuítas, lembrados sempre da veneração do seu Santo Fundador Inácio de Loyola para com seu santo patrício, São Domingos de Gusmão.

Após a recepção acolhedora e a instalação no convento, Audrin esclarece que os frades retomam suas atividades religiosas em Salamanca, emitindo “os votos simples e solenes, recebe[ndo] as Ordens sacras” (1946, p. 37). Considerando a abordagem de Haesbaert sobre a articulação entre (des) reterritorialização, compreendemos que a Ordem Dominicana, no seu processo de desterritorialização, já iniciava a ação de reterritorializar-se. Desse modo, o movimento no território diverso, no caso Salamanca, possibilitava a referida ação. Audrin esclarece esse movimento de reterritorialização ao destacar que em Salamanca a Ordem reinicia os estudos, retoma os “ofícios litúrgicos e outras práticas da vida claustral” (AUDRIN, 1946, p. 38).

Portanto, embora saibamos que o processo de desterritorialização abra espaço para que haja mudanças nas práticas sociais da comunidade, dos grupos e dos sujeitos, ela não tem o poder de extinguir por completo as ritualizações e as práticas sociais já estabelecidas. Quando analisamos os relatos de Audrin, por exemplo, verificamos que os estudos, as liturgias e das práticas sociais dos dominicanos foram sendo desenvolvidas dentro do novo território. Ou seja, enquanto os dominicanos se instalavam em Salamanca começavam, concomitantemente, a construir o seu território e projetar a expansão da Ordem.

É certo, ainda, que no ano mesmo de sua expulsão, os dominicanos, ainda situados na França, haviam aceitado sair em missão para o Brasil:

Os superiores da Província de Toulouse haviam, no ano mesmo da expulsão, resolvido aceitar um Missão no Brasil. Alguns dos exilados de Salamanca tinham já atravessado o oceano e fixado suas tendas em Uberaba e Goiás. Dessas regiões longínquas chegavam cartas e relações pitorescas e fervorosas, narrando os primeiros trabalhos da evangelização dos sertões, manifestando desejos e esperanças de novas entradas em procura dos selvagens a catequizar (AUDRIN, 1946, p. 41).

Dois aspectos merecem destaque nesse relato de Audrin. O primeiro é a visão idílica que ele tem acerca da vida no Brasil: “relações pitorescas” e “esperanças de novas entradas” demarcam sua impressão primária sobre as missões de catequização dos povos indígenas, o que talvez tenha impedido que ele compreendesse totalmente as dificuldades da empreitada. O exílio e o entusiasmo com as emissões no Brasil estão ligados, visto que, já em Salamanca e concomitantemente à efusiva recepção, Audrin escuta de seus Superiores o apelo às missões e rememora: “daí um dia [ele] partira rumo ao Brasil”.

O segundo é o propósito de “catequizar os selvagens” e “evangelizar os sertões” relaciona-se com dois pontos. 1) o “espírito aventureiro” dos jovens noviços dominicanos; 2) a concepção de civilização e o projeto civilizados da Ordem Dominicana.

Quanto ao “espírito aventureiro”, Frei Gil Vilanova⁸, um dos dominicanos que posteriormente viria ao Brasil foi um dos frades que se entusiasmou com as possibilidades do trabalho missionário, porém tendo sido instado, em 1880, a realizar “uma série de conferências aos membros da Universidade de Salamanca” adotou a “obediência”, partindo apenas alguns anos depois em, 1887, após o fim do exílio, o que se deu em 1886. (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, v.20, s.d, p. 2).

A proposta missionária sustentava-se justamente nesse tipo de espírito, a qual buscava “certas almas tocadas de uma graça toda especial, [para] o apostolado conquistador, que consist[ia] em ir para longe estender as fronteiras do reino de Deus [pois] anexar novas províncias [seria] mais sedutor ainda” (GALLAIS, 1942, p. 56). O frade dominicano Estevão Maria Gallais descreve aqui o tipo de noviço ideal para as missões no Brasil: “frades com alma de conquistador” Mas, para além disso, ele coloca a pedra angular da vinda ao Brasil: conquistar, estender fronteiras: territorializar.

Contudo, como se daria esse processo? Em primeiro lugar era necessário que o candidato a missionário estivesse pronto e o treinamento, segundo Gallais, era austero, sendo necessário estudos de teologia e das ciências sacras, além de, é claro, aprender outra língua, no caso, o português. (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, v.20, s.d, p.2)

No processo de preparação por meio dos estudos, surgia a compreensão do propósito missionário com apresentado acima, no caso, a relação entre catequizar, evangelizar e civilizar, o que em seu conjunto seria operada nos interstícios do processo de territorialização no Brasil. Edivaldo Santos afirma que “a ação do missionário é uma consequência lógica de suas concepções teóricas”, ou seja, ele enfatiza que as ações e as concepções dos dominicanos relativas às missões no Brasil estavam baseadas nas doutrinas católica cristã.

⁸ Gil Vilanova, formou-se em Direito na Universidade de Salamanca, tendo entrado para a Ordem Dominicana em 13 de maio de 1875; tornou-se um dos professores do convento, ministrando aula para os jovens estudantes. (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, v.20, s.d, p. 2).

Contudo, observamos que as concepções dos missionários dominicanos estavam imbuídas antes de mais nada de uma dada concepção de civilização, à qual balizou suas práticas no território brasileiro. Conforme o relatado na Memória Dominicana:

Os Estados Unidos do Brasil, são agregados humano que conhece todos os graus de civilização, desde a cidade muito moderna como o Rio de Janeiro, São Paulo, Baía, Belém do Pará e tantos outros, como a aldeia de miseráveis choupanas indígenas, perdidas nas matas virgens desertas dos grandes rios (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, v.20, s.d, p.21).

Enquanto o universo das cidades era considerado lugares civilizados pelos frades dominicanos, os sertões onde viviam os povos indígenas eram descritos como espaços perdidos, distantes do progresso, habitados por miseráveis.

A conquista desses territórios selvagens seria realizada em um duplo movimento: de um lado, catequizar o indígena trazendo-o à luz da fé cristã; de outro lado, produzir como resultado da conversão o abandono do que os frades dominicanos denominavam de hábitos selvagens, pois como afirmou Vilanova ir ao Brasil seria encontrar-se no “extremo limite do mundo civilizado [...] do outro lado [nos sertões de Goiás e no sul do/sudeste do Pará estaria] o desconhecido [...] o país selvagem por excelência.” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, v.20, s.d, p.92).

Para compreendermos os sentidos de civilização para os frades dominicanos trazemos para a discussão o que ensina Norbert Elias na obra “O Processo Civilizador”. Para Elias (2004), definir o conceito de “civilização” é algo difícil, pois se refere a uma grande variedade de fatos: as ideias religiosas, o conhecimento tecnológico, os hábitos, ou até mesmo, o modo como se organiza e concebe a sociedade e o mundo. Ou seja, quando se trata do significado de civilização concebido pelos frades dominicanos é provável que ele perpassasse muitas dimensões: indo desde a conversão, passando pela mudança de costumes sociais e a alteração de comportamentos morais.

Contudo, como explica Norbert Elias (1994), a “civilização diz muito para o iniciado e pouquíssimo para o estranho, nunca se torna plenamente entendida para aqueles que não fazem parte do grupo e compartilha tais experiências, que não falam a partir da mesma situação” (ELIAS, 1994, p. 26).

Os modos como os frades dominicanos concebiam civilização, por experimentarem-na em seus universos sociais, nada representaria para os povos indígenas e sertanejos dos Vales, visto que esses grupos experimentavam o mundo social a partir de outras concepções. Assim, a ideia de levar a civilização a essa região por meio da catequese e evangelização esbarraria em uma dificuldade importante: as pessoas territorializadas nesses espaços não partilhavam dos códigos culturais que os dominicanos pretendiam instituir, derivando, dessa situação, uma luta por dominação.

Cabe lembrar aqui, que a ideia de conquista formulada pelos Superiores da Ordem Dominicana volta-se para a dominação do território material e físico, mas não somente isso, propõem também “chantar o estandarte da Cruz muito além das fronteiras, numa terra em que, desde o pecado original, Satanaz reina como senhor incontestado” (Gallais, 1942, p. 57). Ou seja, territorializar-se nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins faria parte de um processo que legitimaria a inclusão ou a exclusão de um grupo, sendo também uma forma de impor dominações simbólicas sobre os sujeitos existentes no território.

Assim, conforme apreendemos de Saquet (2007) o processo de territorialização, além de material, vinculado à ocupação do espaço, se faz também imaterial, pois a intencionalidade específica de cada grupo é impulsionada por disputas que envolvem crenças, relações de poder simbólico e interdições de práticas sociais repercutidas a partir das tensões ideológicas no movimento [que] está no território, [pois] território está em movimento e no movimento”. (2007, p. 161). Ou seja, as disputas de territorialização é impulsionada pelas condições que os grupos envolvidos tem de mover os limites capazes de ampliar seu controle sobre as multiterritorialidades. É com essas expectativas civilizacionais que os dominicanos partem da França - após o término do exílio na Espanha que durou até 1886 - para o Brasil, no ano de 1887

Embora a presença de alguns frades dominicanos no Brasil date do Período Colonial (BRESANIN, 2015), a constituição da Missão Dominicana no país ocorreu somente a partir do último quartel do século XIX. As conversas iniciais para a instalação da Ordem Dominicana no Brasil se deveram ao fato da referida Ordem ter recebido entre seus membros um brasileiro: o frade dominicano Vicente de Mello. Segundo relatos contidos na Coleção Memória Dominicana:

Por influência do Frei Vicente de Mello, e após numerosas démarches, D. Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro, convida oficialmente os dominicanos a se estabelecerem em sua sede episcopal (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, v.20, s.d, p.135).

Interessados que estavam em expandir seus territórios, os Superiores da Ordem rapidamente enviaram dois frades com a missão de entabular negociações sobre a instalação dos frades em território nacional. Audrin (1946, p. 48) relata que “dois dominicanos apontaram às praias da Terra de Santa Cruz em janeiro de 1878: eram eles Frei Damião Signerin e Frei Benedito Sans. Vinham munidos de valiosas cartas de recomendações dirigidas pela santa Terceira Dominicana, a Duquesa de Alençon, à Princesa Izabel [...]”. Estes dois dominicanos, na verdade, não vinham com o propósito de iniciar o trabalho missionário, mas para sondar as possibilidades de conseguir uma autorização Imperial para a instalação da Ordem Dominicana no Rio de Janeiro (SANTOS, 1996).

Segundo Audrin (1946, p. 48), esses dois dominicanos “desenvolverem múltiplas e penosas negociações” com o propósito de facilitar a entrada dos “estrangeiros religiosos” em terras brasileiras, pois como explica Audrin, “[...] o Soberano Dom Pedro II, ouvindo falar da vinda próxima dos Dominicanos, teria exclamado: “não precisamos aqui de Inquisidores!” (1946, p. 48). Ainda segundo Audrin (1946) foi a interferência da princesa Izabel que fez com que o imperador mudasse de opinião.

De qualquer forma, tendo ou não o Imperador mudado de opinião, no Brasil já estavam consolidadas duas outras ordens católicas, os Jesuítas e os Capuchinhos, o que tornava a entrada dos dominicanos um processo complexo. Sobre a tensão existente entre as Ordens Religiosas instaladas no país e os dominicanos que pleiteavam a entrada, cabe aqui observar que os projetos de expansão das territorializações das respectivas Ordens operavam permanentemente para legitimarem seus aparelhos de dominação e apropriação e sua autoridade narrativa, buscando a fixação no território das suas respectivas tradições.

No contexto dessas disputas intensificava-se e modificavam-se as estruturas de poder, as percepções sociais e o pensamento, pois como explica Pierre Bourdieu: o campo religioso “contribui para uma imposição dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações” (2005, p. 33).

No caso dos dois dominicanos o desconhecimento da língua nacional, o enfrentamento do calor e as poucas opções onde pudessem se hospedar dificultaram o processo de adaptação. De acordo com a Coleção Memória Dominicana, o missionário Frei Damião foi o primeiro a contrair a febre amarela, ocasião na qual buscou retornar a sua cidade natal, porém antes de chegar a bordo veio a falecer. Frei Bento Sans, seu companheiro de viagem, permaneceu no Brasil, no entanto, no mês seguinte retornou à França para cuidar de sua saúde, oportunidade na qual apresentou em detalhes as dificuldades de sua experiência no Brasil aos seus superiores. Mesmo que essa primeira investida missionária dos dominicanos no Brasil tenha fracassado, o empenho da Ordem não diminuiu.

De fato, no ano de 1880, o padre brasileiro Cláudio José Ponce de Leão, em uma de suas viagens até Roma, decide conhecer alguns frades dominicanos que se encontravam em Toulouse. Influenciado pelas pregações dos dominicanos, que exaltavam as missões, após retornar de viagem e ser nomeado Bispo da diocese de Goiás em 1881⁹, Ponce Leão apresentou aos superiores gerais dos Lazaristas um pedido para obter autorização para a vinda dos Dominicanos para a diocese (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, v.20, s.d, p.135).

A Coleção Memória Dominicana, o relato de José Maria Audrin e o de Estevão Maria Gallais trazem em suas narrativas sobre a implantação da Ordem no Brasil um aspecto comum: um desejo de memória que registre a história da Ordem e que ao mesmo tempo referende o seu papel missionário como uma dimensão inquestionável.

Assim, a intencionalidade do registro coloca em posição central a ida dos frades ao encontro da missão evangelizadora e por isso os memorialistas destacam que Ponce Leão ao rascunhar sua primeira carta pastoral teve pensamento: “contratar os dominicanos, [pois] ” ele pretendia empreender uma grande missão em benefício do seu rebanho e que iria abranger todo o território de sua vasta diocese (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, v.20, s.d, p.136).

Convite aceito, e conseguidas as autorizações imperiais: “a 6 de outubro de 1881 dois Padres e um irmão aportavam ao Brasil, e a 31 do mesmo mês chegavam em Uberaba. Registremos aqui os nomes desses pioneiros: Frei Raymundo Mandré, Frei Lazaro Mélizan. Irmão Gabriel Mole (AUDRIN, 1946, p. 48).

A “vocação heroica” do missionário dominicano   fundada nas memórias do próprio grupo religioso que, em uma a o planejada, registra suas experiências com o objetivo de fixar em sua memória coletiva acontecimentos selecionados. Esse modo de conceber a memória como documento e como monumento, para remetermos a LE GOFF (2003), está ligado a constru o dos processos de territorializa o simbólica do grupo nos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins, ao fixar a imagem dos frades dominicanos no imaginário social como missionários capazes dos maiores sacrifícios para salvarem almas, aumenta e consolida seu capital simbólico. Assim destacar o heroísmo dos três frades que desciam ao Brasil Central representava para a Ordem a fixar sua “sagrada missão”, “apostolado conquistador”, na memória do grupo. (GALLAIS, 1942, p. 56)

Em 1881, os três frades, depois de tr s de viagem a cavalo, chegaram a Uberaba (MG) que, conforme informa o de Audrin (1946), era ainda muito atrasada, sendo instalados por Dom Cláudio “um vasto prédio colonial, construído pelo Capuchinho Frei Paulino, junto à igreja de Santa Rita. Nessa casa e nesse humilde santuário inauguraram seu ministério apostólico no Brasil (1946, p. 49).

⁹ A diocese de Goiás compreendia o atual estado de Goiás, Tocantins e uma parte do Estado de Minas, sendo conhecida como o triângulo mineiro.

É interessante observar que a “Coleção de memória dominicana”, afirma que “a casa que iriam morar não ficou pronta a tempo. [Tendo que ir hospedar-se durante quinze dias com o Frei Paulino de Fungnano, frade Capuchinho, que morava no Largo da Misericórdia” (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, v.20, s.d, p.136). Buscando construir uma distinção entre dominicanos e capuchinhos, os primeiros representam os segundos como “capelães” religiosos que viveriam isolados dentro das matas dos rios Araguaia e Tocantins (BRESSANIN, 2015). É claro que as disputas por sentidos narrativos evidenciam as tensões do processo de territorialização em Uberaba.

Se por um lado, os dominicanos concebiam que sua missão seria, por meio da catequese dos indígenas, trazer a civilização aos sertões do Brasil Central; por outro, entendiam que os capuchinhos estariam destinados ao isolamento onde permaneceriam à margem do progresso e, dessa forma, seriam um entreve ao projeto de territorialização da Ordem Dominicana. A legitimidade auto reconhecida dos dominicanos produziu efeitos no cotidiano do convento e na condução dos seus ritos e rituais religiosos. De fato, desde o início esses frades demonstravam insatisfação com seus alojamentos e anunciavam a necessidade de fazer uma reforma substancial na casa recebida por empréstimo dos capuchinhos. COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, v.20, s.d, p.136).

Havia uma disputa social entre esses grupos religiosos, disputa essa capitaneada pelos dominicanos e que recebia influência direta das discordâncias desse grupo quanto os modos de conduzir as liturgias e os ritos católicos pelos capuchinhos. A principal queixa dos dominicanos se relacionava ao fato das missas não serem administradas em língua portuguesa o que fez com que os mesmos passassem a fazer na língua nacional suas pregações dominicais durante a missa e a lecionar o catecismo nas escolas, [além] de recitar-se o terço, canta[r]-se as ladainhas, [e administrar o sacramento], práticas que tudo que esses frades afirmavam não ser realizado pelos capuchinhos. (COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, v.20, s.d, p.138).

O que essas Ordens religiosas disputavam era o território religioso, posto que conforme defende Haesbaert ele “de qualquer forma, define-se de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder (HAESBAERT, 2007, p. 54). Além disso, sendo relação de poder, o território extrapola o campo político, podendo ser disputado no campo religioso por meio estratégias simbólicas (BOURDIEU, 2005). Para os dominicanos, administrar as missas e ritos em língua portuguesa, era uma estratégia simbólica, pois facilitava a compreensão e aceitação de suas pregações, o que era um ponto central da doutrina dessa Ordem.

Seguindo o que apresenta Bourdieu (2005) sobre os modos de legitimação do campo religioso, as ações dos dominicanos em Uberaba foram realizadas com o propósito de legitimar seu poder simbólico junto a sociedade e ‘domesticar’ os capuchinhos e, ao mesmo tempo, buscando atuar de forma “relativamente autônom[a] [em função] de uma necessidade de ‘moralização’ e de ‘sistematização’ das crenças e práticas religiosa” (BOURDIEU, 2005, p. 34).

Essas disputas e tensões vividas em Uberaba pelos dominicanos se estendem aos outros territórios percorridos pelos frades dessa Ordem no Brasil, muito disso em razão de seu interesse em sistematizar as práticas religiosas nos sertões. Sua transferência, inicialmente para o norte de Goiás e depois para o sul do Pará, segue esse mesmo padrão, encontrando nas relações sociais dessa região elementos que ampliam os jogos de poder.

Considerações finais

A presença e territorialização dos frades da Ordem Dominicana nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins foi um projeto de intervenção da Igreja Católica no Brasil proposto desde a partir dos últimos 25 anos do século XIX. Contudo, devido às diversas desterritorializações sofridas pela Ordem na Europa no final do século XX, esse projeto foi sendo adiado e sofreu adequações. Nesse sentido, para pensar a territorialização desses frades foi necessário compreender como essa Ordem foi estruturada e organizada em torno da ideia da evangelização e da política de missão, a qual se baseava na ideia de levar a Igreja Católica para o “mundo selvagem”.

Sem dúvida como discutido no capítulo I uma ideia que atravessa totalmente o projeto de instalação dos dominicanos no Brasil é a ideia de lugar distante, bravio e bárbaro, como vemos nas palavras de Gallais e de outros dominicanos. A chegada no Brasil, a transferência para Uberaba, porta do Brasil Central à época, e por fim as primeiras investidas em Goiás colocam os dominicanos em contato com uma realidade que assusta, mas também que encanta, pois segundo eles poderiam cumprir sua missão: levar a salvação aos sertões.

O entusiasmo inicial se baseava na autocompreensão de que a Missão do Tocantins era a oportunidade de colocar “os soldados de Cristo” em contato com as provações do e provar sua fé trazendo a conversão aos sertanejos. Para além das dificuldades de adaptação ao clima e à natureza, as dificuldades logo surgiram em compreender os “costumes” do clero regional fez com que diversos conflitos e tensões se instalassem, evidenciando que a impressão dos frades de que seriam recebidos de “braços abertos” não se confirmaria. O território não era uma página em branco havia padres e Ordens que estavam instalados desde muito tempo e em função disso tinham tradições e costumes que provocaram estranhamentos nos frades dominicanos e dificultava sua territorialização desde o início.

Esse estranhamento se reproduziu em relação aos sertanejos também, parte dos frades dominicanos esperavam que o processo de territorialização nos vales dos rios Araguaia e Tocantins seria baseado na evangelização e na aceitação tácita dos rituais que esses religiosos queriam implantar. Os bens de salvação, tais como batismo, casamento, extrema-unção, eram de interesse dos sertanejos, mas estes, na ausência costumeira dos representantes da Igreja Católica, haviam construído repertórios culturais com o objetivo de atenderem suas próprias necessidades de religiosidades, o que fazia com que os frades lutassem de diversas formas para instituir os rituais e ritos que consideraram adequados aos cristãos.

Referências bibliográficas

- AUDRIN, José Maria. **Os Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. BERTRAND BRASIL, Rio de Janeiro, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Coleção de Estudos, Ed.6, São Paulo, 2005.
- BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. **Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de Goiás**. Goiânia, 2015
- CAIXETA, Vera Lúcia. **Médicos, Frades e Intelectuais: Leituras sobre os sertões do Brasil Central (1882-1935)**. Curitiba: CRV, 2014.
- _____. **Narrativas do contato: Frei Gil de Vilanova (o.p.) e os povos indígenas dos vales dos rios Araguaia e Tocantins (1888-1896)**.
- _____. **Os sertões em ruínas? Imagens do Norte de Goiás nas narrativas de Arthur Neiva e Belisário Penna: Caminhos da História: sugestões para pesquisa no ensino superior**, Org. ALMEIDA, Vasni de. VIEIRA, Martha Victor. Ed. CRV, Curitiba, 2013, p. 127-137
- _____. **As “Santas” Missões Dominicanas em Goiás no Final do século XIX**. Ed. Escritas, Vol. 5, n.1, 2013, PP. 127-144.
- CARVALHO, Carlota. *Sertão: subsídios para a História e a Geografia da História*. 3ª edição revista e ampliada. Imperatriz-MA: Ética, 2006.

- CERQUEIRA, Francisco Januario da Gama. Rel. Pres. Província de Goiás, ano 1859. In: **Memórias Goianas 7**. Sociedade Goiana de Cultura/Centro de Cultura Goiana. Goiânia: UCG, 1997. p. 207-95.
- _____. Pres. Província de Goiás, ano 1859. In: **Memórias Goianas 8**. Sociedade Goiana de Cultura/Centro de Cultura Goiana. Goiânia: UCG, 1997, p. 22-105.
- _____. **Os sertões em ruínas? Imagens do Norte de Goiás nas narrativas de Arthur Neiva e Belisário Penna**: CAMINHOS DA HISTÓRIA: Sugestões para pesquisa no ensino superior. COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA. Juiz de Fora, s.d.
- CORMINEIRO, Olívia Miranda. MEDEIROS, Euclides Antunes. **Catolicismo popular e poder simbólico: Narrativas e representações sobre Frei Francisco de Monte São Vitor em Boa Vista–GO (1841-1859)**. Revista Brasileira de História das Religiões, ANPUH, Ano VII, n. 19, vol. 7, Maio 2014 - ISSN 1983-2850 <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/index>, 2014.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma História dos costumes, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 1, 1990.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1992.
- FERREIRA, Karla Vanessa. **Histórico da febre amarela no Brasil e a importância da vacinação anti-amarela**. Artigo. 2011. Disponível em: <http://arquivos.brasileiros.de.ciencias.da.saude>. Acesso em Junho. 2019.
- GALLAIS, Estevão. **O Apostolo do Araguaia**. Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Em busca dos pobres de Jesus Cristo: o pensamento de Bartolomeu de Las Casas*. São Paulo: Paulus, 1995.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios e Multiterritorialidade**: Um debate. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Artigo. 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em Outubro. 2020.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução; Daniel Mirante e Willian Oliveira. Rio de Janeiro; Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão chamado Brasil**. HUCITEC, 2 ed. São Paulo, 2013
- LIMA, Nísia Trindade. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Artur Neiva e Belisário Pena e na viagem ao Tocantins de Júlio Paternostro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 229-248, jul. 2009.
- _____. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.
- _____.; HOCHMAN, Gilberto. “Pouca saúde e muita saúva”: sanitarismo, interpretações do Brasil e ciências sociais. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Org.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- _____.; SÁ, Dominichi Miranda de. (Org.) **Antropologia Brasileira**: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LOBATO, Monteiro. **Problema Vital, Jeca Tatu e outros textos**. São Paulo: Globo, 2010.
- _____. **Urupês**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1995.
- MEDEIROS, Euclides Antunes de. **Encontros de Sangue: Cultura da Violência na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins – 1830/1930**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.
- MEDEIROS, Euclides Antunes de. SILVA, Luiza Helena Oliveira da. **Leitura interdisciplinar de uma narrativa Dominicana sobre Sertão e Sertanejos do Norte brasileiro na primeira metade do século xx: Diálogos entre história e sociosemiótica**. Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais – UEG/UnU Iporá, v.3, n. 1, p. 05- 30 – jan/jun 2014 – ISSN 2238-3565.
- NEIVA, Artur; PENA, Belisário. **Viagem Científica**: pelo norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. Edição Fac-similar. Brasília-DF: Editora do Senado Federal, 1999.
- POMBO, Olga. **Práticas interdisciplinares**. Ano 8, n: 15, Porto Alegre, 2004.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993
- RODRIGUES, Fernanda Silva. **A territorialização dos sujeitos de boa vista do Tocantins em Goiás: uma abordagem a partir da cultura de religiosidade –1840/1940**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Tocantins (UFT), 2019.
- SANTOS, Edivaldo Antônio dos. **Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 1996.
- SARAIVA, Adriano Lopes. **Festejos e Religiosidade Popular: O festejar em comunidades Ribeirinhas de Porto Velho/RO**. Dissertação de Mestrado. Universidade federal de Rodônia, UNIR / Núcleo de Ciências e Tecnologia, 2007. xi, 131f. : il. ; 31 cm

SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e Paisagem: Da construção Material á Representação:** Abordagens e Concepções de Território. Ed. Expressão Popular, Rio de Janeiro, 2007, pg 200.

VASCONCELOS, Pedro Fernando da Costa. **Febre amarela: reflexões sobre a doença, as perspectivas para o século XXI e o risco da reurbanização.** Artigo. 2012. Disponível em: <http://Rev.Bras.Epidemiol.Vol.5, Nº 2>. Acesso em Junho, 2019.

Enviado em 30/04/2023

Avaliado em 15/06/2023

SOMOS TODAS IGUAIS? PORQUE PRECISAMOS DE UM FEMINISMO INTERSECCIONAL

Alana Maidana Roesler¹⁰

Roana Funke Goularte¹¹

Carla Rosane da Silva Tavares Alves¹²

Resumo

O presente trabalho visa fomentar a discussão a respeito da necessidade de se pensar o movimento feminista sob uma perspectiva interseccional. Foi realizada uma análise do que é a interseccionalidade e, posteriormente, restaram demonstradas as razões pelas quais o feminismo deve ser trabalhado sob o viés da interseccionalidade. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de caráter hipotético-dedutivo. Trata-se como hipótese o entendimento de que como mulheres não somos iguais, pois somos múltiplas e, portanto, estamos expostas a uma ou mais formas (gênero, raça, classe, etc.) de opressão.

Palavras-chave: Gênero, Interseccionalidade, Formas de opressão.

Abstract

This presente work aims to promote discussion about the need to think the feminist movement from an intersectional perspectiva. Na analysis of what intersectionality is was carried out and, subsequently, the reasons why feminism should be worked under the intersectionality bias were demonstrated. For this, a hypothetical-deductive literature search was carried out. It is a hypothesis the understanding that as women we are not equal, because we are multiple and, therefore, we are exposed to one or more forms (gender, race, class, etc.) of oppression.

Keywords: Gender, Intersectionality, Forms of oppression.

Considerações Iniciais

Devemos sempre ter em mente a ideia de que, como mulheres, somos diversas, contudo, por muito tempo o feminismo tratou o ‘ser mulher’ de maneira universal. Ou seja, foi desconsiderada a existência de mulheres de raças, classes, religiões e orientações sexuais diferentes. Essa diversidade se apresenta sob duas perspectivas, a primeira diz respeito a um ponto em comum, o de que todas as mulheres sofrem com o machismo. Já a segunda perspectiva chama atenção para o fato de que nem todas sofrem com racismo, homofobia, transfobia, gordofobia, capacitismo, elitismo e/ou sistema hierárquico de classes, xenofobia, etc.

¹⁰ Mestranda Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Universidade de Cruz Alta (Unicruz)

¹¹ Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social na Universidade de Cruz Alta (Unicruz), Bolsista CAPES. Bacharel em Direito pela Universidade de Cruz Alta (Unicruz). Membro discente do Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos da Universidade de Cruz Alta e do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Linguagens e Comunicação da Universidade de Cruz Alta.

¹² Doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Professor titular da Universidade de Cruz Alta.

Ao adotarmos como premissa as múltiplas formas de uma mulher se inserir na sociedade, surge a indagação ‘Somos todas iguais?’, ela nos leva a refletir sobre a importância do movimento feminista considerar sempre as diversas formas de ser mulher em uma sociedade patriarcal, principalmente, pelo fato de ser um movimento que, dentre suas vertentes, prega a igualdade.

Sem a perspectiva da diversidade, pode ocorrer dentro do próprio movimento feminista a repressão de umas em relação às outras, porque a ideia de igualdade ignora a perspectiva de que, além da desigualdade de gênero, as mulheres também sofrem com outras formas de opressão.

Como abordamos anteriormente, os pilares da sociedade patriarcal afetam diretamente toda e qualquer mulher, porém algumas violências ocorrem em parcelas diferentes e específicas. Nesse sentido, Gomes (2015, s.p) discorre que:

O que temos em comum nos faz parte um dos outros, faz com que o reconhecimento seja mais fluido e essa relação faz parte do processo de desenvolvimento da nossa individualidade. Por incrível que pareça se enxergar no outro e fazer do outro um modelo para formação de si mesmo contribui para fazer de nós o que somos. Não podemos nos colocar todos no mesmo saco por sermos humanos, porque são inúmeras individualidades que nos separam e com elas percebemos lugares políticos e não nos permite, por mais que queiramos, ficar fora desse jogo de poderes. Infelizmente o que vemos dentro dos movimentos sociais e fora deles é uma busca por igualdade que acaba colocando todos do mesmo lado, quando sim existem lados diferentes e eles nos limitam e silenciam vozes, principalmente quando nos referimos à negritude.

A partir do reconhecimento das múltiplas faces do que é ser mulher em uma sociedade patriarcal e machista é que a interseccionalidade atua no movimento feminista. Desde 1970, temáticas como raça e classe são inseridas nas pautas feministas, de acordo com Hooks (2019, p. 20) as “[...] discussões sobre desigualdade de classe aconteciam no início do feminismo contemporâneo e precederam as discussões sobre raça”, entretanto, a definição de interseccionalidade ganhou popularidade e passou a ser alvo de debates há pouco tempo, por isso ainda é comum que existam dúvidas quanto ao seu significado.

Em razão da necessidade de propagar informações corretas e fomentar a discussão a respeito da temática, buscamos, nesta pesquisa bibliográfica de caráter hipotético-dedutivo, sem esgotar a matéria, contribuir com a compreensão do que é a interseccionalidade e qual a sua importância. Também, pretendemos explicar o porquê de ela ser necessária para a caracterização do movimento feminista contemporâneo, além de incentivar debates que contribuam para o esclarecimento do que é o feminismo.

Compreendendo a interseccionalidade

A opressão, assim como a dominação, está presente em todas as sociedades e pode ser identificada por meio de manifestações que se dão, geralmente, em razão de gênero, raça e/ou classe social. Entretanto, é impossível realizarmos uma comparação entre eles, sem criarmos uma espécie de hierarquia onde um seria mais importante e, conseqüentemente, demandaria mais atenção e seria mais debatido pelos movimentos, é por isso que os diversos tipos de opressão devem ser sempre vistos de forma interligada (COLLINS, 2000). Nesse contexto, Crenshaw (2002, p. 117) afirma que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências [sic] estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Na mesma ideia, a partir de Pochay (2011, p.28), podemos pensar a interseccionalidade “[...] como um modo de problematizar o que nos faz humanos ou não”, ou seja, a abordagem interseccional nos traz questões sobre como o encontro das diferenças sociais interferem, de forma direta ou indireta, no contexto de cada seguimento e como estes agem sobre os mesmos e sobre os demais. Assim, a problematização através da análise interseccional sobre as diferenças sociais permite a reflexão sobre a forma como cada opressão se articula, seja por gênero, raça, classe, corpo, etc.

Em sentido semelhante, Crenshaw (2002) aponta que a interseccionalidade permite a visibilidade das múltiplas formas de ‘ser’ em uma sociedade sem reduzir as características de cada forma a um único princípio, de forma que não haja uma hierarquização das desigualdades¹³ e que todas sejam objeto de debate, com o intuito de atenuar a promoção e manutenção das mesmas.

Collins e Bilge (2020, s.p.) afirmam que “a interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas”, isso se dá pela investigação de como “as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” e, assim, essas características diversas “[...] são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente”.

Compreendemos, então, a interseccionalidade como uma espécie de ferramenta analítica utilizada para identificar problemas e injustiças sociais, de maneiras variáveis e abordando as diversas questões políticas, ao mesmo passo que acaba sendo considerada um meio de resolução de problemas. Isso, porque, identifica e captura as conseqüências estruturais e dinâmicas das interações existentes no sistema de subordinação e se trata:

[...] da forma pela qual os sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam posições sociais e como as ações e políticas específicas geram opressões que circulam ao longo de tais eixos constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. Abordar de forma interseccional nos possibilita a realização de estudos mais precisos a respeito de possíveis causas e efeitos das desigualdades sociais em suas diversas combinações (PERPÉTUO, 2017, p. 5).

A interseccionalidade, segundo Rodrigues (2013, p. 6), é um conceito que permite dar visibilidade às várias formas de 'estar' no mundo sem cair em “[...] um reducionismo de um princípio unificador comum, mas sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão”. A partir desses conceitos, há a possibilidade de estudarmos uma multidimensionalidade social envolvendo raça, gênero, classe e orientação sexual, permitindo a desconstrução de conceitos impregnados, naturalizados e, conseqüentemente, reproduzidos em nossa sociedade.

¹³ Sobre a hierarquização das desigualdades, Ribeiro (2019, p. 123) atenta para o fato de que “[...] pensar a interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isoladas, porque são indissociáveis”.

Nesta ideia, alguns movimentos sociais fazem uso da interseccionalidade para abordar uma gama de categorias em seu ativismo, isso ocorre, porque a partir dela é possível debater sobre diferentes enfoques várias problemáticas sociais. Quanto a sua aplicabilidade em movimentos sociais, veremos, a seguir, que a interseccionalidade, como ferramenta analítica, ao ser utilizada por mulheres ativistas, inseriu na pauta do feminismo discussões que englobam diversos segmentos, como o racismo, o sexismo, a pobreza, etc.

O feminismo precisa ser interseccional

Muito embora o feminismo não seja um movimento recente¹⁴, o desconhecimento sobre seus ideais de luta ainda gera impressão negativa não só do movimento, mas também de seus adeptos. Ainda podemos nos deparar com pessoas que, de forma equivocada, veem o movimento feminista apenas como um grupo de mulheres que querem ser iguais aos homens; de mulheres que odeiam homens; dentre outros estigmas que, diante da desinformação, o feminismo carrega.

Desde o início, o movimento feminista possuía segmentos, Hooks (2019) aponta duas polarizações, sendo elas o feminismo revolucionário que não queria apenas alterar o sistema existente, mas transformá-lo e acabar com o patriarcado; e o feminismo reformista que enfatizava apenas a igualdade de gênero e que hoje é conhecido como feminismo contemporâneo. A autora também explica que o pensamento feminista reformista direcionou toda a sua atenção para a igualdade em relação aos homens, no âmbito de mercado de trabalho, e acabou abandonando as suas origens radicais, cujo objetivo era a reforma e reestruturação da sociedade, sob o viés antissexista.

Em sentido semelhante, porém especificamente sobre o feminismo no Brasil, Pinto (2003) discorre acerca da existência de um conjunto de manifestações que permitiram a identificação de duas tendências que ocorreram no final do século XIX e se estenderam pelas três primeiras décadas do século XX. A primeira tendência é classificada pela autora como um feminismo bem-comportado, por possuir um caráter conservador e não questionar a opressão da mulher, já a segunda tendência é chamada de malcomportado, pois as mulheres defendem o direito à educação e falam abertamente sobre a dominação masculina, bem como abordavam temas que, para a época, eram delicados, como a sexualidade e o divórcio.

Hooks (2019, p. 13) define que o “[...] feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” e, a partir dessa conceituação, vemos que o foco do feminismo vai além do sexismo, objetivando também o combate à opressão. Sobre a opressão é necessário considerarmos todos os seus pontos (raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, etc.), pois as mulheres são afetadas por vários sistemas de subordinação, ao mesmo tempo.

A subordinação feminina é tão comum que se torna um aspecto natural da vida, passando despercebida a sua acumulação, ou seja, apenas o aspecto imediato da opressão é identificado. Nessa ideia, Crenshaw (2002, p. 176) afirma que a discriminação “[...] poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo)”, é nesse momento que podemos identificar a importância da interseccionalidade no feminismo, pois é através dela que podemos perceber como “[...] as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação”.

¹⁴ Quando pensamos no feminismo brasileiro, Pinto (2003) identifica manifestações desde o século XIX.

A partir dessa ideia, constatamos que algumas mulheres sofrem duas ou mais formas de opressões, além da questão de gênero. Diante disso, é que se destaca a necessidade da utilização do olhar interseccional no movimento feminista, pois ela permite a adoção de diversas campanhas pelo fim de variados sistemas de opressão, isso porque, de acordo com Perez e Ricoldi (2019), a abordagem interseccional exige a consideração do intercruzamento das desigualdades, a identificação de grupos e a luta pela garantia de direitos.

Em alguns momentos, o movimento feminista adotou uma visão menos expansiva da realidade das mulheres e, como consequência, gerou um feminismo excludente, uma vez que a sua visão não se expandia para as experiências e realidades de todas as mulheres. Sobre essa característica excludente do feminismo reformista, Hooks (2019, p. 22) destaca que:

[...] elas poderiam se libertar da dominação masculina no mercado de trabalho e escolher mais livremente o próprio estilo de vida. Mesmo que o sexismo não tenha acabado, elas poderiam maximizar a liberdade dentro do sistema existente. E poderiam contar com o fato de existir uma classe mais baixa de mulheres exploradas e subordinadas para fazer o trabalho sujo que se recusavam a fazer. Ao aceitar, e de fato conspirar a favor da subordinação de mulheres trabalhadoras e pobres, elas não somente se aliaram ao patriarcado existente e ao concomitante sexismo como se permitiram o direito de levar uma vida dupla, em que são iguais aos homens no mercado de trabalho e em casa, quando querem ser [...].

Ainda sobre o feminismo reformista, Pinto (2003) aponta que a luta visava apenas à inclusão das mulheres à cidadania e sequer visava às alterações das relações de gênero. Em contrapartida o feminismo revolucionário/contemporâneo se desenvolveu buscando um movimento unificado, com objetivos de combate a todas as formas de opressão. A partir daí é que surgiu o que hoje podemos chamar de feminismo interseccional, que defende recortes de gênero, etnia, classe, orientação sexual, etc., justamente por reconhecerem que mulheres diversas partem de pontos diferentes da sociedade e, conseqüentemente, não sofrem juntas as mesmas opressões (HOOKS, 2019).

O feminismo interseccional apresenta-se de forma complexa, através de um conjunto de categorias e diferenciações que se interseccionam em diversos contextos históricos, contemporâneos e específicos, neste sentido Figueiredo e Martins (2020, p. 337) explicam que:

Os movimentos feministas atuais constituem uma dinâmica política contra a invisibilidade, sempre presente na vida das mulheres. **Com isso, passa-se a entender que existem diferentes formas de opressão que recaem sobre elas, que trazem a necessidade de uma luta articulada para o combate das mesmas.** É a pauta do racismo trazida pelas mulheres negras, a lesbofobia trazida pelas mulheres lésbicas, as diferentes identidades de gênero, tal qual a transgeneridade das mulheres trans e a opressão classista que recai sobre as mulheres pobres. Essas experiências não chegam de forma isolada e por isso não podem ser olhadas de forma desconexa, o que demanda o entendimento da necessidade de uma vertente teórica/metodológica e de uma prática feminista que dialogue e combata todo tipo de opressão sofrida pela mulher, que se unifica no gênero, mas não permanece apenas nele. Esses marcadores, tal qual o racismo, sexismo, xenofobia, sexualidade, gênero e outros, baseiam as vidas das mulheres, suas condições e a forma como lidam com a estrutura social e são tratadas por ela (Grifo das autoras).

Através desse entendimento, temos que o feminismo interseccional, além de enfatizar todas as dimensões da vida social, que não podem ser observadas separadamente, contribui para a identificação dos diversos sistemas de subjetivação, através de uma perspectiva transdisciplinar, que compreende as multiplicidades e pluralidades dos marcadores sociais que interseccionam a vida, sem produzir uma hierarquização e segmentação das opressões.

Considerações Finais

A partir da presente pesquisa, compreendemos que a interseccionalidade não é apenas uma teoria, mas uma forma de enxergar a realidade. É uma metodologia adotada pelos movimentos sociais para se interpretar e intervir no mundo. Isso, porque, permite a observação de como todos os fenômenos sociais agem de forma interligada, busca suas raízes e une um segmento a outro. Assim, temos que a interseccionalidade funciona como uma teia de aranha e demonstra todas as conexões existentes entre os diversos tipos de opressão.

Dito isso, identificamos que o movimento feminista deve ser interseccional, pois somente assim sua luta estará abarcando todas as relações humanas, incluindo todas as mulheres e observando as diversas identidades e realidades, sempre lutando pelo reconhecimento e pelo respeito a todas as formas de ser mulher no mundo.

Para o questionamento ‘Somos todas iguais?’ a resposta é não, pois cada mulher está inserida em uma realidade social, enquanto poucas sofrem apenas a discriminação por gênero, muitas sofrem além da desigualdade de gênero. Cada mulher parte de um ‘ponto’ diferente, com uma história diferente, por isso o feminismo deve, imprescindivelmente, possuir um caráter interseccional. Somente através da interseccionalidade é que será possível conciliar a luta contra a opressão de gênero com a luta de outras minorias (classe social, raça, orientação sexual, deficiência física, religião, etc.).

Referências

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em: 05 abr. 2023.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boi Tempo, 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2000.
- FIGUEIREDO, Priscila Silve de; MARTINS, Valéria Soares. **O feminismo interseccional na articulação do saber acadêmico e da ação política: reflexões a partir da experiência de um coletivo feminista**. ODEERE - Revista de Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Bahia, v. 5, n. 10, p. 334-344, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6780/5453>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- GOMES, Mara. **Não somos todos iguais**. Blogueiras Negras, 2015. Disponível em: blogueirasnegras.org/não-somos-todos-iguais/ Acesso em: 05 abr. 2023.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 8.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva**. X Congresso Latino-americano de Ciência Política. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf> Acesso em: 05 abr. 2023.
- PERPÉTUO, Cláudia Lopes. **O conceito de interseccionalidade: contribuições para a formação no ensino superior**. Simpósio Internacional em Educação Sexual, Maringá, 2017. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3159.pdf> Acesso em: 05 abr. 2023.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RIBEIRO, Djamilá. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.
- RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384446117_ARQUIVO_CristianoRodrigues.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

Enviado em 30/04/2023

Avaliado em 15/06/2023

AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CUIDADOS PALIATIVOS NEONATAIS.

Beatriz Silva Comarin¹⁵

Resumo

O presente estudo tem como objetivo apresentar as possibilidades de atuação do Assistente Social nos Cuidados Paliativos Neonatais, bem como provocar reflexões acerca da temática de Cuidados Paliativos Neonatais. Os Cuidados Paliativos são indicados para promover um cuidado centrado no vínculo materno e familiar, são indicados a neonatos que apresentam doenças sem possibilidade terapêutica de cura ou que possuem prognóstico reservado. O procedimento metodológico foi fundamentado numa revisão integrativa de sete produções científicas que abordaram o Serviço Social e os Cuidados Paliativos. Os artigos foram selecionados no banco de dados bibliográficos BIREME, Lilacs (Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde) e SciELO (Scientific Electronic Library Online). As considerações finais indicam que o Assistente Social possui um papel fundamental na equipe multidisciplinar dos Cuidados Paliativos e a nova forma de cuidar, principalmente no contexto da neonatologia, deve ser reconhecida por todos os profissionais da saúde.

Palavras-chave: Serviço Social; Serviço Social e Cuidados Paliativos; Cuidados Paliativos Neonatais;

Abstract

This study aims to present the possibilities for the Social Worker to perform in Neonatal Palliative Care, as well as to provoke reflections on the subject of Neonatal Palliative Care. Palliative Care is indicated to promote care centered on the maternal and family bond, it is indicated for newborns who have diseases with no therapeutic possibility of cure or who have a poor prognosis. The methodological procedure was based on an integrative review of seven scientific productions that addressed Social Work and Palliative Care. The articles were selected from the bibliographic database BIREME, Lilacs (Latin American Literature in Health Sciences) and SciELO (Scientific Electronic Library Online). The final considerations indicate that the Social Worker has a fundamental role in the multidisciplinary team of Palliative Care and new way of caring, especially in the context of neonatology, must be recognized by all health professionals.

Keywords: Social Work; Social Work and Palliative Care; Neonatal Palliative Care;

Introdução

A presente pesquisa surgiu como uma oportunidade de buscar respostas às diversas questões que atravessaram minha prática profissional enquanto assistente social de uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal referência em Alto Risco localizada na zona norte de São Paulo.

Após dois anos de prática no Programa de Residência Multiprofissional em Neonatologia, foram incontáveis os atendimentos em que as práticas paliativas cruzaram minha atuação profissional fazendo com que o interesse pelos Cuidados Paliativos Neonatais surgisse, bem como a motivação para implementação de uma equipe mínima para realização de atendimentos e acompanhamentos dos familiares e bebês durante sua internação e possível alta hospitalar.

¹⁵ Assistente Social graduada pela Pontifícia Universidade Católica - PUC. Pós-graduada em Neonatologia pela Residência Multiprofissional da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), conforme a resolução nº 383-99 o Assistente Social caracteriza-se como um profissional da saúde, fato esse reconhecido pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em sua resolução nº 218 anos antes (BRASIL, 1997), considerando sua responsabilidade de promover o bem-estar físico, psicológico e social.

Os Cuidados Paliativos surgiram em 1990 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) com o objetivo de cuidar integralmente de pacientes sem possibilidades terapêuticas de cura e seus familiares. Isso se dá a partir de uma equipe multiprofissional que considera os aspectos físicos, mentais, espirituais e sociais para o cuidado.

Posto isto, traçamos alguns pontos gerais que explicam os Cuidados Paliativos Neonatais e justificam a atuação do Assistente Social neste contexto e a partir deles foi possível reconhecer e compreender os limites e possibilidades para a implementação de uma equipe de Cuidados Paliativos em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal.

Cuidado paliativo neonatal: o que é?

Os Cuidados Paliativos nascem quase como uma filosofia humanitária de cuidado a pacientes que possuem prognóstico reservado, ou seja, doenças sem possibilidade terapêutica de cura.

Cuidados Paliativos são indicados para todos os pacientes (e familiares) com doença ameaçadora de continuidade da vida por qualquer diagnóstico, seja qual for a idade, e a qualquer momento a doença em que eles tenham expectativas ou necessidades não atendidas (SBGG, 2016, p.15).

Caracterizam-se por uma abordagem que contribui para a melhora da qualidade de vida dos acometidos pela doença e seus familiares que enfrentam problemas associados ao diagnóstico.

[...] a doença afeta individualmente o paciente, suas consequências afetam todos os que vivem ou trabalham com o paciente. O processo da doença desafia e até pode alterar os papéis familiares e a dinâmica do grupo. (SBGG. 2016. p.8)

Neste sentido, os cuidados paliativos abordam assuntos tanto quanto difíceis de serem trabalhados como a morte e doenças terminais, considerando os modelos hospitalocêntricos e curativos de atuação que nos deparamos cotidianamente nos serviços de saúde em que a assistência é feita de forma fragmentada e individual.

A Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP) pressupõe que os cuidados sejam feitos por uma equipe mínima composta por: um assistente social ou um psicólogo, um médico e um enfermeiro. A atuação deve ser feita de forma multiprofissional e interdisciplinar.

A filosofia dos Cuidados Paliativos propõe que o atendimento seja realizado por uma equipe multiprofissional que esteja capacitada e atue interdisciplinarmente (MELLO et al. 2018, p.618).

Em 31 de outubro, o Ministério da Saúde (MS) publicou, no Diário Oficial da União, a Resolução nº41, que normatiza a oferta dos cuidados paliativos no Sistema Único de Saúde (SUS) e que tornou possível definir diretrizes de cuidado e qualificar sua oferta. Conforme o Art. 3º,

- A organização dos cuidados paliativos deverá ter como objetivos:
- I.integrar os cuidados paliativos na rede de atenção à saúde;
 - II.promover a melhoria de qualidade de vida dos pacientes;
 - III.incentivar o trabalho em equipe multidisciplinar;
 - IV.fomentar a instituição de disciplinas e conteúdos programáticos de cuidados paliativos no ensino de graduação e especialização dos profissionais de saúde;
 - V.ofertar educação permanentemente em cuidados paliativos para os trabalhadores da saúde no SUS;
 - VI.promover a disseminação de informação sobre os cuidados paliativos na sociedade;
 - VII.pugnar pelo desenvolvimento de uma atenção à saúde humanizada, baseada em evidências, com acesso equitativo e custo efetivo, abrangendo toda a linha de cuidado e todos os níveis de atenção, com ênfase na atenção básica, domiciliar e integração com os serviços especializados.

Os princípios norteadores indicam que os cuidados paliativos devem estar disponíveis e serem ofertados em toda a rede de saúde, contemplando a atenção básica, ambulatorial, hospitalar, urgência e emergência.

- I.início dos cuidados paliativos o mais precocemente possível, juntamente com o tratamento modificador da doença, e início das investigações necessárias para melhor compreender e controlar situações clínicas estressantes
- II.promoção do alívio da dor e de outros sintomas físicos, do sofrimento psicossocial, espiritual e existencial, incluindo o cuidado apropriado para familiares e cuidadores;
- III.afirmação da vida e aceitação da morte como um processo natural;
- IV.aceitação da evolução natural da doença, não acelerando nem retardando a morte repudiando as futilidades diagnósticas e terapêuticas;
- V.promoção da qualidade de vida de modo a influenciar positivamente o curso da doença;
- VI.integração dos aspectos psicológicos e espirituais no cuidado ao paciente;
- VII.oferecimento de um sistema de suporte que permita ao paciente viver o mais autônomo possível até o momento de sua morte;
- VIII.oferecimento de um sistema de apoio para auxiliar a família a lidar com a doença do paciente e o luto;
- IX.trabalho em equipe multiprofissional e interdisciplinar para abordar as necessidades do paciente e de seus familiares, incluindo aconselhamento de luto, se indicado;
- X.comunicação sensível e empática, com respeito a verdade e a honestidade em todas as questões que envolvem pacientes, familiares e profissionais;
- XI.promoção da livre manifestação de preferências para tratamento médico através de diretiva antecipada de vontade (DAV);
- XII.esforço coletivo em assegurar o cumprimento de vontade manifestada por DAV;

As medidas paliativas eram colocadas em prática apenas no fim da vida ou momentos antes do falecimento. Ao passo que a medicina foi se aperfeiçoando e investindo no acompanhamento em saúde de crianças com doenças debilitantes e progressivas se fez necessário integrar o cuidado paliativo também ao início da vida.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece que os cuidados paliativos direcionados às crianças devem iniciar imediatamente após o diagnóstico de uma doença que não possui cura, devendo continuar mesmo que a criança não receba o tratamento. Este diagnóstico pode acontecer antes do nascimento, sendo feito durante os exames de pré-natal, por exemplo.

Os cuidados paliativos neonatais contemplam anomalias congênitas letais, limites de viabilidade, a própria prematuridade e recém-nascidos que não respondem mais a tratamentos curativos. São colocados em prática com medidas de conforto para o bebê, adotando condutas que visam minimizar a dor dos neonatos, evitando procedimentos desnecessários e promovendo a criação do vínculo entre recém-nascido e família.

Protocolos orientadores sugerem uma assistência multidisciplinar direcionada ao recém-nascido, à família e aos profissionais de saúde. O cuidado direcionado ao RN corresponde a medidas de conforto e controle de dor. Aos pais o atendimento é focado no acolhimento das demandas sociais, psicológicas e religiosas. Por fim, aos profissionais de saúde ressalta-se a necessidade de formação em Cuidados Paliativos Neonatais e o fortalecimento da equipe que acompanha o neonato com prognóstico reservado.

Os Cuidados Paliativos Neonatais possuem relevância crescente, no entanto existem muitas dificuldades em sua implementação como a incerteza do prognóstico, a dificuldade da família em elaborar o luto do *bebê imaginário* que é idealizado no pré-natal (MUZA, 2013), conflitos entre família e profissionais sobre o objetivo terapêutico, supervalorização dos cuidados curativos e falta de formação específica para a prestação de Cuidados Paliativos Neonatais.

O Serviço Social nos cuidados paliativos neonatais

O Assistente Social, enquanto profissional da saúde, possui um importante papel nos Cuidados Paliativos Neonatais em suas abordagens realizadas junto aos familiares dos neonatos. Compreende-se sua atuação como responsável por garantir bem-estar físico, psicológico e social a partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A profissão do serviço social promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações, e o empoderamento e libertação de pessoas para melhorar o bem-estar. Utilizando teorias comportamentais e apoio social, o serviço social intervém nos aspectos onde as pessoas interagem com os seus ambientes. Os princípios dos direitos humanos e justiça social são fundamentais para o serviço social (HUGHES *et al.*, 2014, p.4)

Sua atuação no contexto dos Cuidados Paliativos Neonatais se dá de forma multidisciplinar, que está preconizada na Resolução nº 557, de 2009. Do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que orienta a realização:

[...] buscando compreender o indivíduo na sua totalidade e, assim, contribuindo para o enfrentamento das diferentes expressões da questão social, abrangendo os direitos humanos em sua integralidade, não só a partir da ótica meramente orgânica, mas a partir de todas as necessidades que estão relacionadas à sua qualidade de vida (CFESS, 2009, p.1)

Suas competências estão de acordo com os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (CFESS, 2010) como realizar orientações individuais e coletivas, realizar encaminhamentos aos direitos sociais, construir perfil socioeconômico dos pacientes para aprofundar-se em sua realidade, possibilitar o acesso da população a um determinado serviço, garantir junto à equipe um atendimento humanizado, acolher as demandas que surgem durante o processo de internação do neonato.

- Democratizar as informações por meio de orientações (individuais e coletivas) e/ou encaminhamentos quanto aos direitos sociais da população usuária;
- Construir o perfil socioeconômico dos usuários, evidenciando as condições determinantes e condicionantes de saúde, com vistas a possibilitar formulação de estratégias de intervenção por meio da análise da situação socioeconômica (habitacional, trabalhista e previdenciária) e familiar dos usuários, bem como substanciar a prática dos demais profissionais de saúde;
- Enfatizar os determinantes sociais da saúde dos usuários, familiares e acompanhantes por meio das abordagens individual e/ou grupal;
- Facilitar e possibilitar o acesso os usuários aos serviços, bem como a garantia de direitos na esfera de seguridade social por meio da criação de mecanismos e rotinas de ação.
- Conhecer a realidade do usuário por meio da realização de visitas domiciliares, quando avaliada a necessidade pelo profissional do Serviço Social, procurando não invadir a privacidade dos mesmos e esclarecendo os seus objetivos profissionais e outros;

A atuação do assistente social tende a facilitar a comunicação entre família e equipe médica, pois a mesma promove acolhimento e diálogo para uma assistência humanizada e voltada para a realidade daquele indivíduo e daquela família como um todo.

Método

A coleta dos dados foi realizada por meio de uma consulta ao banco de dados bibliográficos BIREME e incluiu os artigos indexados nas bases de dados Lilacs (Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde) e SciELO (Scientific Eletronic Library Online).

Os descritores utilizados nesta pesquisa foram consultados na lista de descritores em Ciências da Saúde (DECS), com o objetivo de utilizar as palavras-chave adequadas para a pesquisa bibliográfica. Para identificação dos artigos, foram utilizados os descritores do DECS - Descritores em Ciências da Saúde: Cuidados Paliativos; Neonatologia; Humanização; Serviço Social.

Na etapa subsequente, foram selecionados os artigos de interesse para este estudo, considerando-se como critérios: artigos da área da saúde, ser um trabalho desenvolvido em âmbito nacional; estar disponível na íntegra em português online, abordar no resumo e/ou no título características e/ou aspectos sobre: Cuidados Paliativos Neonatais e a atuação do Assistente Social nos Cuidados Paliativos.

Resultados

Com as buscas realizadas na base de dados anteriormente citada e utilizando os descritores escolhidos, foi possível encontrar cinco artigos, escritos entre 2010 e 2021 que tratam das temáticas que deram origem a esta pesquisa.

Quadro 1 – Artigos identificados na busca por referência, autor, principais abordagens e resultado. São Paulo, 2023.

TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	PERIÓDICO	RESULTADO
Cuidados Paliativos: reflexões acerca da atuação do Assistente Social em âmbito hospitalar	CABRAL, <i>et al.</i> (2017)	II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina	Este artigo apresenta o conceito de paliar, contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas do mesmo. Possui como direção relacionar a temática com a intervenção do Assistente Social.
Cuidados Paliativos: uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde	HERMES: LAMARCA (2013)	Ciência & Saúde Coletiva	Este artigo trata a questão da morte e do morrer, tanto na visão tradicional como na contemporaneidade, e como o cuidado paliativo tem sido tratado nas categorias de trabalho de medicina, serviço social, psicologia e enfermagem.
O papel do assistente social na equipe	ANDRADE (2012)	Manual de Cuidados Paliativos-ANCP	Este artigo analisa o surgimento dos Cuidados Paliativos no mundo, além da sua inserção na saúde pública brasileira, os desafios enfrentados na compreensão desses cuidados e o papel do Serviço Social.
Trabalho do Assistente Social em Equipes Multiprofissionais de Cuidados Paliativos	SILVA: Oliveira (2017)	Sociedade em Debate	Este artigo analisa e discute as competências e o papel do Assistente Social na equipe multiprofissional de Cuidados Paliativos.
A prática do Assistente Social em Cuidados Paliativos	TAVARES; SOUSA; SANTOS (2017)	VIII Jornada Internacional Políticas Públicas	Este artigo problematiza a prática do Assistente Social na equipe de cuidados paliativos.
Protocolo de Intervenção do Serviço Social em Cuidados Paliativos	MELLO; LIMA; SERRANO (2019)	RCI – Revista Científica Integrada	Este artigo elabora um instrumental de parametrização do exercício profissional em uma Unidade de Cuidados Paliativos.

Discussão

A atuação do assistente social, segundo os artigos selecionados, está em consonância com os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (CFESS, 2010) como anteriormente citados nesta pesquisa. A atribuição enquanto educador se destacou devido a necessidade de democratizar o acesso aos temas de Cuidados Paliativos, morte, perda e luto.

Um fator importante observado durante a revisão é que não foi possível identificar um documento legal que norteasse a atuação do assistente social dentro dos cuidados paliativos, mesmo sem a especificidade neonatal.

No entanto, o artigo **Protocolo de Intervenção do Serviço Social em Cuidados Paliativos** apresenta, de forma instrutiva, um passo a passo para a prática profissional neste contexto, sendo eles: 1º passo: Acolhimento ao paciente ou familiar; 2º passo: Intervenção social para identificação de demandas sociais, psicológicas e/ou conjunturais; 3º passo: Realização de uma reunião multidisciplinar com familiares e pacientes para alinhar a nova realidade do paciente que está em cuidados paliativos; 4º passo: Acessibilizar, por meio de orientações, os direitos sociais do paciente; 5º passo: realização da alta responsável, ou seja, alta médica e social juntas; 6º passo: atendimento social após notificação de óbito e, por fim, o 7º passo: realização de uma carta de condolências aos familiares.

É importante ressaltar que as práticas citadas nos artigos contemplam os pacientes que já atingiram a idade adulta ou que, com algum recurso, conseguem se identificar enquanto indivíduo portador de uma doença, tendo ciência de sua condição de saúde.

Sendo assim, os Cuidados Paliativos nestes artigos são apresentados no fim da vida e quando abordamos os Cuidados Paliativos Neonatais, a família torna-se o principal indivíduo atendido e acolhido pelo Serviço Social, necessitando assim de uma abordagem diferenciada.

Considerações finais

O presente estudo possibilitou compreender o que são os Cuidados Paliativos Neonatais, bem como sua relação com o Serviço Social. Ambos se encontram quando a prática do cuidado necessita que o paciente seja atendido em suas dimensões físicas, sociais, psicológicas, espirituais e culturais. Para isso se faz necessário uma equipe multidisciplinar e um trabalho interdisciplinar.

A intervenção do Assistente Social nos Cuidados Paliativos Neonatais se dá ao aproximar-se do contexto social da família, no acolhimento ofertado, na identificação de demandas sociais, na aproximação da família do paciente a equipe multidisciplinar que os acompanham, na garantia de direitos sociais e na articulação e execução de um trabalho feito com a rede socioassistencial.

Na busca de materiais que abordassem a temática de Cuidados Paliativos Neonatais e Serviço Social me deparei com uma grande dificuldade de encontrar produções científicas que tratem da temática, sendo necessário ampliar este debate.

Neste sentido, o Assistente Social é um membro importante na equipe de Cuidados Paliativos Neonatais, pois possui conhecimentos técnico-operativos para trabalhar com as demandas que surgem neste contexto. Por fim, a proposta de Cuidados Paliativos é importantíssima na assistência neonatal e precisa ser reconhecida por profissionais da saúde, não somente Assistentes Sociais.

Referências bibliográficas

- ANCP – Academia Nacional de Cuidados Paliativos. **Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. São Paulo: ANCP, 2014.
- ANCP – Academia Nacional de Cuidados Paliativos. **Panorama dos Cuidados Paliativos no Brasil**. São Paulo: ANCP, 2018.
- ANDRADE, Letícia. O papel do assistente social na equipe. In: CARVALHO, Ricardo Tavares.; PARSONS, Henrique Fonseca. **Manual de Cuidados Paliativos ANCP**. Porto Alegre, 2012, p 341-344.
- ANDRADE, Letícia. **Cuidados Paliativos e Serviço Social um exercício de coragem**. Editora Setembro Holambra (SP), 2015.
- BRASIL. Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 20701, 28 ago. 1957.
- BRASIL. Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962. Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 5326, 15 mai. 1962.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS. Resolução nº 218, de 1997. de 06 de março de 1997. Regulamentação das profissões de saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 8932-33, 5 de mai. 1997.
- CABRAL, Sheylla B.; DAROSCI, Manuela; MARQUES, Aline A.; SILVEIRA, Scheila Rodrigues. Cuidados Paliativos: reflexões acerca da atuação do Assistente Social em âmbito hospitalar. **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2017.
- CHAVES, Inês. Cuidados Paliativos ao Doente com SIDA. **IX Congresso Virtual HIV/AIDS**. Disponível em: http://siquant.pt/aidscongress/Modules/WebC_AidsCongress/CommunicationHTML.aspx?Mid=38&CommID=160. Acesso em: 23 dezembro 2022.
- CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.
- CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução nº 383**, de 29 de março de 1999. Caracteriza o assistente social como profissional de saúde. Brasília: CFESS, 1999.
- CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução nº 557**, de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opinião técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. Brasília: CFESS, 2009.
- CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010.
- HERMES, Héli da Ribeiro; LAMARCA, Isabel Cristina Arruda. Cuidados paliativos uma abordagem das categorias profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n.9, Rio de Janeiro, set. 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórica metodológica. São Paulo: Cortez, 1996.
- MELLO, Isabella Luccas; LIMA, Hilda Manoela de; SERRANO, Luzia Cristina de Almeida. Protocolo de Intervenção do Serviço Social em Cuidados Paliativos. **RCI – Revista Científica Integrada**, São Paulo, v 4, n. 2, p. 1-18, 2019.
- MUZA, Júlia Costa et al. Quando a morte visita a maternidade: atenção psicológica durante a perda perinatal. **Psicol. Teor. prat.**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 34-48, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 jan. 2023.
- MELLO, Michele Ribeiro Vieira; OLIVEIRA, Marcia Terezinha de; SOUZA, Waldir. Uma análise sobre os Cuidados Paliativos no Serviço Social. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, v. 3, n. 2, p. 617-620, Curitiba, 2018.
- SILVA, Mabel Gonçalves da; OLIVEIRA, Lúcia Conde de. Trabalho do Assistente Social em Equipes Multiprofissionais de Cuidados Paliativos. **Sociedade em Debate**, v. 23, n. 1, p. 437-466, jun., Pelotas, 2017.
- SODRÉ, Francis. Alta Social: a atuação do assistente social em cuidados paliativos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 82, jul. 2005.
- TAVARES, Andrea Maria Oliveira; SOUSA, Debora Medeiros e SANTOS, Camila Teixeira. A prática do Assistente Social em Cuidados Paliativos. **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, 2017.

Enviado em 30/04/2023

Avaliado em 15/06/2023

MASCULINIDADES VIRTUAIS: A INFLUÊNCIA DO TWITTER NA CONSTRUÇÃO/REPRESENTAÇÃO DE UMA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA PARA HOMOSSEXUAIS CISGÊNEROS

Eduardo Felipe Hennerich Pacheco¹⁶

Resumo

Busca-se no presente artigo refletir acerca da influência da rede social Twitter na construção/representação de uma masculinidade hegemônica para os homens homossexuais cisgêneros. No percurso metodológico da pesquisa, a netnografia e o estudo de caso ampliado corroboraram com a investigação e análise que resultaram neste artigo. Os resultados encontrados apontam que as redes sociais têm influenciado na representação de uma masculinidade que almeja a hegemonia e impactam nos comportamentos, estilos de vida e relações sociais dos homens gays cisgêneros.

Palavras-chave: Masculinidades; Twitter; homossexuais cisgêneros.

Abstract

This article seeks to reflect on the influence of the social network Twitter in the construction/representation of a hegemonic masculinity for cisgender homosexual men. In the methodological path of the research, netnography and the extended case study corroborated the investigation and analysis that resulted in this article. The results found point out that social networks have influenced the representation of a masculinity that aims for hegemony and impacts the behaviors, lifestyles, and social relationships of cisgender gay men.

Keywords: Masculinities; Twitter; cisgender gay men.

Introdução

A construção social da(s) masculinidade(s), ou como a cientista social australiana Raewyn Connell¹⁷ denomina de “Políticas da Masculinidade” (CONNEL, 2017) é histórica, cultural e contingente. Para Connell e Pearse, apesar de não podermos “[...] pensar o ser mulher ou o ser homem como experiências fixadas pela natureza”, pois as “[...] pessoas constroem a si mesmas como masculinas ou femininas” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 39), toda a sociedade e “[...] cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens” (CONNELL, 2017, p. 190) e as mulheres. E nessas estruturas os indivíduos entendidos como pertencentes ao gênero masculino “[...] são pressionados a agir e a sentir dessa forma e a se distanciar do comportamento das mulheres, das garotas e da feminilidade, compreendidas como o oposto” (CONNEL, 2017, p. 190).

¹⁶ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, com período sanduíche no Doutorado em Estudos Feministas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Estágio de investigação doutoral no CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Bolsista (CAPES)

¹⁷ Raewyn Connell vivenciou uma transição de gênero após o falecimento de sua parceira (ADELMAN; RIAL, 2013), dessa maneira, alguns escritos e pesquisas de Connell ainda podem ser identificados com prenomes e nomes pessoais anteriores a sua transição de gênero.

Por ser histórica, cultural e contingente, a construção social das masculinidades – percebam que em si a masculinidade não é essencializada em uma única e possível forma, mas sim em diversas e diferentes variações – são constantemente criadas, ressignificadas e cambiadas nas redes sociais, uma vez que de acordo com Ressurreição, Silva e Farias (2022, p. 7) a “[...] recente evolução da tecnologia e a consolidação da internet modificaram tanto as relações na sociedade quanto as noções de tempo e espaço”, e porque não em modificações nas masculinidades e feminilidades?

Partindo desses pressupostos, busca-se no presente artigo refletir acerca de como a utilização da rede social Twitter, tem influenciado na construção/representação de uma masculinidade hegemônica para os homens homossexuais cisgêneros¹⁸.

O Twitter é uma rede social, fundada em março de 2006 com o objetivo de compartilhamento de conteúdos em tempo real. Em outubro de 2022 a rede social contava com cerca de 1.3 bilhão de contas, tendo estimativas de 500 milhões de tweets postados diariamente. No Brasil, a rede social possui 19 milhões de usuários ativos que utilizam a rede de múltiplas formas e impactam múltiplos setores da sociedade brasileira (basta lembramos da influência do Twitter durante o processo eleitoral das eleições de 2018).

Dada a relevância de números tão expressivos, a investigação dos impactos nas subjetividades e comportamentos causados pelas redes sociais é extremamente relevante, ainda mais, quando analisamos tais impactos pela ótica dos estudos de gênero e suas estruturas de ordenação social, ou como sugere Carvalho (2020, p. 364) quando afirma a urgência em “[...] discutir sobre a masculinidade nociva” que “[...] segmenta, cada vez mais, as opressões estruturais que os homens carregam em si e emanam para o outro”.

Nessa análise empreendida, a netnografia enquanto método de pesquisa foi utilizada. A escolha e utilização de tal método, corrobora com o pensamento de Soares e Stengel (2021) quando descrevem que as “[...] mudanças psicossociais ocasionadas pela internet requerem dos cientistas a criação de outras maneiras de estudo de seus fenômenos (Ferraz, 2019). Em um cenário cada vez mais digital, os métodos de pesquisa precisam acompanhar a realidade” (SOARES; STENGEL, 2021, p. 1).

No percurso metodológico da pesquisa 132 perfis do Twitter foram analisados e categorizados em quatro diferentes categorias. Em nosso recorte investigativo, apenas os perfis que continham publicações eróticas e pornográficas (fotos, vídeos e relatos) e fossem direcionados a homens gays cisgêneros foram analisados. No contexto da análise dos dados observados com o referencial teórico, o estudo de caso ampliado foi utilizado, pois o mesmo “[...] aplica a ciência reflexiva à etnografia, com o objetivo de extrair o universal do particular, mover-se do ‘micro’ ao ‘macro’” (BURAWOY, 2014, p. 42).

¹⁸ Para Gomes et. al. (2018, p. 1998) os conceitos de cisgeneridade e cisgênero referem-se “[...] a pessoas cuja identidade e expressão de gênero corresponde ao sexo atribuído ao nascimento”. Para maior aprofundamento sobre o conceito, sugiro a leitura do texto “O conceito de cisgeneridade e a produção de deslocamentos nas políticas feministas contemporâneas” (2015), de Rafaela Cotta Leonardo, Thayz Athayde e Fernando Altair Pocahy.

As categorias e suas características são as seguintes:

OnlyFans: Os perfis do Twitter analisados com essa categoria são de usuários que se utilizam da plataforma digital OnlyFans ou similares (Privacy, Unlockd, FanCentro, LoyalFans, Fansly etc.) “[...] com o propósito de conectar criadores de conteúdo digital e fãs” (PERES, 2022, p. 8). As prévias dos conteúdos, criados pelos usuários, são disponibilizadas em seus perfis do Twitter, como propaganda para os seguidores e/ou usuários assinarem a plataforma e pagarem pelos conteúdos, e/ou para despertar a curiosidade de possíveis assinantes. O compartilhamento das prévias dos conteúdos, em sua maioria são eróticos e atendem a uma variedade imensa de possibilidades que vão desde o sexo explícito amador e/ou profissional, até fetiches específicos como sadomasoquismo, coprofilia etc.

A OnlyFans popularizou-se principalmente com a pandemia de covid-19. Estima-se que a plataforma tenha cerca de 150 milhões de usuários em todo mundo e mais de 5 milhões são de criadores de conteúdos diversos. Tais usuários, abrangem desde as personalidades midiáticas até criadores de conteúdos anônimos, que atingem certo prestígio e popularidade devido aos conteúdos disponibilizados na plataforma. Esse sucesso da plataforma, principalmente em relação à conteúdos eróticos e pornográficos, corrobora com a tese do Filósofo Paul Preciado quando ele afirma que:

Hoje em dia, qualquer internauta que possui um corpo, um computador, uma câmera de vídeo ou webcam, uma conexão de internet e uma conta bancária pode criar a sua própria página pornô e acessar o cibermercado da indústria do sexo. O corpo autopornográfico emergiu inesperadamente como uma nova força da economia mundial (PRECIADO, 2018, p. 41).

Na categoria OnlyFans também foram incluídos os usuários que não possuem acesso a nenhuma plataforma digital específica para essa utilização, mas que criam, produzem e vendem conteúdos eróticos pelos chamados “Packs” e/ou “Packzin”. Os “packs” ou “packzin” referem-se aos pacotes de vídeos e fotos eróticos e/ou pornográficos, que são disponibilizados mediante ao pagamento. Esses usuários divulgam seus conteúdos em perfis do Twitter com prévias, métodos de pagamento (normalmente via pix) e links para ingresso nos grupos do Telegram (serviço de mensagens instantâneas). Os “Packs” são inseridos em plataformas de armazenamento na nuvem (Drives) e compartilhados com os usuários mediante ao pagamento, ou enviados diretamente pelo Whatsapp e Telegram.

Exibicionismo: perfis de usuários que postam conteúdos eróticos (fotos, vídeos e/ou relatos sexuais) no Twitter, sem o objetivo econômico/financeiro (como no caso da categoria OnlyFans). Os conteúdos postados são diversos, bem como suas motivações (não temos o objetivo no presente texto de entrar na alçada dos juízos morais ou da psicanálise). Os perfis dessa categoria, também se utilizam do Twitter para encontrar eventuais parceiros sexuais que se interessam pelos seus conteúdos (ou queiram participar/colaborar da criação de novos conteúdos), ou como possibilidade complementar de perfis em aplicativos de encontro online como o Grindr¹⁹, que permite vincular em seu perfil o link de sua conta no Twitter.

¹⁹Grindr é “[...] uma rede social com tecnologia geolocalizada que viabiliza encontros sexuais. Lançado em 2009 como um ‘radar gay’, teve como público inicial usuários cis-gays e homens que buscavam outros homens. Desde 2017, procurando ampliar seu alcance, o aplicativo vem modificando sua proposta, que passou a ser ‘conectar pessoas gays, bi, trans e queer’ a fim de ‘agregar a comunidade LGBTQ+’ (Grindr LLC, 2020). Atualmente o aplicativo consolida cerca de treze milhões de usuários pelo mundo” (CHRIST; HENNIGEN, 2022, p. 3).

Divulgação: perfis que divulgam conteúdos de outros perfis com o objetivo de promover, divulgar e engajar visualizações e Retweet's (replicar). Contam com grandes números de seguidores e postam/replicam conteúdos constantemente. É comum que as contas pertencentes as categorias OnlyFans e Exibicionismo, quando postam conteúdos inéditos marquem o @ das contas de divulgação para terem engajamentos nas postagens e de algum modo se vincule aos seguidores das páginas de divulgação.

Expectadores: perfis que não criam/postam conteúdos próprios, mas acompanham e replicam conteúdos que lhe agradam/interessam. Tal categoria é marcada exclusivamente pelo anonimato. Ícones e descritores de perfil são inexistentes em suas contas. Algumas contas são privadas e só podem ser visualizadas e interagir com seu proprietário somente com permissão prévia dele. Para Miskolsci (2009), tais características, parecem sugerir que,

A internet ampliou o armário duplamente: por ter introduzido nele muitos que jamais explicitariam desejos por pessoas do mesmo sexo – e que o fazem agora graças ao anonimato – e também porque a maioria das relações forjadas on-line já surge secretamente [...] não extinguiu a principal fonte de preocupação, sofrimento e solidão de muitos que compartilham desejos por pessoas do mesmo sexo: o segredo. O armário ainda parece ser o mecanismo de controle de suas vidas, no fundo, solitárias, já que vividas em um limbo comprimido entre a socialmente aceita e a secreta, em que tentam alocar seus desejos, prazeres e sonhos (MISKOLCI, 2009, p. 188).

A partir dessas categorias, nos concentraremos a analisar de que maneira elas têm influenciado na construção de uma masculinidade hegemônica para os homens cisgêneros homossexuais. Como nosso aporte teórico e metodológico baseia-se em uma perspectiva qualitativa, temos consciência que a análise dos dados representa uma interpretação possível e não definitiva da realidade.

Assim, o posicionamento na escrita, a valorização das experiências pessoais e a explicitação dos valores e vieses são “[...] características da boa pesquisa qualitativa” (CRESWELL, 2014, p. 173). Desse modo, a pesquisa qualitativa “[...] localiza o observador no mundo”, isto é, interpreta o mundo, em seu contexto natural, e, por meio da interpretação que os indivíduos lhe atribuem, movimentos esses que possibilitam tornar “[...] o mundo visível” e tais “[...] práticas transformam o mundo” (DENZIN; LINCOLN, 2011, p. 3).

Nesse sentido, o princípio norteador da pesquisa qualitativa é o pesquisar pesquisando, pois tal abordagem tem consciência de que “[...] as perguntas de pesquisa se modificam no meio do estudo para melhor refletirem os tipos de perguntas necessárias para entender o problema da pesquisa” (CRESWELL, 2014, p. 34).

Construindo/representando uma masculinidade hegemônica no Twitter

O campo de estudos acadêmicos sobre gênero e sexualidade são relativamente recentes e “[...] foi introduzido na literatura na década de 1970 pelos estudos e escritos dos grupos de feministas anglo-saxãs e estadunidenses”. Tais estudos, “[...] ampliaram os conceitos de sexualidade e as representações sociais dos conceitos de masculinidades e feminilidades” (HENNERICH PACHECO; FILIPAK, 2017, p. 66).

Sem dúvida a grande maioria dos estudos acerca de gênero/sexualidade – e suas imbricações e interseccionalidades com a raça/etnia, classe social, geração e demais características identitárias e sociais – buscaram, e buscam, dar visibilidade e trazer para o cenário, com maestria e urgência, a condição da mulher e do feminino e as violências e precariedades que o a subordinação de gênero promove em suas vidas, identidades e cotidianos. Todavia, tais análises contribuem imensamente para também se pensar a masculinidade como construção e representação social e entender que,

[...] apesar de os homens se beneficiarem das desigualdades da ordem de gênero, esse benefício não ocorre de maneira uniforme. De fato, muitos pagam um preço considerável. Meninos e homens que desafiam as noções dominantes sobre masculinidade por serem gays, afeminados ou considerados fracos são, às vezes, alvo de violência. Diferenças entre classes sociais e raciais também afetam os benefícios concedidos a diferentes grupos de homens. Homens que estão de acordo com as definições dominantes de masculinidade também podem pagar um preço por isso (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 43).

As afirmações sustentadas por Connell e Pearse (2015), vão de encontro com a análise que empreendemos pelos perfis do Twitter. Nelas nossa primeira constatação foi que, de fato os conteúdos postados pelas categorias Onlyfans e Exibicionismo e replicados pelas categorias Divulgação e Expectadores buscavam representar um ideal de masculinidade dominante.

Entende-se por representação o que Roger Chartier (1990, p. 17), define como “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. A constante intersecção entre os conceitos de construção e representação se faz necessária uma vez que, apesar de ser almejada, a construção de uma masculinidade hegemônica não consegue efetivar-se, porque ela não é uma essência em si, mas ela consegue ser representada e performativada nas redes sociais investigadas.

Dessa maneira, as representações “[...] são formulações mentais construídas por grupos com bases nas atitudes e vivências coletivas” (DUARTE, 2015, p. 360) e que devem ser percebidas como construções que, “[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17).

A representação dessa masculinidade dominante, que almeja a hegemonia, reforça os estereótipos clássicos de uma sociedade patriarcal, colonial, racista e heteronormativa²⁰. Nesse sentido, o “[...] universo masculino dito ideal é traduzido nas categorias de: jovem, heterossexual, cisgênero, branco, forte, rico e viril” (RODRIGUEZ, 2019, p. 277).

²⁰ Para Medeiros e Dias (2021, p. 410), “[...] conceito de heteronormatividade, cuja ideia central é de que a humanidade é pensada como sinônimo de heterossexualidade. Logo, ser humano seria automaticamente ser heterossexual, uma visão essencialista da sexualidade a partir da diferença sexual dos corpos. Ao conceito de heteronormatividade de Warner liga-se a cisgeneridade, que também ocupa lugar de superioridade no sistema hierárquico de gênero e sexualidade em que vivemos. Neste regime político e religioso, pessoas não cisheterossexuais são vistas como desviantes, anormais e pecadoras. Mais que isso, são social e fundamentalmente lidas pelas suas identidades de gênero e orientações sexuais como se não houvesse outras características que expressassem suas subjetividades e garantissem seus modos de existência”.

Para Connel e Messerschmidt (2013), a masculinidade hegemônica,

[...] se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Nesse movimento de captura e representação dessa masculinidade hegemônica, os conteúdos criados, divulgados e/ou replicados, em sua maioria, apresentam homens cisgêneros brancos com corpos torneados e que exalam virilidade. Em corpos não brancos, a virilidade masculina condiciona-se a “[...] prerrogativa de ser sexualmente ativo/penetrador” e “[...] demonstrada por corpo robusto associado ao pênis sexualmente funcional” (JESUS; OLIVEIRA, 2021, p. 71) e de proporções acima do esperado (dotados e/ou associados a medida do órgão como por exemplo: @23cm, @dot25cm etc.).

Expressões racializadas e metáforas zoomórficas como “Cavalo”, “Cavalão”, “Jumento”, entre outras, criam “[...] sentidos de dimensões e potências que cravejam” a imagem de corpos não brancos “[...] com aspectos animalizados, bestiais, aguçando mentes e desejos” (JESUS; OLIVEIRA, 2021, p. 72) e reforçando estereótipos que objetificam, animalizam e sexualizam indivíduos e corpos não brancos. Para Pacheco (2021), nessa estrutura, o que passa a predominar e funcionar é

[...] uma mecânica que promove uma verdadeira “distinção dicotômica hierárquica” (Lugones, 2008) de silenciamento dos “outros”. O “eu” referência, sempre é um “eu” branco, homem, heterossexual e preferencialmente situado em países europeus ou norte-americanos. Todos aqueles corpos que não corresponde a esse padrão hegemônico identitário, e que de alguma forma não alimenta o sistema econômico capitalista, deve ser eliminado de forma simbólica, cultural e muitas vezes físicas (PACHECO, 2021, p. 189).

E nessa perspectiva apontada por Pacheco (2021), outros tipos de corpos e características identitárias, que são dissidentes do padrão dominante, só aparecem quando são estreitamente relacionadas ao fetichismo e ao exótico. Aliás, tais corpos parecem apenas ter materialidade e existência para a satisfação do outro, “[...] para se sujeitar progressivamente aos ditames das opções e escolhas da sociedade de consumo” (GOMES, 2009, p. 14-15). Isto significa que, “[...] as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos” (BUTLER, 2000, p. 154).

Os papéis tradicionais heteronormativos de gênero também são observados nos conteúdos produzidos, postados e replicados. O indivíduo “passivo”, que predominantemente é associado ao termo “putinha”, “vagabunda” e “fêmea” “[...] nos remete ao imaginário da fragilidade do feminino que pode ser penetrado, insinuando um domínio viril do” (JESUS; OLIVEIRA, 2021, p. 74) ativo. Nesse contexto, o indivíduo que performativa o papel de passivo assume duas conotações, a de inferior que está sempre disponível a ser penetrado e subjugado aos domínios do sujeito ativo, ou o de predador que cria situações para que o sujeito viril (de preferência “heterossexual”) caia em suas armadilhas e satisfaça suas motivações, que podem ser sexuais, fetichistas ou gerar conteúdos novos para o perfil ou para a venda em plataforma digital.

As interseccionalidades que perpassam a classe social também emergem nos conteúdos analisados. Situações que envolvem profissões como: construção (pedreiros, mestres de obra, ajudantes/serventes de pedreiros, arquitetos, engenheiros), atividades físicas (personastrainers e jogadores de futebol amador) e atividades profissionais ligadas a segurança pública e privada (policiais, seguranças, exército/milico, bombeiros), ou seja, “[...] áreas de atuação associadas a atributos da identidade masculina, que valorizem a virilidade e a força física” (SOUZA et. al., 2016, p. 785), sugerem que “[...] as diferenças de classe quanto às identificações masculinas não podem ser minimizadas, porque são uma das bases da variação dos estilos da masculinidade” (TOLSON, 1977, p. 29).

Aspectos geracionais figuram-se em grande parte dos conteúdos disponibilizados nos perfis analisados, de acordo com nosso recorte de pesquisa. Conteúdos e perfis com descritores e/ou identificações como “Novinho”, “Novinhos”, “Lek”, “Molek” e mais recentemente “Mucilon” (nomenclatura associada a marca de multicereal infantil), trazem diversas questões que perpassam desde a problemática da hipersexualização e erotização adolescente, ocasionadas pelas redes sociais e midiáticas, até a emergência de um novo cenário em que os adolescentes e jovens experienciam e/ou almejam, como fonte única de renda econômica a criação e divulgação de conteúdos eróticos.

Além disso, os conteúdos consumidos reforçam os aspectos e estereótipos do que é considerado adequado em ser homem, ou seja, em seu desenvolvimento biopsicossocial, o adolescente irá tentar construir sua personalidade, jeito de ser e estrutura corporal etc. de acordo com a imagem que lhe é passada. E quando não alcançada, as inseguranças, sentimentos de rejeição e uma série de violências psíquicas irão fazer parte de suas vidas e subjetividades presentes e futuras.

Esse processo de construção das subjetividades é ainda mais complicado para jovens e adolescentes homossexuais, uma vez que a sociedade se apresenta como homofóbica e constantemente posiciona identidades dissidentes do padrão cisheterossexual na precariedade²¹ a abjeção (BUTLER, 2015). Essa dinâmica que exclui as dissidências da norma, revela que o “[...] modelo hegemônico de masculinidade, é um modelo perverso, é perigoso para a saúde física, mental e emocional dos homens, e assim para todas as pessoas” (RODRIGUEZ, 2019, p. 278).

E nessa estrutura, os adolescentes não só buscam se aproximar desses estereótipos de masculinidades, como também, recusam “[...] a companhia de sujeitos que expressem condutas afeminadas, de viado, de bicha mesmo, reproduzindo em parte a conduta opressora da qual são vítimas” (OLIVEIRA, 2018, p. 131). Esse processo de construção de uma identidade masculina, para os jovens e adolescentes homossexuais cisgêneros é marcado pela exclusão e inclusão, pois “[...] todas as práticas de significação [...] envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2014, p. 19).

Nos parâmetros sociais e de saúde pública, outra questão torna-se relevante na análise da influência do Twitter, na construção de uma masculinidade hegemônica para os homens homossexuais cisgêneros, que está ligada ao sexo sem a utilização de preservativos.

21 Para Butler (2015, p. 46-47), “A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não tem opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção”.

Expressões utilizadas nos conteúdos como “sem capa”, “no pelo”, “bare/Bareback”, “depósito”, “leitada”, “batendo leite”, “sem camisinha”, “engravidando a putinha” entre outras, parecem sugerir um aumento significativo de práticas sexuais não protegidas – tal problemática pode ser aprofundada no estudo denominado “Consumo de mídias sexualmente explícitas e sexo anal desprotegido em homens que fazem sexo com homens” (MARTINS *et. al.*, 2021) – e uma banalização das ISTS (Infecções Sexualmente Transmissíveis) e seus desdobramentos nos cotidianos dos indivíduos.

Historicamente as ISTS, e mais especificamente o vírus do HIV (vírus da imunodeficiência humana) e a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), foram associadas de forma estigmatizadora e excludente a grupos de risco como homossexuais, dependentes químicos e profissionais do sexo. As décadas de 1980 e 1990, apogeu pandêmico da AIDS, foram marcadas por discursos obscurantistas, poucas informações e fragilidades nas políticas públicas, principalmente na saúde e na educação. Na contemporaneidade, os avanços nas formas de tratamento, o acesso público e gratuito no Brasil aos medicamentos (PREP - Profilaxia Pré-Exposição e TARV - terapia antirretroviral), bem como a eficácia e facilidade dos tratamentos do vírus do HIV, de certo modo contribuíram para a banalização do sexo desprotegido, fazendo com que houvesse uma vulnerabilidade às ISTS²².

Outra problemática que está relacionada ao não uso de preservativos, nos vídeos de sexo explícito amador e/ou profissionais que são disponibilizados pelos perfis do Twitter, e que são recorrentes, é a utilização de substâncias psicoativas como cocaína (descrita nos perfis com um emoticon/emojis de raio amarelo), maconha (descrita com emoticons/emojis de folhas), poppers (emoticons/emojis de uma chama) e Ketamina (popularmente conhecida como Key e simbolizada por emoji de uma chave).

Diversos(as) pesquisadores(as) são unânimes em afirmar que a utilização de substâncias psicoativas, contribuem significativamente para o aumento de incidências de ISTS no Brasil e mundo, uma vez que “[...] o uso da droga é um facilitador para o não uso de preservativos nas relações sexuais” (PICCOLO; KNAUTH, 2002, p. 140).

Nesse sentido, o Twitter e os conteúdos têm influenciado as relações e construções sociais dos indivíduos que consomem os conteúdos postados na rede social. Tal fato, fica evidente na fala de um seguidor de um perfil intitulado “Nude Literária” – perfil onde são postadas fotos eróticas e nudez em contraste com livros e pequenas passagens dos mesmos, o perfil conta com 25,8 mil seguidores e 3.192 tweets postados até fevereiro de 2023 – onde o mesmo afirma que: “*Por causa do seu vídeo gozando na capa do Duna eu criei um fetiche de misturar literatura com putaria. Li livros me masturbando já?*”.

Do mesmo modo em que afeta comportamentos, os conteúdos postados no Twitter criam “[...] comunidades de pertencimento, ou seja, grupos de sujeitos que de uma determinada maneira criam regras, normas, mesmo que imaginárias, disciplinam corpos e buscam essencializar características físicas, biológicas e raciais para naturalizarem” (SILVA JUNIOR, 2022, p. 46) masculinidades e formas aceitas de serem homens homossexuais cisgêneros.

²² A pesquisa de Spindola (*et. al.*, 2021) intitulada “A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis nos roteiros sexuais de jovens: diferenças segundo o gênero” sugere que “O Brasil tem apresentado aumento da prevalência de HIV entre os mais jovens, principalmente entre homens que fazem sexo com homens (HSH). Sabe-se que a prevenção das IST está diretamente relacionada com a prática do sexo seguro e a superação dos contextos de vulnerabilidade” (SPINDOLA, 2021, p. 2688).

Considerações Finais

Sem a intenção de esgotar todas as análises e interpretações possíveis, objetivou-se neste texto refletir acerca da influência da rede social Twitter na construção/representação de uma masculinidade hegemônica para homens homossexuais cisgêneros. No processo investigativo foram analisados 132 perfis da rede social que fossem voltados a homens cisgêneros e homossexuais e que seus conteúdos fossem, exclusivos ou predominantemente, eróticos e/ou pornográficos.

A netnografia, com recursos do estudo de caso ampliado, nos auxiliou na discussão dos dados com o referencial teórico utilizado. Os perfis investigados foram divididos em quatro diferentes categorias de análise (OnlyFans, Exibicionismo, Divulgação e Expectadores) que revelaram que os conteúdos criados, postados, divulgados e/ou replicados exalam estereótipos de uma masculinidade dominante e heteronormativa.

Tal masculinidade representada e almejada, tanto pelos criadores de conteúdos, como dos consumidores deles, apostam em fórmulas tradicionais dos papéis de que os gêneros desempenham socialmente (Ativo/viril/dotado/leitador/dominador/macho/passivo/feminino/putinha/leitado/dominado/fêmea) e aceitos, e quando essa lógica é invertida (artifícios utilizados pelos indivíduos ativos para transar), novamente a heteronormatividade é celebrada (quando o indivíduo “heterossexual” cede as investidas do indivíduo passivo).

Todavia, fora das redes sociais a “vida real” é muito mais complexa e imprevisível que essas representações, e a busca desses padrões inalcançáveis, dessas imagens quebradas e distorcidas além de promoverem violências e preconceitos com os indivíduos dissidentes desse padrão, reforçam os estereótipos cisheteronormativos e incentivam discursos e práticas excludentes.

Nesse percurso, concluímos que “[...] as masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos” (CONNELL; MESSERCHMIDT, 2013, p. 253) e almejados pelos homens homossexuais cisgêneros.

Referências

- ADELMAN, M.; RIAL, C. Uma trajetória pessoal e acadêmica: entrevista com Raewyn Connell. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, jan. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/3x4GQkbFmtQNHrMjrFg9LRR/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- BURAWOY, M. **Marxismo sociológico**: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. São Paulo: Alameda, 2014.
- BUTLER, J. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2000.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CARVALHO, D. N. A imersão do ritual festivo: as regras do jogo na performance de masculinidades homoafetivas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, p. 347-366, 2021.
- CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHRIST, A. G.; HENNIGEN, I. Apenas um perfil no Grindr? Montando um corpo marcado. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 38, p. 1-22, 2022.
- CONNEL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso em: 26 jan. 2023.

- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, jan. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.
- CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2011.
- DUARTE, J. F. O corpo masculino da revista Men's Health. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 9, n. 13, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/bagoas/article/view/9662>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- GOMES, R. et al. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rWF4kWq4ShjdXGghXY7BFwt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- GOMES, R. M. (Ed.). **O Corpo e a Política da Vida**. Lisboa: Centro de Estudos Biocinéticos, 2009.
- HENNERICH PACHECO, E. F.; FILIPAK, S. T. Relações de gênero e diversidade sexual na educação. **Psicologia Argumento**, [S. l.], v. 35, n. 88, 2017. DOI: 10.7213/psicolargum.35.88.AO05. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/23364>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- JESUS, D. M. DE; OLIVEIRA, G. Questões étnico-raciais em discursos em torno da virilidade masculina negra em contos homoeróticos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8661910>. Acesso em: 03 fev. 2023.
- LEONARDO, R. C.; ATHAYDE, T.; POCAHY, F. A. **O Conceito de Cisgeneridade e a Produção de Deslocamentos nas Políticas Feministas Contemporâneas**. 2015. Disponível em https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_ID903_17072017205519.pdf. Acesso em: 27 jan. de 2023.
- MARTINS, A. DE A. et al. Consumo de mídias sexualmente explícitas e sexo anal desprotegido em homens que fazem sexo com homens. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, nov. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/sQ44nnMbbx6ksgt6BHngDjs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2023.
- MEDEIROS, E.; DIAS, J. O caso golden shower no carnaval brasileiro de 2019: discussões sobre sexo, sexualidade e população LGBT+ no Twitter. **REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, p. 393-426, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12104>. Acesso em: 03 fev. 2023.
- MISKOLCI, R. O armário ampliado: notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. **Gênero**, v. 9 n. 2, p. 171-190. Niterói: IEG, 2009.
- OLIVEIRA, M. G. Seguindo os passos “delicados” de gays afeminados, viados e bichas pretas no Brasil. IN: CAETANO, M.; SILVA JUNIOR, P. M. (Orgs.) **De guri a cabra macho: masculinidades no Brasil**. Rio de Janeiro; Lamparina, 2018.
- PACHECO, E. F. H. A insurgência das infâncias queer: o lugar de crianças e adolescentes transviadas nas instituições educacionais. In: LEITE, C.; FERNANDES, P. **Currículo, Avaliação, Formação e Tecnologias Digitais em Educação**. Porto: Universidade do Porto, 2021. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/EbookIIICAFTE2021_vf.pdf. Acesso em: 03 fev. 2023.
- PERES, H. F. M. **Expropriação do trabalho sexual plataformizado: um estudo de caso na Onlyfans**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2022.

- PICCOLO, F. D.; KNAUTH, D. R. Uso de drogas e sexualidade em tempos de AIDS e redução de danos. **Horizontes Antropológicos**, v. 8, n. 9, p. 171-202, jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/FVh7yCJqykGhGwNHVTjsCvt/?lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2023.
- PRECIADO, P. B. Texto Junkie. **Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- RESSURREIÇÃO, A. M.; SILVA, A. K. B.; FARIAS, M. F. Tecnologias digitais como recursos pedagógicos no curso técnico de administração. **Revista Querubim** (Online), v. 18, p. 05-22, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/querubim/issue/view/2751/815>. Acesso em: 02 fev. 2023.
- RODRIGUEZ, S. de los S. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 276–291, 2020. DOI: 10.14295/de.v7i2.9291. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9291>. Acesso em: 4 fev. 2023.
- SILVA JUNIOR, P. M. Masculinidades negras em disputa: um olhar sob masculinidades, raça e classe social no cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, p. 43-69, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/13648>. Acesso em: 03 fev. 2023.
- SOARES, S. S. D.; STENGEL, M. Netnografia e a pesquisa científica na internet. **Psicologia USP**, v. 32, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/W5cDdNM99Bk9btBs6ffx45G/>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- SOUZA, L. K. C. S. et al. Gênero e formação profissional: considerações acerca do papel feminino na construção da carreira de nutricionista. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 773-788, ago. 2016. ISSN 2238-913X. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/23426>>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- SPINDOLA, T. et al.. A prevenção das infecções sexualmente transmissíveis nos roteiros sexuais de jovens: diferenças segundo o gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, jul. 2021.
- TOLSON, A. **Os Limites da Masculinidade**. Lisboa: Assírio & Alvino, 1977.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- Enviado em 30/04/2023
Avaliado em 15/06/2023

PSICODIAGNÓSTICO E TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE

Giovana Smolski Driemeier²³
Juliana Zago²⁴

Resumo

O psicodiagnóstico trata-se de um processo científico, limitado no tempo, que faz uso de testes e técnicas psicológicas para compreender aspectos específicos podendo ser realizado em vários contextos e objetivos. Buscou-se apresentar o TDAH e a possibilidade de diagnóstico pela via do psicodiagnóstico, bem como explicar sobre as técnicas e instrumentos utilizados nesse processo. Utilizou-se uma metodologia descritiva do tipo qualitativa elaborada a partir de levantamentos bibliográficos. Verificou-se que embora existam vários procedimentos para a tomada de decisão diagnóstica do TDAH, ele é essencialmente clínico e criterioso, exigindo conhecimento prévio e postura ética por parte do profissional da psicologia.

Palavras-chave: Psicodiagnóstico. Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Sintoma.

Abstract

Psychodiagnosis is a scientific process, limited in time, which makes use of tests and psychological techniques to understand specific aspects and can be carried out in various contexts and objectives. We sought to present ADHD and the possibility of diagnosis through psychodiagnosis, as well as to explain the techniques and instruments used in this process. A descriptive methodology of the qualitative type elaborated from bibliographic surveys was used. It was found that although there are several procedures for making a diagnostic decision on ADHD, it is essentially clinical and judicious, requiring prior knowledge and an ethical attitude on the part of the psychology professional.

Keywords: Psychodiagnosis. Attention Deficit Hyperactivity Disorder. Symptom.

Introdução

Dentre as áreas de atuação da psicologia, tem-se o psicodiagnóstico e a avaliação psicológica. Segundo Jurema Cunha (2007, p.26) o psicodiagnóstico

É um processo científico que é limitado no tempo, utilizando testes e técnicas psicológicas em nível individual ou não para entender aspectos específicos, seja para classificar o caso e prever seu curso e comunicar os resultados, na base dos quais são propostas as soluções.

Ainda, segundo a autora, trata-se de um processo científico por que no início são levantadas hipóteses que poderão ou não ser confirmadas ao final dele, a partir de passos previamente determinados e objetivos meticulosos. É limitado no tempo, por deter um número estimado de sessões para que se possa atingir os objetivos.

²³ Psicóloga pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (PPGDPP) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Bolsista da CAPES/DS.

²⁴ Psicóloga pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo o CFP (2013, p. 11)

A avaliação psicológica é compreendida como um amplo processo de investigação, no qual se conhece o avaliado e sua demanda, com o intuito de programar a tomada de decisão mais apropriada do psicólogo. Mais especialmente, a avaliação psicológica refere-se à coleta e interpretação de dados, obtidos por meio de um conjunto de procedimentos confiáveis, entendidos como aqueles reconhecidos pela ciência psicológica.

É interessante apontar que a maior diferença entre os dois é que no psicodiagnóstico, o uso dos testes psicológicos é obrigatório e na avaliação psicológica é facultativo. Ou seja, não é possível que se faça um psicodiagnóstico sem a utilização dos testes, afinal, a entrevista clínica não é um método infalível e também contém a colocação do entrevistador, dessa forma, a testagem é uma forma de padronização. “Os testes psicológicos são instrumentos utilizados para fins de avaliação psicológica, de mensuração padronizada, que avaliam características ou processos psicológicos, fundamentados em uma teoria e precisam atender aos requisitos de validade e precisão.” (CFP, p.1, s.d.)

Dessa forma, o psicodiagnóstico pode ser feito em vários contextos e com vários objetivos que devem ser esclarecidos no início do processo, como por exemplo classificação nosológica, diagnóstico diferencial, prognóstico, etc. Embasado neles é que o psicodiagnóstico irá se estruturar. A partir desses contextos e objetivos, serão definidos os instrumentos a serem utilizados.

Um tipo de contexto de apresentação do psicodiagnóstico é o do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Que é entendido como um transtorno de neurodesenvolvimento, que é caracterizado por sintomas de desatenção, hiperatividade e impulsividade, impactando na vida pessoal e social do sujeito (HUTZ; BANDEIRA; TRENTINI; KRUG, 2016).

Nesse sentido, o presente escrito tem como objetivo apresentar o TDAH, e a possibilidade de diagnóstico pela via do psicodiagnóstico, bem como explicar sobre as técnicas e instrumentos utilizados nesse processo. Para tanto, utilizou-se uma metodologia descritiva do tipo qualitativa elaborada a partir de levantamentos bibliográficos, realizados em livros, de autores como Hutz (2016) e artigos científicos pesquisados em bases de dados como bvs psi, scielo e google acadêmico. Teoricamente falando, percebe-se o processo psicodiagnóstico sob a luz da psicanálise, buscando esmiuçar a prática no contexto do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. O trabalho revela a sua importância por retratar um contexto do psicodiagnóstico, que é uma área da psicologia que vem sendo cada vez mais debatida, visando visibilidade e esclarecimento, e consequentemente proporcionando a possibilidade de uma prática ética e bem elaborada.

O processo psicodiagnóstico para o TDAH

Atualmente se apresenta uma grande incidência na clínica psicológica de casos encaminhados por conta de uma suspeita ou confirmação do diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH). O que chama a atenção é o grande número de crianças que são tachadas com esse diagnóstico e nos faz questionar se essa grande incidência se relaciona com o fato de não considerarem, na ocasião de um psicodiagnóstico, os demais fatores presentes na vida do sujeito (GRAEFF; VAZ, 2008). Se pensarmos na criança, por exemplo, que são os casos mais recorrentes na clínica que apresentam diagnósticos de TDAH, deve-se lembrar de que sempre haverá, hiperatividade, impulsividade e desatenção presentes (HUTZ; BANDEIRA; TRENTINI; KRUG, 2016).

Como os próprios autores (HUTZ; BANDEIRA; TRENTINI; KRUG, 2016) destacam, para fazer um diagnóstico, deve-se levar em consideração demais fatores como outros processos avaliativos, fatores ambientais e culturais. Por isso, o diagnóstico desse tipo de transtorno é delicado e exige treinamento e experiência por parte dos profissionais envolvidos (GRAEFF; VAZ, 2008).

De acordo com o DSM-5 (2014), existem três sintomas característicos do TDAH: desatenção, hiperatividade e impulsividade. Cada sujeito os combina de forma diferenciada. “Portanto essa síndrome pode ser dividida em três tipos: 1. TDAH com predomínio de sintomas de desatenção; 2. TDAH com predomínio de sintomas de hiperatividade/impulsividade e 3. TDAH com os três sintomas combinados” (MISSAWA; ROSSETTI, 2014, p.83).

Sendo assim, nas entrevistas iniciais já deve-se estar atento a esses sintomas, questionando sua duração e gravidade. Se a tríade: desatenção, hiperatividade e impulsividade não estiverem presentes, não pode-se descartar o diagnóstico de TDAH, visto que a manifestação dos sintomas pode mudar de acordo com o ambiente e com a demanda do mesmo. Dependendo da idade do paciente, as entrevistas iniciais podem ser feitas com os pais ou responsáveis por aquele sujeito e se for um adulto, vale consultar alguém que conviva com este, como, por exemplo, o cônjuge (HUTZ; BANDEIRA; TRENTINI; KRUG, 2016).

Para a formação de um diagnóstico de TDAH é também imprescindível investigar a vida pré e perinatal, a exposição ao álcool e ao cigarro durante a gestação e o baixo peso ao nascer, pois estes, são considerados riscos para TDAH. Da mesma forma, deve-se levar em conta o histórico médico e o desenvolvimento do sujeito no decorrer da infância (HUTZ; BANDEIRA; TRENTINI; KRUG, 2016).

Estudos buscaram investigar um déficit cognitivo associado ao TDAH, que explicasse o transtorno, no entanto, não foi encontrado nenhum déficit associado a todos os casos de TDAH. Ao contrário, as pesquisas vêm mostrando que existem déficits em múltiplas funções nos casos de TDAH. Assim, sugere-se a “existência de múltiplos caminhos ou múltiplos déficits que podem coexistir em um mesmo indivíduo.” (HUTZ; BANDEIRA; TRENTINI; KRUG, 2016, p. 590).

O uso de testes psicométricos é válido para que se faça a confirmação diagnóstica e para o planejamento das ações de intervenção. O uso de escalas, testes psicológicos e neuropsicológicos é uma opção viável. Algumas tarefas ou testes disponíveis no Brasil, podem ser usados para avaliar TDAH.

Tabela 1. Funções cognitivas relacionadas ao TDAH e possíveis testes para medi-las.

Funções cognitivas	Tarefas ou testes
Inteligência	WISC-IV* e WAIS-III*
Controle inibitório	Stop Task, CPT II e CPT III
Variabilidade no tempo de reação	CPT II, CPT III e TAVIS III*
Velocidade de processamento	Códigos, Procurar Símbolos (Escala Wechsler)*, Stroop, CPT II e CPT III
Memória de trabalho	Dígitos, Sequência de Números e Letras (Escala Wechsler)* e Blocos de Corsi
Planejamento	WCST*, Figura Complexa de Rey*, Torre de Hanói e Torre de Londres
Vigilância	CPT II, CPT III e TAVIS III*
Fluência	FAS
Mudança de contexto	WCST*
Controle de interferência	Stroop
Processamento temporal	Tapping
Aversão à resposta tardia	Iowa Gambling Task

*Testes comercializados no Brasil.

Fonte: HUTZ; BANDEIRA; TRENTINI; KRUG, 2016, p.593

Autores apontam que dentre os testes de avaliação neuropsicológica, disponíveis no Brasil, o WISC-III (Escala Wechsler de Inteligência para crianças), tem se mostrado capaz de fornecer informações em maior número, que podem auxiliar no diagnóstico de TDAH. “O WISC-III é capaz de sugerir a existência do TDAH, pois pesquisas indicam que essas crianças tendem a ter dificuldades nos subtestes de números, aritmética e códigos” (GRAEFF; VAZ, 2008, p. 354).

No contexto de pandemia, crianças e adolescentes mostraram e ainda se mostram um grupo vulnerável frente a possíveis complicações o âmbito psicossocial, uma vez que estes não apresentam a mesma capacidade de compreender a situação, assim como os adultos (CAO, *et al*, 2020 *apud* ALMEIDA; JÚNIOR, 2021). Ainda, com as medidas de isolamento que foram colocadas para uma diminuição da disseminação do vírus, ficou interrompido o desenvolvimento das relações sociais das crianças e dos adolescentes (MECHILI, *et al*, 2020; TANG, *et al*, 2020 *apud* ALMEIDA; JÚNIOR, 2021).

Os impactos biopsicossociais provocados pelas medidas de isolamento social atingem também grupos infantis mais vulneráveis, como os grupos que apresentam o transtorno do espectro autista (TEA) e o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) (MANNING, *et al*, 2020 *apud* ALMEIDA; JÚNIOR, 2021).

Constatou-se que durante o período de confinamento, houve uma piora significativa no sintoma desatenção nas crianças com TDAH (SASAKI *et al*, 2020 *apud* ALMEIDA; JÚNIOR, 2021). Zhang *et al*. (2020 *apud* ALMEIDA; JÚNIOR, 2021) destacou, da mesma forma, que o comportamento das crianças com TDAH mostrou uma piora durante a pandemia se comparado com seu estado normal. Ainda, afirma que os sintomas de TDAH estavam interligados com um estado de humor negativo das crianças provocado, justamente, pelas medidas de confinamento.

A hipótese de um sintoma social

Percebe-se, no entanto, que atualmente tem-se tanto uma busca quanto uma produção elevada de diagnósticos. Considerando a psicanálise, pode-se afirmar que trata-se de uma resposta aos discursos do social, ascendendo então como sintoma social. O que vemos, afirma Henriques (2013) é uma demanda de aumento do desempenho do sujeito, como se este sempre tivesse um ponto a aperfeiçoar, o que faz com que a dimensão do ser do sujeito se desloque da sua interioridade para a sua exterioridade performática amparada pelo governo neoliberal.

Dessa forma, o diagnóstico pode atuar, além de demonstrar que há algo a ser “melhorado”, como uma forma de apagamento do sujeito, que a partir disso não se implica no seu sofrimento, como sendo algo seu, mas que não o seu eu todo (HENRIQUES, 2012).

Considerando isso, percebe-se a importância de que o psicodiagnóstico seja realizado de forma responsável e atenta às explanações do código de ética, de maneira a não fomentar esse sintoma e sim, direcione o sujeito a se implicar com o seu desejo, sofrimento e com isso com a sua condição humana.

Considerações finais

Tendo em vista o referencial apresentado, percebe-se que embora existam vários procedimentos para a tomada de decisão diagnóstica do TDAH, ele é essencialmente clínico e muito criterioso, exigindo conhecimento prévio e postura ética por parte do profissional da psicologia.

Visando isso, é necessário que se investigue a história clínica do paciente, e se atente aos sintomas básicos do TDAH já na primeira consulta, buscando, ao mesmo tempo, realizar um diagnóstico diferencial. Posteriormente, a escolha criteriosa de testes ou escalas psicométricas também é imprescindível para o embasamento da tomada de decisão.

Por fim, é preciso tomar cuidado e deter seriedade nesse tipo de avaliação, pois atualmente encontra-se diante de um sintoma social contemporâneo da produção excessiva de diagnósticos e o resultado de um psicodiagnóstico pode ser decisivo na vida de um sujeito, podendo contribuir para uma melhor qualidade de vida ou para atribuir um caráter taxativo.

Referências

- ALMEIDA, I. M. G.; SILVA JÚNIOR, A. A. da. **Os impactos biopsicossociais sofridos pela população infantil durante a pandemia do COVID-19**. Research, Society and Development, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12286>. Acesso em: 19 mai. 2022.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- CUNHA, Jurema Alcides. **Psicodiagnóstico-V** [recurso eletrônico]. 5. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GRAEFF, Rodrigo Linck; VAZ, Cícero E. Avaliação e diagnóstico do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). **Psicologia USP** [online]. 2008, v. 19, n. 3, p. 341-361. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642008000300005>. Acesso em: 16 mai. 2022.
- HENRIQUES, Rogério Paes. A medicalização da existência e o descentramento do sujeito na atualidade. **Rev.Mal-Estar Subj**, Fortaleza, v. 12, n. 3-4, p. 793-816, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 mai. 2022.
- HUTZ, Claudio Simon. RUSCHEL BANDEIRA, Denise. TRENTINI, Clarissa Marcelli. SILVA KRUG, Jefferson. (Org.) **Psicodiagnóstico**. São Paulo: Artmed, 2016.

MISSAWA, Daniela Dadalto Ambrozine; ROSSETTI, Claudia Broetto. Psicólogos e TDAH: possíveis caminhos para diagnóstico e tratamento. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 22, n. 23, p. 81-90, 2014 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542014000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 mai. 2022.

PSICOLOGIA, Conselho Federal de. **Cartilha Avaliação Psicológica**. [recurso eletrônico]. Ed. Brasília: CFP, 2013.

PSICOLOGIA, Conselho Federal de. **Nota técnica do Conselho Federal de Psicologia sobre o uso indevido de testes psicológico**. Disponível em: <https://satepsi.cfp.org.br/docs/notaTecnica.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

Enviado em 30/04/2023

Avaliado em 15/06/2023

PARTICIPAÇÃO POPULAR E DIREITO À CIDADE E A EDUCAÇÃO REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Jair Lopes dos Santos Junior²⁵

Wenas Silva Santos²⁶

Wanderson Moura de Castro Freitas²⁷

Nycolas Setuba Montiel²⁸

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a interdependência entre o direito à cidade e o direito à educação, com ênfase na participação popular na gestão da educação, como meio para garantir a efetivação desses direitos fundamentais. Neste estudo, são abordadas as bases jurídicas e conceituais que sustentam o direito à cidade e o direito à educação, bem como a importância da gestão democrática e participativa para a promoção da cidadania e do desenvolvimento humano. O artigo discute os desafios e limitações enfrentados na implementação da participação popular na gestão da educação, destacando aspectos como a ausência de canais efetivos de participação, a falta de transparência e diálogo entre governo e sociedade civil, a exclusão de grupos sociais vulneráveis e a resistência dos gestores públicos. Além disso, são apresentadas estratégias e soluções para superar esses obstáculos e promover uma gestão pública mais democrática e inclusiva.

Palavras-chave: direito à cidade, direito à educação, participação popular.

Abstract

The present article aims to analyze the interdependence between the right to the city and the right to education, with an emphasis on popular participation in the management of education, as a means to ensure the realization of these fundamental rights. In this study, the legal and conceptual foundations supporting the right to the city and the right to education are addressed, as well as the importance of democratic and participatory management for the promotion of citizenship and human development. The article discusses the challenges and limitations faced in implementing popular participation in education management, highlighting aspects such as the absence of effective channels for participation, the lack of transparency and dialogue between government and civil society, the exclusion of vulnerable social groups, and the resistance of public managers. In addition, strategies and solutions are presented to overcome these obstacles and promote a more democratic and inclusive public management.

Keywords: right to the city, right to education, public participation.

²⁵ UNIVAR Centro Universitário do Vale do Araguaia

²⁶ Mestre em Estudos Interdisciplinares de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Direito Público e Docência Universitária pela Faculdade Católica Dom Orione. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estadual do Tocantins. Professor no curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Araguaia (UNIVAR).

²⁷ Mestre em Política Social do Programa de Pós-Graduação em Política Social PPGPS do ICHS/Campus de Cuiabá/MT. Especialização Lato Sensu em Direito Processual Civil pelo Universidade Cândido Mendes. Professor Universitário do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Araguaia - UNIVAR e Professor Substituto no Curso de Direito ICHS/CUA/UFMT. Pesquisador Associado junto ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso - Campus Araguaia.

²⁸ UNIVAR UNIVAR Centro Universitário do Vale do Araguaia

Introdução

A crescente urbanização e a necessidade de promover uma educação de qualidade têm impulsionado debates a respeito do direito à cidade e do direito à educação enquanto elementos cruciais para o exercício pleno da cidadania e para o desenvolvimento humano. Ambos os direitos, que se entrelaçam e se complementam, são indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, capaz de garantir o bem-estar e a dignidade de todos os cidadãos. Neste contexto, este artigo tem como objetivo analisar a relevância da participação popular na gestão da educação e na garantia do direito à cidade, bem como os desafios e limitações enfrentados nesse processo.

Na introdução do tema, abordaremos a interdependência entre o direito à cidade e o direito à educação, destacando a importância de se garantir o acesso dos cidadãos ao espaço urbano como lugar de convivência, criação e transformação social e o acesso à educação de qualidade como direito humano fundamental. Além disso, serão discutidos os princípios e normas jurídicas que regem tais direitos e a importância da gestão democrática e participativa na efetivação dos mesmos.

Ao longo do artigo, serão explorados os desafios e limitações enfrentados na promoção da participação popular na gestão da educação, bem como estratégias e soluções para superar tais obstáculos. A análise focará em aspectos como a necessidade de transparência e diálogo entre governo e sociedade civil, a promoção de uma cultura participativa e a articulação entre os diferentes atores sociais envolvidos na construção de políticas públicas educacionais.

Ao final, concluiremos com uma síntese das principais ideias e considerações apresentadas, enfatizando a necessidade de fortalecer a participação popular na gestão da educação e garantir o direito à cidade e à educação para todos, como condições fundamentais para a consolidação da cidadania e do desenvolvimento sustentável em nossa sociedade.

Participação popular e gestão democrática: Conceitos e contextualização

A participação popular na administração urbana e educacional é um processo que objetiva a democratização do espaço público, proporcionando à comunidade a possibilidade de estar presente nos locais de tomada de decisão e contribuir para a elaboração de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Conforme Souto e Sérgio (2015, p. 103), a participação popular constitui "um mecanismo que almeja democratizar a gestão pública, possibilitando que a sociedade se faça presente nos espaços de decisão, assegurando a efetivação dos direitos humanos e sociais".

A participação popular e a administração democrática representam temas cruciais para a concretização dos direitos humanos, particularmente no que concerne aos direitos à cidade e à educação. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a participação popular é um princípio fundamental da República Federativa do Brasil, que deve ser garantido em todos os âmbitos da sociedade, incluindo na gestão pública.

Segundo Bobbio (1992, p. 26), "a democracia participativa configura-se como a forma mais sofisticada e eficiente de democracia, uma vez que viabiliza a participação dos cidadãos nas decisões políticas, tornando-os mais ativos e comprometidos com o destino da sociedade".

No cenário brasileiro, a participação popular na gestão pública intensificou-se a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 8.080/90, que estabeleceu o Sistema Único de Saúde (SUS) e preconiza a participação comunitária na administração do sistema. Adicionalmente, várias outras leis e dispositivos normativos preveem a participação popular na gestão pública, como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96).

Contudo, apesar da existência de dispositivos legais que preconizam a participação popular na gestão pública, persistem desafios e limitações para a concretização desse princípio na prática. A carência de informações claras e acessíveis acerca das políticas públicas, a ausência de espaços efetivos de participação, a falta de capacitação dos envolvidos e a inexistência de transparência na administração pública figuram como alguns dos principais obstáculos para a participação popular na gestão pública.

Dessa forma, é imprescindível a criação e o fortalecimento de espaços de participação popular na gestão pública, objetivando promover a efetivação dos direitos humanos, sobretudo no que concerne ao direito à cidade e à educação. A participação popular na gestão pública constitui um princípio fundamental da democracia, e sua concretização depende do engajamento e envolvimento de todos os cidadãos.

O conceito de "Participação Popular" é amplamente empregado no âmbito da gestão pública e refere-se ao engajamento direto da população na tomada de decisões e no controle das políticas públicas que impactam suas vidas e bem-estar. No que diz respeito à administração urbana, a participação popular se expressa por meio de distintos canais e espaços de participação, tais como conselhos municipais, audiências públicas, orçamentos participativos, dentre outros.

A Constituição Federal de 1988 consagra como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a participação popular na gestão pública, o que implica que a democracia representativa deve ser complementada por mecanismos de participação direta da sociedade civil no processo decisório. Adicionalmente, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) estipula a participação popular como um dos princípios orientadores da política urbana.

Portanto, a participação popular na administração urbana é fundamental para assegurar a efetividade do direito à cidade e promover a inclusão social e a qualidade de vida da população urbana. Todavia, a participação popular enfrenta desafios e limitações, como a falta de representatividade e o reduzido engajamento da população, que precisam ser superados mediante a implementação de políticas públicas apropriadas e o fortalecimento da sociedade civil.

A participação popular na gestão urbana pode ocorrer através de variados mecanismos, como conselhos municipais, audiências públicas, orçamento participativo, fóruns de discussão, dentre outros. Conforme Firmino (2020):

“à participação popular é um direito fundamental estabelecido na Constituição Federal, que deve ser assegurado pelo poder público por intermédio da criação de mecanismos participativos, como os conselhos municipais, que são espaços de diálogo entre a sociedade civil e o poder público”. Firmino (2020, p. 56)

A participação popular na administração urbana é crucial para assegurar o acesso aos direitos fundamentais dos cidadãos e promover a democracia participativa. Os mecanismos de participação popular constituem instrumentos que possibilitam a efetiva atuação dos cidadãos nas decisões políticas e administrativas do poder público, sendo que a Constituição Federal estabelece a participação popular como um dos princípios fundamentais da administração pública (BRASIL, 1988, art. 37, caput).

Entretanto, é relevante enfatizar que a efetividade dos mecanismos de participação popular depende de diversos fatores, como a cultura política da sociedade, o acesso à informação, a capacidade organizativa dos movimentos sociais e a abertura do poder público para o diálogo e a negociação (DAGNINO, 2002).

Dessa forma, é necessário um esforço conjunto da sociedade civil e do poder público para criar e fortalecer os mecanismos de participação popular na administração urbana, visando garantir a efetiva atuação dos cidadãos nas decisões que impactam suas vidas e a promoção de uma gestão democrática e participativa.

Contudo, é crucial destacar que a efetividade da participação popular na administração urbana depende de variados fatores, como a capacidade de mobilização da sociedade civil, a transparência do processo decisório e o compromisso dos gestores públicos com a participação popular. Ademais, a participação popular na administração urbana deve estar em consonância com os princípios constitucionais da administração pública, tais como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

O direito a cidade tendo em vista a educação

O direito à cidade e à educação são temas de suma importância para a promoção da cidadania e da dignidade humana. O conceito de direito à cidade, elaborado pelo filósofo francês Henri Lefebvre, destaca a necessidade de assegurar o acesso dos cidadãos ao espaço urbano como ambiente de convivência, criação e transformação social. Por outro lado, o direito à educação, reconhecido internacionalmente como um direito humano fundamental, objetiva garantir o acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos.

Esses direitos possuem natureza interdependente e se complementam reciprocamente. O acesso à cidade enquanto espaço de convivência e produção implica um acesso qualificado à educação, que, por sua vez, é condição primordial para a participação plena na vida urbana. Portanto, a promoção desses direitos exige medidas coordenadas e articuladas dos poderes públicos e da sociedade civil.

A cidade representa, simultaneamente, um espaço de encontro e conflito entre distintos grupos sociais, os quais disputam o acesso aos bens e serviços urbanos. Nesse contexto, a participação popular na gestão da cidade e da educação configura-se como um mecanismo crucial para assegurar que as políticas públicas atendam às demandas e necessidades da população, especialmente dos estratos mais vulneráveis. A participação popular viabiliza o envolvimento dos cidadãos nas decisões que impactam suas vidas, fortalecendo a cidadania e a democracia.

Contudo, a participação popular enfrenta desafios e limitações. A inexistência de canais eficientes de participação, a ausência de transparência e diálogo entre governo e sociedade civil, a carência de incentivos à participação e a exclusão de certos grupos sociais dos processos participativos constituem alguns dos obstáculos que precisam ser superados para promover uma gestão pública mais democrática. A superação desses obstáculos envolve a implementação de práticas e mecanismos que fomentem a participação popular, estimulem a transparência e a abertura governamental e promovam a inclusão social e a igualdade de oportunidades.

A participação popular na gestão da educação é essencial para assegurar a efetivação do direito à educação. Nesse sentido, é relevante compreender os mecanismos de participação popular existentes, bem como avaliar a eficácia desses mecanismos e os impactos da participação popular na promoção do direito à educação.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a gestão democrática do ensino público como princípio fundamental da educação no Brasil. Isso implica que a participação da sociedade civil na gestão da educação deve ser assegurada e incentivada por meio de mecanismos como os conselhos de educação e as conferências de educação.

Entretanto, é necessário avaliar se esses mecanismos de participação popular são efetivos na prática e se realmente contribuem para a promoção do direito à educação. Ademais, é importante identificar os desafios e limitações da participação popular na gestão da educação e propor estratégias para superá-los.

Nesse contexto, é imprescindível recorrer a teorias e doutrinas do direito constitucional, bem como a normas e legislações específicas relacionadas à gestão democrática da educação. A Constituição Federal de 1988 consagrou a educação como um direito fundamental e um dever do Estado e da família, atribuindo à educação o status de bem público, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205).

Dessa forma, a educação é considerada um direito social, garantido a todos com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988, art. 206). A Constituição também estabelece que a educação será ministrada com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, da pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas e da gestão democrática do ensino (BRASIL, 1988, art. 206).

Conforme Machado (2017, p. 87), a Constituição Federal de 1988 consagrou a educação como um direito subjetivo, isto é, um direito passível de ser exigido pelo cidadão. Nesse sentido, o Estado tem o dever de assegurar o acesso e a qualidade da educação, a fim de garantir a efetivação desse direito social. Para isso, é necessário que medidas de políticas públicas sejam adotadas, assegurando a gestão democrática e a participação popular na educação.

Assim, é fundamental ressaltar a importância da educação como ferramenta para a promoção da cidadania e da inclusão social, bem como para o desenvolvimento econômico e social do país. A Constituição Federal de 1988, portanto, estabelece os fundamentos e princípios que orientam a educação no Brasil, garantindo o seu acesso a todos os cidadãos.

O sistema de participação popular na gestão da educação é tão relevante quanto na gestão da cidade, uma vez que é uma das áreas que mais impactam diretamente na vida da população. A participação popular na gestão da educação ocorre, principalmente, por meio da atuação dos Conselhos de Educação, cujo objetivo é deliberar sobre políticas educacionais, zelar pela qualidade do ensino e assegurar o acesso à educação para todos os cidadãos. Lima 2018 doutrina que:

"à administração democrática da educação é primordial para assegurar a excelência do ensino e a concretização do direito à educação, uma vez que viabiliza a inserção da sociedade na elaboração de políticas públicas no âmbito educacional". Lima (2018, p. 68)

No entanto, tornar efetiva a participação popular na gestão educacional ainda é um obstáculo, principalmente em virtude do desconhecimento e da falta de envolvimento da comunidade nesse processo.

Portanto, é de suma importância que os Conselhos de Educação incentivem o esclarecimento e a mobilização da população, visando à participação ativa desta na administração educacional. Ademais, é fundamental que se estabeleça transparência e interlocução entre os Conselhos e a comunidade, a fim de que os procedimentos decisórios sejam legítimos e abrangentes.

A superação desses obstáculos e restrições requer a promoção de uma cultura de envolvimento na administração da educação, que respeite a diversidade e a multiplicidade de perspectivas e opiniões, garantindo a atuação ativa de todos os setores da sociedade na elaboração e implementação das políticas públicas no âmbito educacional. Nesse sentido, é fundamental que os entes governamentais, as instituições educacionais e as comunidades colaborem na busca pela promoção da gestão democrática e participativa da educação, assegurando a concretização dos direitos à educação e ao envolvimento popular.

Embora seja um direito essencial estabelecido na Carta Magna, a participação popular na administração da educação ainda enfrenta barreiras e restrições, como a carência de informação, a desigualdade socioeconômica, o baixo envolvimento da comunidade escolar e a resistência por parte dos gestores públicos em estabelecer diálogo com a comunidade. Conforme Santana e Farias (2021, p. 89), "a inserção popular na gestão educacional demanda uma série de transformações estruturais e culturais na sociedade, que podem exigir tempo e a criação de uma cultura de envolvimento".

Conclusão

Em conclusão, a garantia do direito à cidade e à educação de qualidade é fundamental para a promoção da cidadania, da dignidade humana e do desenvolvimento socioeconômico. Ambos os direitos estão interligados e se complementam mutuamente, sendo essencial para uma sociedade mais justa e igualitária. A participação popular na gestão da educação, juntamente com a gestão democrática e transparente, é vital para a efetivação desses direitos, proporcionando uma educação mais inclusiva e adequada às necessidades dos cidadãos.

Contudo, diversos desafios e limitações ainda precisam ser superados para que a participação popular na gestão da educação seja efetiva, como a falta de informação, a desigualdade social, a baixa participação da comunidade escolar e a resistência dos gestores públicos em estabelecer diálogo com a comunidade. A superação desses obstáculos demanda a construção de uma cultura de envolvimento e a promoção de políticas públicas educacionais que valorizem a diversidade, a pluralidade de ideias e opiniões, e garantam a participação ativa de todos os segmentos da sociedade.

Por fim, é crucial que as instituições governamentais, educacionais e as comunidades trabalhem em conjunto para fomentar a gestão democrática e participativa da educação, a fim de garantir a efetividade dos direitos à educação e à participação popular. A articulação entre os diferentes atores sociais e a promoção de mecanismos efetivos de participação popular são elementos essenciais para construir uma sociedade mais igualitária, inclusiva e sustentável, em que o direito à cidade e à educação seja plenamente realizado para todos os cidadãos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (org.). Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil em Tiempos de Globalización. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2002.

LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LIMA, L. C. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2018.

MACHADO, R. R. O direito à educação como direito subjetivo: análise da legislação e jurisprudência brasileiras. Revista de Direito da Cidade, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 80-103, 2017.

SANTANA, I. P.; FARIAS, M. A. Participação popular na gestão da educação: desafios e possibilidades. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 37, p. 80-96, 2021

Enviado em 30/04/2023

Avaliado em 15/06/2023

TOXICOMANIAS: UM OLHAR SOBRE OS SINTOMAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS²⁹

Juliana Zago³⁰
Giovana Smolski Driemeier³¹

Resumo

O presente estudo tem como objetivos apresentar a toxicomania sob o viés psicanalítico, articulá-la com materiais que permitam pensá-la como um sintoma social contemporâneo e por fim propor reflexões acerca de possíveis dispositivos clínicos sociais que sejam passíveis de trabalhar com esse sintoma. A abordagem metodológica empregada é qualitativa, do tipo descritiva, elaborada a partir de levantamentos bibliográficos. Verificou-se a toxicomania como uma resposta ao discurso do capitalista, onde demanda-se sujeitos que consumam e que não sintam, pode-se pensar que se trata de uma defesa em relação ao desamparo, dissolvendo o laço social em uma passagem ao ato.

Palavras-chave: Toxicomania. Social. Discursos.

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo presentar la drogadicción desde un punto de vista psicoanalítico, articularla con materiales que permitan pensarla como un síntoma social contemporáneo y finalmente proponer reflexiones sobre posibles dispositivos clínicos sociales susceptibles de trabajar con este síntoma. El enfoque metodológico utilizado es cualitativo, de tipo descriptivo, elaborado a partir de levantamientos bibliográficos. La drogadicción fue vista como una respuesta al discurso capitalista, donde se exige a los sujetos que consuman y que no lo sientan, se puede pensar que es una defensa contra el desamparo, disolviendo el lazo social en un pasaje al acto.

Palabras-llave: Drogadicción. Social. Discurso.

Introdução

O laço social pode ser entendido como a vida em sociedade que segue uma lei ou cultura comum, e que por ela é ordenada. Para Freud, a identificação está no cerne do laço social. Lacan (1992) por sua vez, vai propor a teoria do laço social. Ele se baseia nas 3 atividades impossíveis, segundo Freud, governar, educar e analisar. Adiciona mais uma, que é “fazer desejar”. Para ele, o que faz o laço social é o impossível, é a tentativa de negar algo, para isso, ele utiliza-se de 4 discursos, os quais são modos de ordenação/aparelhamento do gozo, por meio da linguagem. Trata-se de modos de usar a linguagem como vínculos sociais, com uma estrutura sem palavras que se funda na estrutura significativa. O discurso extrapola a palavra, indo além do que os enunciados pronunciam. É esse discurso que faz o laço e que sustenta a realidade. Todo sujeito, ao nascer, é inserido em um discurso social, o discurso do seu tempo, de sua cultura.

²⁹ Partes do presente trabalho já foram apresentadas como Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia (UNIJUÍ) e publicadas no repositório institucional.

³⁰ Psicóloga pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

³¹ Psicóloga pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul e bolsista DS/CAPES.

Para fazer parte do social, o pequeno sujeito precisa renunciar à parte de seu gozo (LACAN, 1992). É a lei do pai quem faz a função reguladora, que impede esse gozo irrestrito. A partir daí se recalcam as experiências passadas, do complexo de Édipo, que seriam insuportáveis ao ego. A forma alternativa de gozo, considerando essas restrições, são os sintomas, dito de outra maneira, são mensagens codificadas do gozo.

Considerando sintoma social como um modo de simbolizar o real que a linguagem não consegue abarcar, que busca constituir uma nova borda, um novo saber e um novo desfrute de gozo. A toxicomania seria um sintoma social, pois metaforiza uma verdade da civilização (VORCARO, 2004). Pode, então, ser considerada como um efeito da operação científica, de exclusão do sujeito e que tem um lugar junto ao discurso do capitalismo (GIANESI, 2005).

Levando em conta o que foi levantado, o presente estudo tem como objetivos apresentar a toxicomania sob o viés psicanalítico, articulá-la com materiais que permitem pensá-la como um sintoma social contemporâneo e por fim propor reflexões acerca de possíveis dispositivos clínicos sociais que sejam passíveis de trabalhar com esse sintoma.

Metodologia

A abordagem metodológica empregada neste escrito é qualitativa, do tipo descritiva, elaborada a partir de levantamentos bibliográficos, realizados em livros e artigos científicos pesquisados em bases de dados. Teoricamente falando, leva-se em conta as elaborações psicanalíticas advindas de autores como Freud e Lacan e buscando propor uma articulação com um sintoma social contemporâneo e os dispositivos clínicos passíveis de escutar tal sintoma. O trabalho revela a sua importância por retratar a toxicomania considerando o sujeito do desejo que ali se apresenta, atravessado pelos discursos do laço social.

Resultados e Discussões

A Toxicomania vem sendo falada há muito tempo. Segundo Santiago (2001) esse termo advém do discurso psiquiátrico do século XIX, que passa a considerá-la uma categoria clínica específica, associando-a aos atos maníacos e à tendência impulsiva direcionadas às substâncias. Produziu-se, como resultado disso, o início de critérios diagnósticos que buscavam descrever a relação do sujeito com as substâncias psicoativas. Contrariando a fala psiquiátrica da época, a psicanálise apresenta a toxicomania como efeito de um discurso, pois implica um sujeito nesse fenômeno (SANTIAGO, 2001).

Gianesi (2005) acrescenta que, quando presentes nos ditos que surgem em análise, os efeitos químicos que são atribuídos às drogas costumam tornar-se insignificantes, ao invés disso, os analisandos falam sobre as sensações de prazer que são propiciadas pelo uso desses objetos. Esse efeito de prazer, ou gozo na relação do sujeito com o objeto droga, pressupõe-se a castração, ao falo, e à um sujeito procurando formas de lidar com a sua falta, ou seja, supõe-se o sujeito neurótico, mesmo que o fenômeno da toxicomania possa se manifestar também na psicose e na perversão, porém com motivações diferentes (GIANESI, 2005).

Fazendo referência ao uso de drogas de caráter repetitivo, dando como ênfase a influência do discurso do inconsciente como causador de dependência, a autora diz que fica demonstrado através da psicanálise que pelo inconsciente há uma tendência a repetição, relacionada à falta, e portanto, ao objeto (a).

“Na repetição o sujeito castrado busca o controle da ausência. Porém, também é próprio da repetição o fracasso da tentativa de reencontrar o perdido.” (GIANESI, 2005). Dessa forma, ao mesmo tempo que a repetição é uma busca pelo perdido e pelo gozo, a cada vez que ela opera é reeditado o limite do gozo.

Freud em seu texto “O Mal-estar na Civilização” (1930) aborda que a civilização é a causa de todo o mal-estar, por repousar na renúncia instintual, essas renúncias ficam em contraste com as exigências pulsionais. Acrescenta também que a intoxicação é a forma mais grosseira, porém a mais eficaz de fugir do mal-estar causado pela civilização, já que através de determinadas substâncias, é possível ter sensações de prazer, e de inibir impulsos desagradáveis (FREUD, 1930).

No seminário 17, Lacan (1972/1973) apresenta os 4+1 discursos. O discurso, é um modo de se relacionar socialmente, o qual é representado por uma estrutura sem palavras. O autor quando propõe os discursos, do mestre, do universitário, da histérica e do analista, afirma que estes, são modos de uso da linguagem que se configuram como vínculo social, já que é na estrutura significante que o discurso se estabelece. É a articulação da cadeia significante que gera o discurso (COELHO, 2006).

A compreensão geral do termo discurso recorre ao seu caráter de manifestação ordenada de frases e seu conteúdo se manifesta de forma direta ou indireta, configurando um enunciado. A norma do enunciado, por assim dizer, marca o lugar do agente da fala e o outro a quem se destina a palavra (ALMEIDA, 2010).

O Discurso do Capitalista, não seria propriamente um quinto discurso, mas sim um +1, pois se trata de uma forma mais contemporânea de pensar o discurso do mestre. Entre um e o outro, as posições mudam, mas o lugar da verdade permanece o mesmo. Não há qualquer relação entre o agente e o outro, ou melhor dizendo, vínculo entre o capitalista e o proletário, sendo assim, não há laço social no discurso do capitalista (COELHO, 2006).

Assim, no discurso do capitalista (LACAN 1972/1973), o sujeito barrado está no lugar de agente, diretamente ligado à produção, representada pelo mais-de-gozar (a). Não há uma barra que faz o impedimento do acesso ao gozo pela via do objeto causa de desejo. Assim, tem-se um sujeito sem limites, devido a ligação direta com o produto, sujeito este determinado por uma incessante falta de gozar.

Nessa linha de raciocínio, é possível pensar a toxicomania como um discurso da contemporaneidade, isso por conta de sua vinculação direta com a demanda de consumo da sociedade capitalista. Assim, o toxicômano busca responder a esse discurso, que remete a um pedido incessante de completude, satisfação plena e de um gozo que os sujeitos creem poder acessar a partir do consumo de diversos objetos, inclusive da droga (CASSOL, 2013).

Nesse âmbito, o sujeito responde ao discurso capitalista pela via do consumo de substâncias tóxicas, pois nesse sistema, o toxicômano tanto consome quanto é consumido (CASSOL, 2013). O gozo da toxicomania é um gozo individual, é só o sujeito com sua droga, sem a mediação de um outro. A toxicomania o consome e fala por ele. Aqui tem-se uma eliminação do sujeito, mesmo que momentânea.

Devido a essa anulação do sujeito, durante o uso do tóxico, o que ocorre é que “ao mesmo tempo em que toxicômano existe pelo sintoma social, produz esse sintoma para suprir o mal-estar inerente à condição de existir, com o seu gozo em sua relação dual, sujeito – tóxico afasta-se do social.” (CASSOL, 2013, p. 24). A toxicomania faz com que o sujeito rompa com seus laços sociais e se anule em prol do gozo, definindo a si mesmo nessa relação gozosa. O social passa, então, a inexistir em sua relação com o tóxico (MARCONI, 2009).

Assim sendo, a toxicomania se constitui como um sintoma social, um modo particular encontrado pelo sujeito para executar o seu gozo privado. A droga é a forma do sujeito de lidar com esse mal estar que paira sobre a civilização, pela via de uma tentativa de suspender a existência e a dor de existir (MELMAN, 1992).

Como forma de lidar e de escutar esse tipo de sintoma social, tem-se os dispositivos clínicos sociais. Os dispositivos podem ser entendidos como tudo aquilo que produz movimentos discursivos. Dessa forma, podem gerar e captar formas distintas de subjetividade (BROIDE, 2014).

Foucault traz que dispositivo é a rede que se estabelece entre diferentes componentes institucionais, o que incluiu discursos, instalações arquitetônicas, leis, enunciados científicos... De acordo com Fanlo (2011 apud BROIDE, 2014, p. 2), “um dispositivo não é senão um mecanismo que produz distintas posições de sujeitos, precisamente por essa disposição em rede: um indivíduo pode ser lugar de múltiplos processos de subjetivação”.

A relação do sujeito com os dispositivos atuais cria novos laços dando origem ao dispositivo sagrado, que é impositivo e alienante, ou seja, exerce controle à medida que o sujeito não faz suas escolhas conscientemente. E dá origem ao dispositivo profano o qual possibilita o vazio e então o surgimento do sujeito do desejo a partir de escolhas conscientes (BROIDE, 2014).

Atualmente, o dispositivo clínico social que cria espaços para lidar com o sintoma social da toxicomania são os CAPS ad. “Os CAPS foram pensados para ser o núcleo de uma nova clínica, produtora de singularização, que convida o sujeito à responsabilização e protagonismo em toda a trajetória do seu tratamento” (SHIMOGUIRI; PERICO, 2014, p. 6), inclusive os CAPS ad, em que foram criados com a intenção de disponibilizar atendimento especializado para sujeitos em sofrimento psíquico resultante do uso de álcool e outras drogas (SHIMOGUIRI; PERICO, 2014).

Tudo isso para que não mais esta demanda fosse tratada através de instituições totais e, recusando o modelo biomédico e sintomatológico (Ministério da Saúde, 2011 apud SHIMOGUIRI; PERICO, 2014). Porém nem sempre este dispositivo é conduzido de tal forma. Ao invés de serem espaços vazios e produtores de subjetividade, tem-se que:

Na grande maioria dos CAPS ad, seguindo o princípio doença-cura, a toxicomania ainda é concebida pelo viés biomédico-curativo do DSM IV, sendo denominada como "dependência química"; por isso o foco das ações tem sido a abstinência da droga como via de adaptação ao social e recuperação adaptada da saúde (SHIMOGUIRI; PERICO, 2014, p. 8).

Isto é, o dispositivo clínico social, no caso os CAPS ad, que deveriam ser espaços de subjetivação (dispositivo profano), acabam muitas vezes sendo espaços de controle por impor a mesma terapêutica a todos os sujeitos acometidos por tal sintoma social (dispositivo sagrado), sem que houvesse um espaço vazio para saber o que cada sujeito faz ali através da circulação da palavra e da provocação de reflexões.

É preciso, que se crie e normalize a criação de espaços vazios e de circulação de palavras nesses ambientes, de forma que seja possível o trabalho com as toxicomanias e a ressignificação dessa condição pelos sujeitos.

Considerações finais

Tendo em vista o referencial teórico apresentado, é possível perceber que a condição humana é atravessada pelo laço social. O sujeito individual é o sujeito social. Para suprir o vazio constitutivo, os sujeitos buscam por maneiras alternativas de se satisfazerem, porém no momento que isso vem a causar prejuízos sendo eles psíquicos, orgânicos ou sociais, pode-se dizer que se trata de uma fuga patológica de uma realidade que está causando-lhe sofrimento, de modo que ele não consegue encontrar outra forma de representar suas questões.

Considerando a toxicomania como uma resposta ao discurso do capitalista, onde demanda-se sujeitos que consomem e que não sintam, pode-se pensar que se trata de uma defesa em relação ao desamparo, dissolvendo o laço social em uma passagem ao ato.

É importante o psicólogo ter a preocupação social com o sujeito toxicômano, sendo possível que se escute cada sujeito de forma individualizada respeitando a trajetória de cada um e conhecendo os motivos que fazem o indivíduo permanecer nesta relação de objeto da droga, pagando um preço alto pela perda de sua subjetividade.

Discutir sobre esta temática é relevante pois a toxicomania aparece como sendo um sintoma do social em intersecção com o pessoal. Isto é dizer que a toxicomania se constitui como um sintoma social, que pode estar adquirindo representações específicas para cada um. Espera-se que esse estudo possa contribuir com o entendimento acerca da toxicomania e para reflexões que culminem em pensar políticas públicas efetivas para o trabalho com esse tipo de questão.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alba Riva Brito de. **Toxicomanias: uma abordagem psicanalítica**. Salvador: EDUFBA, 2010. Coleção: Drogas: clínica e cultura (CETAD/UFBA).
- BROIDE, Jorge. **A construção de dispositivos clínicos**. Correio da APPOA. Porto Alegre, Nov. 2014. Disponível em: https://apboa.org.br/correio/edicao/240/a_construcao_de_dispositivos_clinicos/156. Acesso em: 09 nov. 2021.
- CASSOL, Cássia. **Toxicomania: um sintoma social da contemporaneidade**. Monografia. Curso de Psicologia. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Santa Rosa. 35p. 2013.
- COELHO, Carolina Marra S. **Psicanálise e laço social – uma leitura do Seminário 17**. Barbacena: Mental, 2006. ano IV n.6, p. 107-121.
- FREUD, Sigmund. (1930). Mal-estar na civilização. In: _____. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. vol. XVIII.
- GIANESI, Ana Paula Lacorte. A toxicomania e o sujeito da psicanálise. **Psychê**, v.9, n. 15, jan-jun. 2005, p. 125-138. Universidade São Marcos. São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30715909>. Acesso em 06 out. 2021.
- LACAN, Jacques. **O seminário: livro 17, O avesso da psicanálise (1969-1970)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.
- _____. Conferência de Jacques Lacan em Milão (1972-1973). In: **Lacan in Italia 1953-1978**. Milão: La Salamandra, 1978, pp. 58-77.
- MARCONI, Kátia Fisch. **Manejos possíveis do gozo na Clínica das Toxicomanias: uma abordagem psicanalítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. 2009.

MELMAN, Charles. **Alcoolismo, Delinqüência, Toxicomania**: uma outra forma de gozar. São Paulo: Escuta, 1992.

SANTIAGO, Jesús. **A droga do toxicômano**: uma parceria cínica na era da ciência. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SHIMOGUIRI, Ana Flávia Dias kTanaka; PERICO, Waldir. **O Centro de Atenção Psicossocial como dispositivo social de produção de subjetividade**. Rev. Psicol. UNESP, Assis, 2014. v.13, n.1, p.33-51. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442014000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 nov. 2021.

VORCARO, Angela. Seria a toxicomania um sintoma social? **Mental**, v. 2, n. 3, nov. 2004, p. 61-73. Universidade Presidente Antônio Carlos, Barbacena, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=42000306>. Acesso em 06 out. 2021.

Enviado em 30/04/2023

Avaliado em 15/06/2023

POR UMA EDUCAÇÃO PARA A EXISTÊNCIA E CONTRA A MASSIFICAÇÃO DO SUJEITO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ADORNO E SARTRE

Marcos Rafael Andrade de Melo³²

Resumo

Este trabalho busca pensar a educação na contemporaneidade para uma existência mais elevada do sujeito, se contrapondo a massificação do saber. Essa problemática será trabalhada à luz das concepções de Theodor Adorno (1903-1969) e Jean-Paul Sartre (1905-1980). Em um primeiro momento traz uma análise histórico-filosófica da vida e obra de Theodor Adorno, assim como seu pensamento relacionado a educação, a razão instrumental, a indústria cultural e a massificação do saber e do sujeito. Em seguida, análise dos conceitos de existência, homem e liberdade a partir de Sartre e seu engajamento político como resistência a uma sociedade massificada. O que se pretende é tratar a educação como saída de futuro melhor para a sociedade, como sentido de uma autorreflexão crítica dos sujeitos acerca de si mesmos e do mundo que os rodeia.

Palavras-chave: Educação, Existência, Emancipação.

Resumen

Este trabajo busca pensar la educación en la contemporaneidad para una existencia superior del sujeto, oponiéndose a la masificación del saber. Se trabajará este tema a la luz de los conceptos de Theodor Adorno (1903-1969) y Jean-Paul Sartre (1905-1980). En un primer momento, trae un análisis histórico-filosófico de la vida y obra de Theodor Adorno, así como de sus pensamientos relacionados con la educación, la razón instrumental, la industria cultural y la masificación del saber y del sujeto. Luego, análisis de los conceptos de existencia, hombre y libertad a partir de Sartre y su compromiso político como resistencia a una sociedad de masas. Lo que se pretende es tratar la educación como una salida a un futuro mejor para la sociedad, como un sentido de autorreflexión crítica de los sujetos sobre sí mismos y el mundo que los rodea.

Palabras clave: Educación, Existencia, Emancipación.

Apontamentos Iniciais

A Escola de Frankfurt reuniu em torno de si um seletos e heterogêneo grupo de estudiosos que tinha uma mentalidade notoriamente marxista, mas que também foi profundamente marcada pela influência de pensadores como Hegel, Friedrich Nietzsche, Freud, entre outros. A Escola de Frankfurt estudava os problemas tradicionais do movimento operário, unindo o trabalho empírico à análise teórica. Possuía três importantes fundamentos: 1) uma base neomarxista, por meio da qual fazia severas críticas ao capitalismo; 2) uma leitura da Psicanálise para compreensão interna do homem; 3) um retorno ao Existencialismo, como uma compreensão do que é o homem e do seu lugar no mundo. A Escola de Frankfurt começou a escrever no período entre guerras. Usava um programa que ficou conhecido como "teoria crítica" da Escola de Frankfurt que busca a mudança e emancipação do ser humano por meio do esclarecimento.

³² Graduado em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Goiânia. Membro do Núcleo em Estudos de Gênero, Raça e Africanidades (NEGRA-IFG).

Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno é um dos principais filósofos do século XX. Nasceu em 11 de setembro de 1903 na cidade de Frankfurt, na Alemanha. Ingressou na Universidade de Frankfurt em 1920, estudou Filosofia, Musicologia, Psicologia e Sociologia, formando-se no ano de 1924. Em 1934, Adorno foi obrigado a fugir do regime nazista, devido a sua ascendência judaica e seu alinhamento socialista. Fugiu para Inglaterra e em 1938 se exilou nos Estados Unidos, onde estuda a mídia estadunidense. Sentiu fascínio e repulsa que ao conhecer a cultura de consumo americana. Só retornou à Alemanha em 1949. Morreu em 6 de agosto de 1969, na cidade de Visp na Suíça, devido a problemas no coração.

Theodor Adorno foi um crítico contundente dos meios de comunicação de massa. Ele percebeu, nos seus anos de exílio nos Estados Unidos, serem eles peças essenciais da engrenagem que alicerça a indústria cultural. Esta criação do Capitalismo molda a mentalidade dos que a ela aderem inconscientemente, semeando o conformismo e a resignação diante de um sistema implacável que desfigura a essência do ser.

Jean-Paul Sartre foi um filósofo e escritor consagrado, que viveu no século XX, conhecido por suas obras filosóficas, literárias e suas reflexões sobre a existência humana com ênfase na liberdade, responsabilidade e no engajamento político. Nasceu no dia 21 de junho 1905, em Paris na França. Aos 19 anos, ingressou no curso de Filosofia da Escola Normal Superior de Paris. Fez o mestrado em Filosofia, na Sorbonne, onde conheceu sua futura companheira, Simone de Beauvoir. Escreveu boa parte de suas obras durante a guerra. Mas foi nos anos 1960, quando já era um autor consagrado, que publicou a "Crítica da Razão Dialética" em que estabelece um diálogo crítico entre o marxismo e o existencialismo.

Sartre era um intelectual engajado com os movimentos sociais da França de sua época e filiado ao Partido Comunista francês. Depois de participar diretamente da revolta estudantil de maio de 1968, multiplicou seus gestos públicos de esquerda. Jean-Paul Sartre morreu em Paris, França, no dia 15 de abril de 1980. Seus restos mortais foram sepultados no Cemitério de Montparnasse, onde também está sepultada sua companheira.

Tendo em vista, o conceito de homem definido por Sartre e de indústria cultural por Adorno, podemos afirmar que o homem como sujeito livre, e que produz cultura, é diretamente responsável pela produção da indústria cultural. Pois o homem como projeto lançado ao mundo, e ao fazer escolhas temos o sentimento de angústia, de desespero, de desamparo e com isso podemos fazer escolhas alienadas, o que levaria a uma massificação do sujeito, e dessa forma “alimentariam” o principal interesse da indústria cultural que é reproduzir os interesses das classes dominantes sobre as classes dominadas, pois não faríamos o uso da autorreflexão crítica sobre nossas escolhas. Porém, caso o indivíduo faça o uso da autonomia, da emancipação, este poderá fazer escolhas que determinem sua atuação como sujeito de sua própria história.

Neste sentido, o recorte proposto por este estudo procura analisar aspectos fundamentais sobre o universo regido pelos interesses, pelo lucro, pelas conveniências e pela massificação da cultura e do sujeito. Inclinado a compreender esse paradoxo Adorno afirma que o capitalismo é o principal responsável pela estagnação da consciência política crítica e revolucionária, sobretudo da massificação do sujeito. Porém, o movimento de desconstrução dessa estagnação e massificação só será possível através da Educação. Uma educação voltada para a consciência, uma educação esclarecedora para os indivíduos, que leve à emancipação e autonomia do sujeito.

Adorno: a massificação do sujeito e seus reflexos na educação

Quando se pensa a relação entre Theodor Adorno e o conceito de massificação não se pode deixar de explicitar os conceitos de indústria cultural e sociedade de consumo, pois os mesmos influenciam na construção da massificação e alienação do sujeito. O termo indústria cultural designa o fazer cultural e artístico sob a lógica da produção industrial capitalista. Possui como corolários o lucro acima de tudo e a idealização de produtos adaptados para consumo das massas. Dessa forma, podemos destacar a influência marxista desta interpretação, a qual preconiza a economia enquanto "mola propulsora" da realidade social (MAAR, 2003).

Na indústria cultural os bens de consumo se mercantilizam sob o aspecto de produtos culturais voltados para o lucro, por meio dos quais são fabricadas ilusões padronizadas e extraídas do manancial cultural e artístico. Além disso, a indústria cultural possui como principal intuito reproduzir os interesses das classes dominantes sobre as classes das dominadas; sendo assim, a lógica da indústria cultural é de que a classe dominante aliene as dominadas. Como resultado, torna os dominados incapazes de elaborar um pensamento crítico que impeça a reprodução ideológica do sistema capitalista. A cultura popular é simplificada e falsificada para se transformar em produtos consumíveis, ou seja, uma cultura de caráter manipulador.

Se fosse obrigado a resumir em uma fórmula esse tipo de caráter manipulador — o que talvez seja equivocado embora útil à compreensão — eu o denominaria de o tipo da consciência coisificada. No começo as pessoas desse tipo se tornam por assim dizer iguais a coisas. Em seguida, na medida em que o conseguem, tornam os outros iguais a coisas. (ADORNO, 2006, p. 130)

Adorno afirma neste trecho que há um processo real na sociedade capitalista capaz de alienar o homem de suas condições de vida. Ou seja, o homem seria como um mero objeto para o capitalismo, por meio do qual ocorreria um processo de alienação pelo uso de fetiches, ideologia, convertendo este sujeito humano em "coisa". O filósofo traz como exemplo de consciência coisificada, o que ele determina de "fetichismo da técnica", isto é, aquilo que consiste na idolatria por coisas, máquinas, em si mesmas. Tal fetichismo cria no homem, uma relação exagerada e irracional com as outras. O filósofo húngaro, István Mészáros (2008, p. 59), ressalta em sua obra "A educação para além do capital" que, vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência. Adorno ainda nos afirma, que os avanços tecnológicos têm um papel importante nessa coisificação da consciência, principalmente pelo fato da tecnologia, ser considerada como algo superior, fazendo assim com que os homens se esqueçam que eles próprios são quem produzem a tecnologia e não ao contrário.

O termo "sociedade de consumo" faz referência aos grandes grupos midiáticos globais que possuem o poder dos meios de comunicação da massa. Eles são utilizados na padronização de produtos, notícias, serviços e entre outros. Em outras palavras, a sociedade de massa é um produto padronizado e pré-definido para o consumo imediato. Nela tudo gira em torno do objeto. Sendo assim, podemos afirmar que vivemos tempo dos objetos. Um tempo onde cada vez mais, existimos em função do consumo dos objetos. Trata-se da superioridade das coisas em relação aos seres humanos.

Esta é, claramente, uma forma de desenvolvimento do capitalismo, onde os desejos e os interesses de vida dos indivíduos são produzidos em massa, como uma gigantesca fábrica de pessoas. A indústria cultural, conceito definido por Theodor Adorno e Max Horkheimer, atua como forma de padronização dos gostos e desejos dos seres humanos, levando-os sempre para o consumo.

A indústria cultural trabalha junto a uma sociedade de massa e atua como uma forma de padronização dos gostos e desejos dos seres humanos, voltando-os para o consumo, a vida para o trabalho e a diversão como forma de alienação, como uma forma dos homens não conseguirem reconhecer que são retirados de sua própria existência. A mídia e a propaganda atuam como principais elementos de massificação dos sujeitos.

A indústria cultural acaba por colocar a imitação como algo de absoluto (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 108). Sendo assim, é através das notícias das mídias todos desejam imitar a "estrela" da vez ou cantar a música de sucesso, mesmo que seja uma música que ofenda a mulher, a religião, a paz, dentre outros exemplos. Não se produz mais objetos/produtos para pessoas comprarem, mas pessoas que desejam comprar objetos/produtos, aumentando o lucro dos grandes empresários. Acontecendo assim uma inversão de valores.

[...] a memória, o tempo e a lembrança são liquidados pela própria sociedade burguesa em seu desenvolvimento, como se fossem uma espécie de resto irracional. [...] Quando a humanidade se aliena da memória, esgotando-se sem fôlego na adaptação ao existente, nisto reflete-se uma lei objetiva do desenvolvimento. (ADORNO, 2006, p.33)

Essa perda da memória e da lembrança, evidenciados por Adorno, é bastante útil na reprodução da sociedade de massa, uma vez que esta tem como principal função a adaptação dos indivíduos às formas de domínio social prevalecente, neste caso o capitalismo. Os filósofos Theodor Adorno e Max Horkheimer nos ressaltam que:

O círculo da manipulação é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma. Por enquanto, a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 100)

A intenção do capitalismo é a criação de uma sociedade com gostos padronizados, pelo qual se desenvolve a massificação do sujeito, ou seja, a banalização do indivíduo, a perda de individualidade, de singularidade, perda do raciocínio e da razão. Sendo assim o sujeito perde o seu senso crítico, não pensa fora da sua normalidade. Segundo Adorno e Horkheimer (1985, p.105), os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente, pois cada manifestação da indústria cultural reproduz as pessoas tais como as modelou a indústria em seu todo. Dessa forma, a indústria cultural molda o pensamento de cada sujeito. As pessoas não devem pensar, não devem refletir, devem apenas consumir e aceitar tudo de forma passiva. Seria exatamente, uma negação do próprio "eu" em busca daquilo que a mídia nos apresenta diariamente. Na massificação do sujeito, todos estão sendo direcionados para o consumo desenfreado, para os gostos, pensamentos, escolhas entre outros objetos padronizados. A consciência humana é dominada pela comercialização e banalização dos bens culturais.

Um dos efeitos mais perigosos da massificação é a alienação das pessoas. Os chamados fenômenos da alienação baseiam-se na estrutura social, seja ela pela falta de educação, conscientização ou desapropriação da realidade em seus diversos âmbitos. O fato é que as pessoas abdicam de suas vozes e direitos, deixando muitas vezes, que outras decidam em seu nome, culminando em prejuízos como o isolamento, a discriminação e os abusos de todo o gênero.

É preciso compreender os elementos que formam essa alienação, pois a partir dessa compreensão é possível fazer uma crítica aos mesmos, ou seja, uma possibilidade de fuga que apenas a reflexão existencial, a autorreflexão crítica, com a autonomia dos sujeitos, em conjunto com a educação pode permitir fazer essa saída de um sistema manipulador. Assim como afirma Adorno no texto *Educação após Auschwitz*: “É necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiam para os lados sem refletir a respeito de si próprias. A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica.” (ADORNO, 2006, p.121). Dessa forma, podemos afirmar que é somente por meio da educação que o sujeito é capaz de fazer o uso de uma autorreflexão crítica que seja capaz de refletir sobre suas escolhas, e sobre o seu próprio eu. Com o uso da educação dirigida podemos fazer uma crítica a atual sociedade alienada, manipuladora e consumista, e fugir da mesma a partir da autonomia e emancipação.

Sartre: o projeto existencial e a educação

Jean-Paul Charles Aymard Sartre foi um filósofo e escritor consagrado que viveu no século XX conhecido por suas obras filosóficas, literárias e suas reflexões sobre a existência humana com ênfase na liberdade, responsabilidade e no engajamento político. Sartre era um intelectual engajado com os movimentos sociais na França. Era filiado ao Partido Comunista francês. Depois de participar diretamente da revolta estudantil de maio de 1968, multiplicou seus gestos públicos de esquerda. Fundou a revista literária e política *Les Temps Modernes* (Os tempos modernos), além de escrever para o jornal de *Paris Libération*, da esquerda francesa.

Sartre é representante do existencialismo ateu. Assim, afirma que, se Deus não existe, há pelo menos um ser no qual a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser definido por qualquer conceito: este ser é o homem, ou, como diz Heidegger, a realidade humana (SARTRE, 1987, p. 02). Logo, Sartre parte da subjetividade do homem, pois o existencialismo como uma doutrina que torna a vida humana possível e que, por outro lado, declara que toda verdade e toda ação implicam um meio e uma subjetividade humana.

Para os existencialistas, a existência tem prioridade sobre a essência humana, portanto o homem existe independente de qualquer definição pré-estabelecida sobre seu ser. O existencialismo pressupõe que a vida seja uma jornada de aquisição gradual de conhecimento sobre a essência do ser, por esta razão ela seria mais importante que a substância humana.

A existência precede a essência, ou seja, é necessário partir da subjetividade. Significa que, em primeira instância, o homem existe, encontra a si mesmo, surge no mundo e só posteriormente se define. [...] O homem, tal como o existencialista o concebe, só não é passível de uma definição porque, de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo. O homem nada mais é do que aquilo que ele faz de si mesmo: é esse o primeiro princípio do existencialismo (SARTRE, 1987, p. 03-04).

Sendo assim, o homem será apenas o que ele projetou ser. Ele é o que se concebe depois da existência. Dessa forma, o homem se constitui como homem fazendo-se homem, tornando a sua existência humana. Pois, o projeto é uma existência que se constrói através da escolha, da ação. A existência humana é a construção do projeto humano, que é feito por todos. Logo, é edificando o projeto que tem para si e para a humanidade, que o homem se torna homem, sendo o futuro de si mesmo. Neste sentido, o homem é como produto e produtor da história.

Foi Sartre que legou ao existencialismo a ideia central da liberdade do homem, bem como de sua eterna aflição perante a falta de um projeto que regeria a caminhada humana, o que deixa o indivíduo à mercê de suas próprias decisões e atitudes.

O homem é e será exatamente aquilo que quiser ser, sendo este querer uma decisão consciente, que envolve toda a humanidade. Para Sartre, a liberdade é a condição do ser. E a liberdade só tem sentido se pensada a partir da escolha, da ação humana. Do contrário, será somente uma palavra, se não for tomada nesta perspectiva. (RESENDE, 2011, p. 54)

Assim, o homem é o que se concebe depois da existência. O homem escolhe a si próprio, e é responsável pelo que é, pela sua existência. Ao escolher a si próprio, o homem escolhe por toda humanidade. Nas palavras de Sartre: “O homem é responsável pelo que é. [...] quando dizemos que o homem é responsável por si mesmo, não queremos dizer que o homem é apenas responsável pela sua estrita individualidade, mas que ele é responsável por todos os homens” (SARTRE, 1987, p.04).

O ser humano consiste na construção de sua própria essência. (RESENDE, 2011, p.55), a decisão do homem será mediada pela escolha que terá como resultado uma ação. Ao escolher, este homem parte da duplicidade que é geral e particular. Também, ao escolher os homens fazem/produzem suas relações. É através da ação humana, que o projeto será efetivado, pois a realidade parte da ação. Dessa forma, a educação deve ter um sentido para o educador, enquanto sujeito produto e produtor da história.

O educador deve reconhecer-se na educação e fazer deste seu próprio projeto da humanidade, tendo como referência às condições reais e objetivas nas quais a educação se encontra e também o seu papel no processo educacional. (RESENDE, 2011, p. 62). O educador é produto da sua educação.

Ou seja, o educador deve inventar, pela subjetividade, uma movimentação transitória da objetividade à objetividade, superando, na descrição desse sentido, as obscuridades da educação. Desta maneira, o educador estará visando a produção de si mesmo, enquanto tal, como certa totalidade, posto que o projeto não é meramente uma negação e fuga do dado, mas está eivado de sentido e enfrentamento da realidade posta. (RESENDE, 2011, p. 63)

O educador é produto da sua educação, é a escolha de fazer em termos de prática educativa e pedagógicas, em que ele estará fazendo escolhas para si, e colocando-as no mundo. Partindo do geral para o particular. É o educador que escolhe e se faz educador. Resende (2011) ressalta que, pensar a educação no âmbito do projeto existencial significa pensar o educador - sem desconsiderar as condições reais adversas do campo educacional, mas, ao contrário, identificando-as justamente como o campo de onde emanam as forças de superação -como sendo sujeito histórico de seu processo, responsável pelas escolhas que delinham sua ação pedagógica. Assim, o conhecimento do educador é um momento da práxis, mas trata-se de um conhecimento que se define pela recusa da realidade negada em nome da realidade a ser forjada, permanecendo subjugado ao ato de superação e ao mesmo tempo sendo nele subsumido.

Pode-se, deste modo, dizer que o educador é um partícipe do projeto existencial nos contornos circunscritos pela educação e, antes disso, pela própria humanidade, já que a educação constitui-se numa atividade eminentemente humana, o que a coloca no concurso da construção da humanidade no mundo; por isso, a educação é um aspecto particular do que Sartre designa projeto humano. (RESENDE, 2011, p. 64)

O educador é o sujeito envolvido neste projeto. E é através da sua práxis educacional que estará cada vez mais habilitado a fazer e assumir opções, assim como ampliar seus conhecimentos e dar continuidade na formação de educador.

Apontamentos Reflexivos

Ao fazer escolhas, o homem também escolhe para todos os outros homens, ou seja, ao criarmos a imagem do homem, a partir das escolhas, julgamos como ele deva ser. Dessa forma, a responsabilidade do homem em fazer escolhas engaja a humanidade inteira. Assim como Sartre afirma sobre a liberdade do homem, suas atitudes e conhecimentos. Para Adorno, a crise da educação é na verdade, a crise da formação cultural da sociedade capitalista como um todo. Para ele, existe uma falência na cultura onde está diretamente ligada ao processo de educação do sujeito. Para Sartre, o homem através de suas escolhas faz cultura. “Sou responsável por mim mesmo e por todos e crio determinada imagem do homem por mim mesmo escolhido; por outras palavras: escolhendo-me, escolho o homem” (SARTRE, 1986, p.06).

Uma ideia complementa a outra, pois se o homem através de suas escolhas faz cultura, e se suas escolhas por vez forem alienadas, estando conectadas ao consumismo, estaremos sujeitos exatamente a uma crise, pois não se fez o uso da autonomia, da educação esclarecedora, da educação política em suas escolhas dadas pela sociedade.

O problema da educação está diretamente relacionado no fato de ela ter se afastado de seu objeto essencial, que é promover o domínio pleno do conhecimento e a capacidade de reflexão. A escola, assim, se transformou em simples instrumento a serviço da indústria cultural, que trata o ensino como uma mera mercadoria pedagógica em prol da "semiformação". Essa perda de valores, anula o desenvolvimento da autorreflexão e da autonomia humana. Adorno critica fortemente em seus livros a escola, a cultura de massas por ela instalar e cultivar a massificação. O resultado disso, é a deformação, ou seja, um déficit da consciência, do ensino-aprendizagem. A educação esclarecedora, segundo Adorno, seria, portanto, um processo abrangente e geral que criaria um clima social e cultural que tornaria por assim, um obstáculo para repetição da barbárie ocorrida ao longo da história. O ensino deve ser uma "arma" de luta e resistência à indústria cultural na medida em que contribui para a formação da consciência crítica que permite que o indivíduo desvende as contradições da coletividade, um processo educacional capaz de criar e manter a sociedade baseada na dignidade e no respeito às diferenças.

Infelizmente, o trabalho pedagógico das escolas está orientado para aprovação em determinados exames, diplomas. Numa escola em que impera a banalização do conhecimento, o aluno é induzido a deixar de ler com profundidade as principais obras literárias, dando lugar somente a absorção de alguns trechos necessários para responder aos exercícios escolares. Só é repassado conhecimentos fragmentados, onde neste contexto educação se apresenta apenas como mera reprodução de conhecimentos. Assim, a educação seria uma "decoreba", uma mera reprodução de conhecimentos, em vez de estimular ao raciocínio, ao senso crítico dos estudantes. A autorreflexão é fundamental para todo sujeito pois é garantida pelo método de análise dialética, meio pelo qual podemos descobrir a verdade ao confrontar ideias e teorias.

A discussão centralizada neste artigo procurou destacar o papel da educação contra a massificação do saber. A partir das formulações dos teóricos estudados, percebemos que nos construímos enquanto sujeitos e que somos influenciados a todo momento pela indústria cultural e pelo capitalismo, que é o principal responsável pela estagnação da consciência política e crítica. Nesse sentido, resta-nos lançar mão de uma educação que incentive a capacidade humana de agir com autonomia. Nas palavras de Adorno, uma educação emancipadora e contrária à massificação, isto é, voltada para a conscientização, autorreflexão e autonomia dos indivíduos.

Reafirmamos, com Adorno, a ideia de que a educação é o mais importante meio de prevenção de todas as formas de coisificação, massificação e alienação do homem. Uma educação que evite o silêncio frente ao terror e manipulação das massas. Portanto, a educação deve contribuir, para o processo de formação integral e emancipação do homem, criando condições para que os sujeitos conquistem sua autonomia social e culturalmente, e propiciando condições que determinem a liberdade do indivíduo do ponto de vista de seu pensamento e de sua ação, de forma a fazer conscientemente as suas próprias escolhas e de atuar como sujeito de sua própria história, como pensou Sartre.

Faz-se necessário, portanto, um movimento de desconstrução do sujeito através da educação esclarecida, da autonomia e da emancipação. É somente dessa forma que iremos conseguir a formação de uma sociedade crítica de si mesma, em que cada vez mais os conceitos de humanização e civilização estejam presentes.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, T.W. **Educação e emancipação**. Tradução Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2006
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.
- MAAR, Wolfgang Leo. Adorno, semiformação e educação. **Educação & Sociedade**. Vol. 24 n. 83. Campinas, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302003000200008&script=sci_arttext. Acesso dia 23 de março de 2019.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PUCCI, Bruno. Teoria Crítica e Educação: contribuição da teoria crítica para a formação de professor. **Revista Espaço Pedagógico**. V.8, p. 13-30, 2001. Disponível em: <http://www.unimep.br/~bpucci/teoria-critica-e-educacao.pdf> . Acesso dia 19 de março de 2019.
- RESENDE, Selmo Haroldo. A formação do educador: uma leitura a partir do projeto existencial de Sartre. **Educação e Filosofia**. v. 15. n.30. jul/dez. 2001. pg. 53-66.
- SARTRE, J.P. **O Existencialismo é um Humanismo**. Tradução Rita Correia Guedes. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- Enviado em 30/04/2023
Avaliado em 15/06/2023

A QUESTÃO SOCIAL E OS DILEMAS NA VIDA DA(S) JUVENTUDE(S) POBRES: ESCOLA, TRABALHO E VIOLÊNCIA

Marlene Almeida de Ataíde³³

Resumo

O artigo em questão de natureza teórico conceitual, tem como objetivo trazer os dilemas que envolvem a(s) juventude(s) no mundo atual, especialmente aquelas questões que se relacionam à escola, ao trabalho e à violência, como fatores que causam preocupações na atualidade, considerando as diversidades que a(as) juventude(s) apresentam diante de uma sociedade excludente, competitiva e seletiva, especialmente, no que se refere a jovens que pertence às camadas populares, tal situação se torna ainda, mais aguda. Trata-se de pesquisa qualitativa, cujo referencial teórico está embasado em autores que discutem as questões que se cruzam e entrecruzam neste estudo.

Palavras-chave: Questão Social. Juventude(s). Escola. Trabalho. Violência.

Abstract

The article in question of a conceptual theoretical nature aims to bring the dilemmas involving the youth(s) in today's world, especially those issues related to school, work and violence, as factors that cause concerns in the present world currently, considering the diversities that youth(s) present in the face of an exclusionary, competitive and selective society, especially with regard to young people belonging to the popular layers, this situation becomes even more acute. This is qualitative research, whose theoretical framework is based on authors who discuss the issues that intersect and intersect in this study.

Keywords: Social Issue. Youth(s). School Work. Violence.

Introdução

O estudo em questão de natureza teórico conceitual objetiva trazer os dilemas que envolvem a(s) juventude(s) no mundo atual, especialmente questões que se relacionam à escola, ao trabalho e às violências enquanto questões que causam preocupações na atualidade.

No entanto, preliminarmente, torna-se oportuno trazer para a discussão a definição de juventude(s), pois o termo usado no singular significa não abarcar a pluralidade que representa. Autores como Novaes (1998), Bourdieu (1983), Carrano (2000), Castro & Abramovay (2002), Dayrell (2003), Abramo (2005) defendem o termo juventude(s) no plural, para mostrar a diversidade que esse segmento populacional evidencia de forma desigual tendo em vista os diversos fatores que se expressam em suas vidas, a exemplo da classe social, do gênero, da raça, da etnia, da sexualidade, entre outros, além de ser levado em conta o contexto histórico, social, econômico e cultural que os diferenciam. Nesta direção, torna-se importante definir essa categoria para compreender como esses sujeitos sociais se constituem em nossa sociedade.

³³ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Docente nos cursos de Graduação em Medicina e Pós-Graduação Lato Sensu em Psicologia Social e Residência Multiprofissional da Universidade Santo Amaro (UNISA-SP).

Para o sociólogo Groppo (2000) apud ATAÍDE (2018, p. 73), a concepção de juventude fundamenta-se “em dois critérios” que, apesar de apresentarem relações mútuas, nunca se harmonizam totalmente: “o critério etário e o critério sócio-cultural”. O primeiro sempre presente. O segundo demonstra que o jovem e seu comportamento se modificam de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, os contextos nacionais e regionais; ainda cabe apontar que o critério tempo é fundamental para entender tais modificações. Nota-se que a intenção é demonstrar que a categoria social juventude, da mesma forma que outras categorias sociais embasadas nas faixas etárias, apresentam uma importância fundamental para a compreensão de inúmeras características das sociedades contemporâneas, bem como de seu modo de funcionamento e de suas transformações. (ATAÍDE, 2018).

Foracchi (1997) uma das pioneiras no Brasil que buscou conceituar a juventude, na sua obra clássica intitulada “*O estudante e a transformação da sociedade brasileira*”, realiza a análise sobre a juventude, ainda pertinente na contemporaneidade, sobretudo, ao ressaltar que enquanto uma fase da vida; e ao mesmo tempo uma força social que se renova no decorrer da sua existência, essa fase é concebida como uma etapa que antecede a maturidade e apresenta características singulares, as quais correspondem a um momento definitivo da descoberta da vida e da história e a uma fase dramática da revelação do eu enquanto uma experiência particular que cada sociedade constitui o jovem à sua própria imagem. Dessa forma uma etapa cronológica da vida, menos que uma potencialidade rebelde e inconformada, a juventude sintetiza uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituir-lo, engajando-se (FORACCHI, 1977, apud ATAÍDE, 2018).

[...] a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. (DAYRELL, 2003, p. 24).

Todavia, observa-se no cotidiano, uma série de imagens a respeito da juventude que interferem na maneira de se compreender os jovens. Uma das discussões que mais permanecem é a juventude vista na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser” e que no futuro terá na passagem para a vida adulta o sentido das suas ações no presente. Sob essa ótica, há uma tendência de “[...] encarar a juventude na sua negatividade, o que ainda não se chegou a ser, negando o presente vivido” (SALEM, 1986, apud ATAÍDE, 2018, p. 73). Essa concepção está muito presente na escola, pois em nome do “vir a ser” do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido dos jovens como espaço válido de formação, além das questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro.

Portanto, a juventude é uma condição social, configurada por uma faixa etária, que no Brasil agrupa cidadãos e cidadãs com idade que se situa entre os 15 e os 29 anos. A juventude deve ser um tema de interesse público, pois a condição juvenil deve ser tratada sem estereótipos e a consagração dos direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a(s) juventude(s).

Juventude(s), questão social e desigualdades

A(s) juventude(s) pobre(s), especialmente aquela moradora das periferias urbanas dos grandes, médios e pequenos portes sofrem demasiadamente com os impactos da política neoliberal engendrada na década de 70. Por outro lado, também a partir dos anos de 1970 nas cidades, em que o setor terciário inchava pela industrialização excludente, surgiram novas formas de associativismo.

Nas periferias das metrópoles, desenho vivo da segregação espacial brasileira, surgiram movimentações para reclamar acesso a direitos, nas quais também os jovens se fizeram presentes por meio de diferenciadas nomeações como “moradores”, “favelados”, “pobres”, “classes populares”.

As políticas neoliberais de focalização na pobreza, como são políticas destinadas à juventude, podem até trazer melhorias nas condições de vida de alguns grupos mais desfavorecidos, pois as políticas de trabalho e educação que deveriam atuar em favor das garantias de direitos, geralmente, atuam de costas para esses sujeitos sociais que permanecem sem expectativas de futuro.

A questão social é compreendida por Ianni (1991) como as expressões das múltiplas desigualdades intermediadas pelas discrepâncias que ocorrem nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Portanto, dispõe de uma dimensão estrutural que se encontra enraizada na produção social e se contrapõe à apropriação privada dos frutos do trabalho, pois a ‘questão social’ atinge profundamente a vida dos sujeitos sociais numa luta aberta e surda pela cidadania.

Referido autor reafirma que a questão social possui uma relação intrínseca com o trabalho ao enfatizar que ao longo do processo histórico ela foi tratada pelos mecanismos repressivos com a finalidade de desviar-se da desordem e da subversão. Todavia, na medida em que conflitos e lutas políticas se tornaram visíveis aos assuntos da realidade nacional, a ‘questão social’, passou a ser vista como caso de política. Isso se deve principalmente ao “crescimento” do capitalismo no país, que no entanto, houve um desdobramento negativo nas situações de vida dos trabalhadores. Dessa forma, as lutas “[...] em torno do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho na fábrica e na fazenda, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos, cidadania” se converteram na realidade da vida cotidiana para grande parte dos trabalhadores” (IANNI, 1991, p. 3).

Tem-se ainda nas palavras de Iamamoto (1998, p. 27) que a

[...] Questão social apreendida como *o conjunto* das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. **(Grifo da autora).**

O historiador Eric Hobsbawm (1995, p. 555), na sua célebre obra denominada “*Era dos extremos: o breve século XX*”, realiza uma contundente análise sobre o Brasil, classificando-o como “[...] um monumento à negligência social” Essa negligência continua presente nos dias atuais quando nos deparamos com milhões de pessoas que se encontram desempregadas e dentre eles um número significativo de jovens que se encontram na idade produtiva.

Portanto, a desigualdade social no Brasil tem sido ou como sempre foi uma questão que vem sendo percebida nas últimas décadas, não apenas como uma herança pré-moderna, mas sim como uma decorrência do efetivo processo de modernização que assolou o país a partir do início do século XIX.

Em concomitância, o próprio desenvolvimento econômico, faz também crescer a miséria, que vai gerando as disparidades sociais que se desaguam na educação, renda, saúde, etc. Essa flagrante concentração de renda nas mãos das minorias, representam os dados da pesquisa divulgada pela FGV-Social ao mostrar que piorou a concentração de renda no Brasil nos últimos anos, pois, “Desde o fim de 2014 até o 2º trimestre de 2019, a renda dos 50% mais pobres da população caiu 17% e a dos 1% mais ricos cresceu 10%.” Informa que “[...] até 2014, o bem-estar social crescia a 6,5% ao ano (porque a renda crescia e a desigualdade caía). Lembra, entretanto que: “O maior perdedor da crise foi o jovem, com idade entre 20 e 24 anos, que teve uma queda de renda do trabalho de 17% (a queda média para toda a população foi de 3%). (FGV, 19/08/2019, s/p).

Dessa forma, combater as desigualdades que afrontam e ferem os direitos humanos de brasileiros e brasileiras, não se reduz tão somente aos imperativos ético ou moral. É na verdade, uma questão de justiça social, e tem principalmente enormes encadeamentos econômicos. Pois, num país onde a desigualdade flutua, em que a renda está concentrada nas mãos das minorias ricas, há de se esperar menor consumo, baixa produtividade cujo fator pode- nos deparamos com a explosão da violência que traz perdas e prejuízos irreparáveis para todos, e isso exige ações e políticas que sejam afirmativas de direitos para que tal situação seja revertida.

Juventude(s) escola e violência nas escolas: um fenômeno da atualidade?

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. (Paulo Freire)

Embora a violência não seja restrita a nossa atualidade coloca-se hoje como um fenômeno com características devastadoras, pois vem assumindo formas e matizes nunca antes vistos. Trata-se desse modo de um fenômeno em que não há favorecidos, em que qualquer ser humano, independentemente de cor, raça ou condição social é, ou poderá ser acometida por ela. Todavia, torna-se importante levar em conta a existência de alguns grupos ou segmentos sociais, que são mais vulneráveis diante desse fenômeno e, conseqüentemente, são os mais afetados. Nesse caso pode-se inferir que a juventude pobre é aquela que está mais exposta e esse fenômeno, pois os espaços de socialização, entre os quais, o ambiente escolar vem sendo atualmente o universo em que a violência vem se instalando a cada dia.

A violência é um fenômeno que atinge a todas as classes sociais, a todos os gêneros e gerações. Ultrapassa fronteiras geográficas, perpassa diferenças étnicas, políticas, portanto, é enganoso pensar que se trata de um fenômeno exclusivo de alguma localidade ou espaço social, de algum segmento ou classe social.

Essa violência exacerbada está presente nos grandes, médios e pequenos centros urbanos e não afeta os jovens somente no espaço urbano, nas comunidades das periferias, ou no trânsito. Atinge também de maneira avassaladora os jovens onde quer que estejam, e sob as mais diversas formas nas escolas do país. No Brasil, a categoria juventude é vivida de forma desigual e diversa. Na atualidade os jovens representam uma grande parcela populacional e sinaliza, com efeito, diversas juventudes, pois são caracterizadas por classe social, raça, gênero, etnia, cultura, religião, orientação sexual, localização geográfica, etc. Os jovens representam, de outro lado, um dos segmentos populacionais mais atingidos pelos mecanismos de exclusão social, além das vulnerabilidades que vivenciam no cotidiano. São jovens que vivem sem perspectivas, e ainda carregam as marcas por serem representantes de uma grande diversidade que se expressa nas diferenças e nas desigualdades sociais que caracterizam nossa sociedade.

Atualmente a violência nas escolas não é um fenômeno tão recente e vem convocando pela atenção de especialistas não apenas do Brasil do mundo inteiro, tendo em vista as mudanças às vezes drásticas que as instituições escolares enfrentam, bem como pelas novas formas assumidas pela violência no mundo atual.

Juventude(s) e trabalho

“Lutemos por um mundo novo...um mundo novo que a todos assegura o ensejo de trabalho, que dê futuro a juventude e segurança a velhice”. (**Charles Chaplin**)

Por outro lado, não obstante o acima exposto a autora menciona na sua análise tão presente atualmente na vida daqueles que ainda se encontram no mercado de trabalho o seguinte dilema:

[...] o trabalhador que está empregado é induzido à demissão ‘voluntária’, enfrenta o medo do ‘facão’, a ameaça da perda do emprego. Isso o faz aceitar o salário e as condições de trabalho que lhe são oferecidos, submete-se à pressão pela realização de horas-extras, desgasta-se no esforço de ‘vestir a camisa’ da empresa e de ‘mostrar serviço’. (MARTINS, 1997, p. 98).

A crise do desemprego que o país vem experimentando desde a era Collor de Melo pelo pessimismo e pela negatividade, que evidenciam a falta de perspectivas e possibilidades de pensar a construção do futuro no mundo do trabalho.

Consequentemente, indaga-se que projetos são possíveis de elaboração para a inclusão, principalmente de jovens pobres que não tiveram acesso à educação, que não possuem capital cultural para competir com igualdade no mundo do trabalho, em virtude das transformações que se sucedem a cada dia com os novos processos e organização do trabalho, com a introdução de novas tecnologias, que alteraram não só no modo de trabalhar, mas que provocam excessivas mudanças nas qualificações dos trabalhadores nas condições de trabalho, nas relações existentes no local de trabalho? (MARTINS, 1997). Eis a questão: Uma das principais consequências do chamado regime de acumulação flexível (HARVEY, 1992) apud (MARTINS, 1997), diz respeito ao mercado de trabalho, com a prevalência de formas precárias de trabalho - caracterizadas por redução de salários, ausência de garantias ou benefícios sociais e por condições inferiores quanto à segurança e às instalações - e o aumento das taxas de desemprego. Nesses tempos de economia globalizada, o que se tem observado é a constituição de um padrão segmentado do mercado de trabalho, com um núcleo cada vez mais reduzido de trabalhadores qualificados, com emprego permanente, em tempo integral.

Na sua análise Pochmann (2001, p. 27), aduz que os problemas oriundos do mercado de trabalho surgem das profundas transformações em curso na economia nacional, pois “[...] Desde o início dos anos 90, com a implementação de um novo modelo econômico para o país (inserção externa competitiva), tornou mais claro o movimento de desestruturação do mercado de trabalho”.

Ainda na década de 90, registrou-se um aumento significativo das ocupações não-assalariadas, e mesmo que insuficientes para atender à oferta de jovens que ingressaram ou de mecanismos de proteção social e trabalhista. (POCHMANN, 2001).

Importante frisar que além das vagas no mercado de trabalho serem instáveis e de baixa qualificação, são ocupadas na maioria das vezes, por trabalhadores adultos que possuem escolaridade mais elevada e alguma qualificação profissional. Isso, por outro lado, pressupõe-se que as antigas portas para o ingresso dos jovens no primeiro emprego terminam sendo fechadas a exemplo da construção civil, bancos, serviços na grande empresa e administração pública e, de outro lado, as vagas existentes são ocupadas preferencialmente pelos adultos com maior escolaridade e a qualificação exigida para competirem no mercado de trabalho.

Dessa forma, mesmo no caso da oferta de vagas nos postos de trabalho de baixo conteúdo profissional, há uma enorme elevação de exigências quanto aos requisitos de contratação por parte dos empresários, e isso pode ser visto como forma de impor limites mínimos na seleção dos novos empregados. Não obstante, há por outro lado, uma maior discriminação do emprego dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, pois as mesmas exigências que são feitas para aqueles que tiveram acesso a uma boa escola, as mesmas exigências são feitas para os jovens pobres que não acessaram os mesmos bens. Isto porque,

As ocupações que restam aos jovens são, frequentemente, as mais precárias, com postos não-assalariados ou sem registro formal. Encontram-se praticamente bloqueadas as portas de ingresso aos melhores empregos. O quadro de escassez de empregos, em meio ao elevado excedente de mão-de-obra, torna os jovens um dos segmentos da população ativa mais fragilizados. (POCHMANN, 2001, p. 38).

As análises anteriores sustentadas por autores que discutem a categoria trabalho direcionada à juventude balizam a situação atual da(s) juventude(s) tendo em vista do que referendam as pesquisas realizadas em 2019, ao tratar da questão em apreço.

Os dados que foram divulgados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do dia 15 agosto de 2019, trazem que “[...] 3,347 milhões de desempregados procuram trabalho há no mínimo dois anos”. Esse número “representa 26,2% (cerca de 1 em cada 4) dos desempregados no país no segundo trimestre”. Os dados fazem parte da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Em relação às taxas de desocupações mais elevadas “[...] se concentram nas populações jovens que se encontram nas faixas etárias entre e 14 e 17 anos (42,2%), e de 18 a 24 anos de idade (25,8%). No entanto, o maior contingente de desempregados se concentra entre a população de 25 a 39 anos (34,2%), e jovens de 18 a 24 anos (31,6%)”. (IBGE, 2019, s/p).

Tem-se ainda que um(a) jovem nessa parcela da população, ou seja, na faixa etária entre 14 e 17 anos, poderia estar trabalhando sob condições específicas conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente ao trazer no Art. 64 que “Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.” Ou seja, pode atuar, por exemplo, como menor aprendiz. No Art. 65 ressalta que, “Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários”. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2019, p. 45).

Considerações finais

O desemprego é o problema mais agudamente manifesto a afligir especialmente os jovens entre 18 e 20 anos, notadamente os rapazes (claro, não exclusivamente), mas e principalmente, aqueles que apresentam baixa escolaridade e menor taxa de rendimento. Essa confluência de traços alia as piores condições de competição no mercado, num segmento etário em que é mais sentida a pressão que decorre do estatuto (e das necessidades) de novo demandante em busca de inserção.

O desemprego juvenil se caracteriza por questões que são estruturais na nossa sociedade, e tem mantido os níveis mais elevados nos últimos anos, quer seja em épocas de crise, bem como, nas etapas de crescimento econômico sustentado. Para os jovens que são partes de diferentes posições que ocupam na sociedade, essa situação evidencia que a problemática se torna ainda mais aguda.

A falta de uma perspectiva profissional para os milhares de jovens brasileiros é um fator preponderante de desagregação social e de aumento da criminalidade. Baseados nesses dados, concluímos que é preciso fomentar a economia brasileira e gerar os empregos de que o país precisa, pois para os jovens que pertencem ao segmento populacional pauperizado as portas do primeiro emprego se encontram praticamente fechadas. Quando lhes sobra alguma oportunidade, é sempre pela via ilícita, haja vista que o mundo das drogas vem cooptando esses sujeitos de maneira desordenada, uma vez que o Estado não lhes permite uma vida digna.

A inclusão no mercado de trabalho deveria se constituir como sendo, um dos principais marcos da passagem da condição juvenil para a vida adulta. Todavia, nas últimas décadas, em virtude das acentuadas transformações produtivas e sociais, o que se tem são ocorrências que mudam os padrões de transição de uma condição à outra.

Para os jovens que pertencem às camadas populares, os baixos níveis de renda e capacidade de consumo da família redundam na necessidade do seu trabalho como condição de sobrevivência familiar.

E, mesmo o trabalho não sendo em muitas das vezes um imperativo ditado pela carência de subsistência familiar, os jovens tendem a encarar o trabalho como uma oportunidade de aprendizado, para ter acesso aos variados tipos de consumo e de lazer, ou seja, de alcançar a emancipação econômica.

Portanto, no que diz respeito à inclusão dos(as) jovens no mundo do trabalho são trajetórias que a cada dia se tornam marcadas pelo signo da incerteza: estes (as) jovens ocupam as ofertas de trabalho que aparecem, comumente de curta duração e baixa remuneração, o que lhes permitem pouca esperança de iniciar na carreira ou progredir profissionalmente. Ainda assim, sem que se levem em consideração as frenéticas transformações tecnológicas que repercutem no mercado de trabalho, alterando em curto espaço de tempo as especializações tornando-as obsoletas em certas profissões.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. “Condição juvenil no Brasil contemporâneo”. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 37-72.
- ATAÍDE, Marlene Almeida de. “Juventude(s) no cenário urbano: as políticas públicas culturais para jovens pobres periféricos”. *Revista Querubim*. Ano 14, nº 36 – vol. 05, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CARRANO, Paulo Cesar. “Juventudes: as identidades são múltiplas”. *Movimento*. Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 11-27.
- CASTRO, Mary. Garcia; ABRAMOVAY, Myriam. *Juventud, violencia e vulnerabilidad social em América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- DAYRELL, Juez. “O jovem como sujeito social”. *Revista Brasileira de Educação*. Set/Out/Nov/Dez, 2003 Nº 24. p. 40-52.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA Lei 8069 de 13 de julho de 1990. Brasília, 2019.
- FGV SOCIAL – CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS. *Alta da desigualdade chega a 17 trimestres consecutivos*. Publicado em: 19/08/2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/alta-da-desigualdade-chega-17-trimestres-consecutivos-aponta-fgv-social> Acesso em: 26/out./2019

- FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1977.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- IANNI, Otávio. *A questão social*. São Paulo em Perspectiva, 5 (1): 2-10, janeiro/março 1991.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: <https://ibge.gov.br/> Acesso em 26/out./2019.
- MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. “O jovem no mercado de trabalho”. In: *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N° 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 N° 6. 1997.
- NOVAES, Regina. “Juventude, conflito e solidariedade”. *Comunicações do ISER*. N° 50. Ano 17, 1998.
- POCHMANN, Marcio. “Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90”. In: *Organização Internacional do Trabalho: Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais*. Brasília: OIT, 2001.
- POLÍTICAS PÚBLICAS DE/PARA/COM AS JUVENTUDES. – Brasília: UNESCO, 2004. 304 p.
- Enviado em 30/04/2023
Avaliado em 15/06/2023

A ARTE COMO A VERDADE DE UM POVO HISTÓRICO NA FILOSOFIA DE MARTIN HEIDEGGER

Polyanni Dallara Dantas Oliveira³⁴

Resumo

O presente trabalho buscou pensar a arte como a verdade de um povo histórico tendo como base o pensamento de Martin Heidegger. Para tanto, faz-se uma análise das experiências da arte, e da verdade como *aletheia*, partindo do ensaio *Der Ursprung des Kunstwerkes*. Já que na relação entre arte e verdade, a verdade de um povo se constitui a partir da arte e da criação poética.

Palavras-chave: arte; verdade; Heidegger.

Abstract

This paper sought to think of art as the truth of a historical people based on the thought of Martin Heidegger. To do so, an analysis of the experiences of art and truth as *aletheia* is made, starting from the essay *Der Ursprung des Kunstwerkes*. Since in the relationship between art and truth, the truth of a people is constituted from art and poetic creation.

Keywords: art; truth; Heidegger.

Introdução

No ensaio *Der Ursprung des Kunstwerkes* (A origem da obra de arte), publicado em 1950, Martin Heidegger coloca em evidência a questão da obra de arte. Dentre suas considerações sobre a origem da obra de arte, fez a diferenciação entre a obra de arte (*Das Kunstwerk*), a coisa (*Das Ding*) e o utensílio (*Das Zeug*), concluindo que a obra de arte não é uma mera coisa, espontânea, como uma rocha ou a orquídea na árvore. Tampouco um utensílio como a canoa, elaborada pelas mãos humanas conforme a sua utilidade e uso. De outro modo, a obra de arte é produto do fazer artístico (arte), da criação poética, e remonta a *τέχνη* (*technè*) grega (HEIDEGGER, 1977).

Na conferência *Die Frage nach der Technik* (A questão da técnica), ministrada em 1953, destaca que a *technè* propriamente dita não é somente uma produção humana ou um meio para um fim como execução de um fazer. Essa concepção moderna da *técnica* se diferencia da experiência que a palavra grega *technè* abriga, isto é, o saber cuja finalidade é desocultar, revelar o ente. Assim, as coisas que estão no mundo são entes e a *technè* por intermédio da produção as retiram do velamento. Disse ele:

A palavra *τέχνη* indica antes um modo de saber. Saber significa: ter visto, no sentido lato de ‘ver’, que significa: perceber aquilo que está presente enquanto tal. A essência do saber, para o pensar grego, assenta sobre *ἀλήθεια*, quer dizer, sobre o desencobrimento [*Entbergung*] do ente. [...] A *τέχνη*, enquanto saber apreendido de modo grego, é, nessa medida, um produzir do ente, enquanto traz aquilo que está presente enquanto tal para fora do estar-encoberto precisamente para o não-estar-encoberto do seu aspecto, [pondo-o] diante [*vor (+bringen)*]; *τέχνη* não significa nunca a execução de um fazer (HEIDEGGER, p. 61, 1977).

³⁴ Mestra em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

No capítulo 3 do Livro VI da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles entendeu a *techné* como uma das disposições pelas quais a alma ($\psi\upsilon\chi\eta$) realiza a verdade ($\alpha\lambda\eta\theta\epsilon\upsilon\epsilon\iota$) por meio da negação ou afirmação (ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco* VI 3, 1139b, 1991). Na obra de Heidegger, o fazer artístico ($\tau\acute{\epsilon}\chi\eta\eta$ enquanto arte) também realiza a verdade, pois a obra de arte é um ente a ser revelado no produzir ($\pi\omicron\iota\eta\sigma\iota\varsigma$ /*poiesis*). Então, a *techné* é um modo de desocultar o ente na criação.

A verdade como *alétheia*, não indica exatidão e certeza, mas um acontecimento, isto é, o âmbito pelo qual um ente vem a ser propriamente a partir de sua origem. Além disso, a obra de arte põe em jogo a verdade (como *alétheia*) da existência de um povo histórico (HEIDEGGER, *A origem da obra de arte*, p. 84, 1977). Dessa maneira, para compreender a arte como verdade de um povo histórico, faz-se necessário perguntar em que consiste a verdade, e de que modo ela se relaciona com a arte à medida que ergue as decisões de um povo no mundo.

A verdade como *alétheia*

Como se dá o acontecimento da verdade? O que é a verdade?

O filósofo pensa a verdade enquanto $\alpha\lambda\eta\theta\epsilon\iota\alpha$, que quer dizer “o não-estar-encoberto do ente³⁵” (HEIDEGGER, 1977, p. 50). Nesse sentido, a *aletheia* é o desvelamento do ente. A verdade que a palavra grega sugere está distante dos significados adotados pela tradição filosófica moderna ocidental, os quais a verdade por meio de predicacões e proposições estruturadas pelo pensamento efetiva a certeza do conhecimento³⁶. *Aletheia* está para além da relação binária falso/verdadeiro.

A verdade como *aletheia*, segundo Heidegger, é o *não-estar-encoberto* do ente (o ser), que move o *Dasein* (ser-aí) – modo de ser propriamente humano (ROEHE; DUTRA, 2014) – a um *estar-a-ser* tal que, na enunciação, esteja sempre imerso na experiência da verdade como o *não-estar-encoberto*. Desse modo, o *não-estar-encoberto* é o acontecimento pelo qual o ente vem ao encontro do *dasein* tornando a verdade do ser manifesta.

No entanto, o desvelamento não é um estado definido, uma propriedade das coisas, dos entes, nem do discurso sobre estes. O desvelamento é o acontecimento da verdade, escorregadio às pressuposições e representações do pensamento, pois não se domina o ente, mas a partir dele se é afetado pela clareira [*Lichtung*] do ser do ente: “É somente esta clareira que nos oferece e nos garante a nós, homens, uma passagem para o ente que nós próprios não somos e o acesso ao ente que nós próprios somos” (HEIDEGGER, 1977, p. 53). A clareira é o lugar aberto, o meio que envolve o ente, e por causa dela o ente se mantém não-encoberto de muitas maneiras.

Essa experiência abriga um antagonismo (*Gegnerschaft*) do *estar-presente*, pois à medida que a iluminação da clareira revela a verdade do ente, também há o encobrimento como proteção do que aparece na iluminação. Assim, o *estar-presente* do ente é um movimento constante de iluminação e ocultação. A clareira é propriamente encobrimento e desencobrimento. De acordo com Heidegger, o encobrir ocorre no ente de dois modos: como um dissimular (*Verstellen*) e um recusar-se (*Versagen*).

³⁵ *Alētheia heißt die Unverborgenheit des Seienden* (HEIDEGGER, 2010, p. 126).

³⁶ Os conceitos críticos de verdade, que, desde Descartes, partem da verdade [entendida como] certeza, são apenas variações da definição de verdade como correção. Esta essência da verdade que nos é familiar - a correção do representar - é posta e desaparece com a verdade como não-estar-encoberto do ente (HEIDEGGER, 1977, p. 51).

Assim, a dissimulação é quando o ente realiza a ilusão pela aparência: dá-se de um modo, mas é de outro. A recusa significa uma resistência em dizer o que é o ente, evitar a definição fixa e imóvel do pensamento. A verdade é, e ao mesmo tempo, não é, pois a escusa, como o modo duplo do velar-se, é inerente ao *não-estar-encoberto* do ente:

A verdade está a ser como ela própria [é] na medida em que o escusar-se que encobre, enquanto recusar, atribui a toda a clareira a [sua] proveniência permanente, atribuindo, porém, enquanto dissimular, a toda a clareira a inabalável acutilância do confundir-se (HEIDEGGER, 1977, p. 55).

Há, então, algo de antagonico na verdade, situado no aberto da clareira, que é simultaneamente encobrimento, a saber: “A essência da verdade é em si mesma o arqui-combate [*Urstreit*] em que é conquistado o meio aberto no qual o ente é introduzido e a partir do qual se retira em si mesmo” (idem). A experiência de mundo e terra fazem parte do meio aberto ao qual o ente se lança e se recolhe. O *não-estar-encoberto* (a verdade) acontece como luta originária entre a clareira e o encobrimento, responsáveis na condução da terra e do mundo. Resta compreender, de que modo na obra de arte, o acontecimento da verdade ocorre entrelaçando a fundação de mundo, terra e povo.

Arte como verdade de um povo histórico

Heidegger indicou ser a arte e a obra de arte pertencentes ao âmbito da verdade. O acontecimento da verdade na obra de arte é o movimento do combate originário entre o mundo e a terra. Tal movimento é o repouso da obra, isto é, a obra retorna à sua possibilidade mais própria de ser. Assim, na obra acontece a verdade, e chama-se *ser-obra* da obra um dos modos essenciais de como a verdade acontece, pois a “[...] obra, levantando um mundo e elaborando a terra, é a contenda deste combate, no qual se conquista o não-estar-encoberto do ente no seu todo - a verdade” (HEIDEGGER, 1977, p. 56). A verdade acontece no estar-a-ser do Teatro Amazonas³⁷, do monumento Candangos³⁸, na pintura de Tarsila do Amaral e de Salvador Dalí. Os relógios no quadro “A persistência da memória” de Dalí, não dá apenas a conhecer o utensílio, o ente particular, mas também o ente em sua totalidade, bem como o contraste entre terra e mundo, vem ao *não-estar-encoberto* da obra.

A obra envolve uma relação entre o artista e o fazer artístico, isto é, a criação: “A origem da obra de arte e do artista é a arte. A origem é a proveniência da essência, na qual está a ser o ser de um ente” (HEIDEGGER, 1977, p. 58). Segundo Heidegger, a obra de arte como o pôr-se-em-obra da verdade é a essência da arte, há que considerar de que modo ocorre essa relação entre arte e verdade. A obra é criada por intermédio do artista, porém o sentido da obra de arte não se encerra nele.

E como acontece a criação artística? A criação é uma produção, não no sentido usual do mero confeccionar objetos, mas no sentido de desvelar o ente e colocar a verdade do ente em jogo. Então, criar é um produzir (*Hervorbringen*). A criação da obra de arte requer a ação manual (*Handwerk*) empregada no fazer artístico, isto é, a arte. Também os gregos utilizavam a palavra τέχνη para se referir ao artesanato, a arte, o conhecimento e a prática de uma profissão, ou seja, o saber de um fazer.

³⁷ Monumento construído no final do século XIX, que integra o patrimônio material, cultural, histórico e científico de Manaus/AM.

³⁸ Escultura de Bruno Giorgi, criada em 1959, que simboliza os trabalhadores migrantes na construção de Brasília/DF.

No entanto, a *τέχνη* para os gregos era um saber que consistia na desocultação do ente na criação, isto é, a *τέχνη* abriga o saber do ente no mundo. Isso significa que, da mesma maneira que a arte enquanto *techné* não pode ser definida apenas pelo ‘trabalho manual’, *techné* não se limita à arte, ou à essência do criar como trabalho manual, tampouco à noção de técnica moderna atual. *Téchné* é um modo do saber, e essência do saber para os gregos está fundada na *aletheia*: a verdade como o desencobrimento (*Entbergung*) do ente. Ela enquanto um saber que se apreende, é um produzir do ente, trazendo-o e libertando-o para o não-estar-encoberto do seu modo de ser e aspecto mais próprio, jamais sendo a execução de um fazer.

Nesse sentido, o artista (*τεχνίτης/technítis*) na criação de obras como produzir (*Hervorbringen*), permite ao ente apresentar-se (*vor-kommen*) no seu estar-presente, a partir do seu aspecto próprio (HEIDEGGER, 1977). Ato de criar semelhante ao da *physis* (traduzida comumente como *natureza*), em que se tem o surgimento incessante dos entes a partir do combate originário constituinte do *cosmos*. Como já foi dito anteriormente, a verdade é a luta primordial entre o mundo e a terra, a disputa entre a iluminação e a ocultação, além do mais este jogo abre os caminhos para que os entes possam irromper no mundo. Sobre a relação entre verdade e criação da obra de arte, Heidegger fez a seguinte reflexão:

O estabelecimento da verdade na obra é o produzir de um ente que antes ainda não era e que, posteriormente, nunca mais virá ao ser. A produção [*Hervorbringung*] coloca este ente no aberto de tal forma que só aquilo que há a trazer [à presença] clareia a abertura do aberto, no qual surge diante. Aí onde a produção trouxe expressamente [consigo] a abertura do ente - a verdade -, o produzido é uma obra [de arte]. Tal produzir é criar. Enquanto trazer, é mais um receber e um tomar no interior da conexão com o não-estar-encoberto (HEIDEGGER, 1977, p. 64-65).

Deste modo, a verdade é a luta que promove a co-pertença, a unidade entre o mundo e a terra, a clareira e o duplo encobrimento na produção do ente. Com isso, a obra de arte deixa aparecer sua realidade: “[...] deixar a obra ser uma obra, chamamos o resguardar [*Bewahrung*] da obra. É só para o resguardar que a obra se dá, no seu ser-criada, como efectivamente real [...]” (HEIDEGGER, 1977, p. 70). A obra de arte põe em obra a verdade, tal experiência inclui: o fazer do artista, o ser-criado (produto), e também quem pratica o desvelo da obra de arte, pois é na contemplação que se pode apreender a realidade disponível na obra: “Resguardar a obra' quer dizer: o instar [*innesteben*] da abertura do ente que acontece na obra. Mas a insistência [*Inständigkeit*] do resguardar é um saber” (HEIDEGGER, 1977, p. 71). O saber, aqui, é pensar tendo em vista a abertura do ser-aí (*Dasein*). Nesse sentido, a existência humana constantemente se lança às possibilidades do ser, desvelando-o.

Na obra *Sein und Zeit*, pensar designa a entrega do homem ao não-estar-encoberto do ser. Não há uma predestinação ou antecipação de um saber, pelo contrário, o saber é um querer, e o querer permanece no saber: “[...] é o entregar-se extático do homem existente ao não-estar-encoberto do ser” (idem). Ademais, isso não parte de uma ação determinada do sujeito que ambiciona e toma a si mesmo como um fim, a finalidade não é o sujeito. Para Heidegger, o saber permanece como um querer, e o querer se torna um saber quando o homem se deixa conduzir à desocultação do ente. O estar-a-ser da existência insiste no desafio da clareira do ente, e a exposição do homem a essa abertura é sempre ameaçadora. O querer atualiza a existência, fazendo-a ir sempre mais longe, tal como é posto em seguida:

O querer é o sóbrio estar-resoluto-que-descerra do ir-para-além-de-si existente, que se expõe à abertura do ente como ao que está posto [*gesetz*] na obra. É assim que a insistência se traz ao que-está-posto-como-lei [*Gesetz*]. Enquanto saber, o resguardar da obra é a sóbria insistência no ameaçador [*Ungeheuer*] da verdade que acontece na obra (idem).

Esse saber que é intrinsecamente um querer e vice-versa ambiciona a verdade urgente da obra de arte, e não reduz a obra de arte às vivências do homem, não se trata de uma experiência subjetiva de gosto. O homem ao dedicar-se a obra de arte passa a pertencer à verdade que acontece nela e assim constrói saberes. A experiência da verdade que acontece na obra de arte não pode ser afastada do seu “estar-em-si” (HEIDEGGER, 1977, p. 72).

O saber do desvelo não faz referência a faculdade de conhecer, ou uma inclinação conduzida por preferências subjetivas no que diz respeito ao aspecto taxativo da obra, como as suas propriedades e qualidades. Além disso, o resguardar da obra, quer dizer, integrar os homens à verdade que acontece na obra de arte. Só a partir daí, funda-se o *Füreinandersein* (ser-para-os-outros) e o *Miteinandersein* (ser-com-os-outros) “como estar-em-vigência histórico do ser-o-aí a partir da conexão com o não-estar-encoberto” (idem).

De acordo com o filósofo, quando o ameaçador da verdade é abalado, surgem as teorias, os especialistas e o comércio da obra de arte. Nesse cenário, o ser-obra da obra de arte entra em declínio, dá-se o esquecimento da essência do ser-obra. Desse modo, o caráter originário e autêntico da obra de arte é o acontecimento em que a obra é resguardada na verdade que ela mesma abriga e oferece:

Também os que resguardam pertencem à obra de forma tão essencial como os que criam. Mas a obra é aquilo que possibilita, no seu estar-a-ser, os que criam e que, a partir do seu estar-a-ser, precisa de quem a resguarde. Se a arte é a origem da obra, então isso significa que ela permite que o que está em essencial co-pertença na obra - os que criam e os que resguardam - tenha origem no seu estar-a-ser (HEIDEGGER, p. 75, 1977).

A essência da arte é pôr-em-obra da verdade, porque na obra se dá o acontecimento da verdade. No entanto, esse conceito possui uma ambiguidade, destacou Heidegger. Pois, de um lado, afirma-se que a arte estabelece a verdade na forma, na figura, e isto acontece na criação como produzir do *não-estar-encoberto* do ente. Por outro lado, pôr-em-obra também significa “[...] pôr em andamento e levar a acontecer o ser-obra” (HEIDEGGER, 1977, p. 76). Fazer acontecer o ser-obra, ou seja, adentrar à realidade da obra. Isso sucede como um resguardar. Nesses termos, a arte é um acontecimento da verdade: “[...] a arte é o resguardar criador da verdade na obra. Logo, a arte é um *dever* e um *acontecer histórico da verdade*” (idem). A verdade é um estar na presença, e o estar-aí da obra, patenteia o nada do ente, pois o nada é a própria negação da predicação de uma experiência com o ente. Assim, o nada é o abalo constante do estar-aí da obra. Quando se acredita estar diante dela, acha-se somente uma projeção:

A verdade nunca é colhida do que está perante e do que é habitual. Antes se passa que a patenteação originária do aberto e a clareira do ente só acontecem na medida em que é projectada [*entworfen wird*] a abertura que chega ao estar-lançado [*Genorfenheit*].

Então, o nada ocasiona uma projeção. O nada é o lugar inabitual em que se faz a leitura da verdade, isto é, a leitura do ente que está lançado. O nada é o campo das possíveis projeções da verdade. E a verdade como clareira e encobrimento do ente é *poesia*:

A verdade, como clareira e encobrimento do ente, acontece na medida em que é poetada. Enquanto deixar-acontecer da chegada da verdade do ente, *toda a arte é, enquanto tal, na sua essência, poesia*. A essência da arte, na qual se baseiam, acima de tudo, a obra de arte e o artista, é o pôr-se-em-obra da verdade” (idem).

Então, a essência da arte é *poesia*, o pôr-se em obra da verdade. A partir dela, o ser do ente é liberado no aberto que o atravessa. A *poesia* não deve ser tomada no sentido estritamente linguístico ou como representação no irreal, muito menos um imaginar subordinado à fantasia. Segundo Heidegger, a *poesia* é o aberto que leva o ente a brilhar e ressoar enquanto projeto do *não-estar-encoberto*, lançando-o ao seu conteúdo e forma mais próprio – traço-fenda da figura: “Aquilo que a poesia, como projecto clareante, desdobra no não-estar-encoberto [...] é o aberto que ela permite que aconteça, e até de modo que só agora o aberto no meio do ente leva este a brilhar e a ressoar” (HEIDEGGER, 1977, p. 77). Ela é a revelação do conteúdo e da forma na abertura do ente, sobretudo, um modo de projetar irradiante da verdade.

A *poesia* é compreendida em sentido amplo, e o filósofo afirmou ser a arte em essência *poesia* (*Dichtung*), como a música, a pintura, a escultura, dentre outras, pois a *poesia* é um modo de iluminar a projeção da verdade, ou seja, a poesia contém a arte em todas as suas expressões. A *poesia* é um modo de dizer a *physis*, o mundo, a terra, a luta e um povo, ela não precisa ter uma causa e determinação. Logo, a *poesia* é o dizer projetante de toda a existência, e é nesse dizer que um povo histórico (assentado a uma a terra) está a ser, pertencendo à sua maneira à história do mundo: “A poesia é a saga do não-estar-encoberto do ente” (HEIDEGGER, 1977, p. 79), ou seja, a poesia é o dizer originário pelo qual o ente se abre para o homem (ser-aí ou *Dasein*). Cada obra de arte tem seu próprio modo de poetar, pois ela abriga o projetar luminoso da verdade do ente:

A arte, enquanto pôr-em-obra da verdade, é ditado poético. Não é apenas o criar da obra que é poético mas também o resguardar da obra é igualmente poético, ainda que à sua maneira; pois uma obra só é efectivamente enquanto obra quando nos retiramos a nós mesmos da nossa habitualidade e nos inserimos naquilo que se torna originariamente patente pela obra, para, assim, determos [*zum Stehen bringen*] o nosso estar-a-ser na verdade do ente (HEIDEGGER, p. 80, 1977).

Assim, no pensamento heideggeriano, a arte como o pôr-se em obra da verdade é um dizer projetante (ditado poético), esse dizer é a essência da arte como a instituição (*Stiftung*) da verdade. A instituição se funda em três sentidos: doar (*Schenken*), fundar (*Gründen*) e iniciar (*Anfangen*). No entanto, essa instituição só se realiza em plenitude no resguardar, de maneira que cada modo de instituir corresponde a um modo de resguardar. Finalmente, a verdade na obra se projeta para ser resguardada, aliás, para um povo histórico resguardar. Pois, a projeção poética da verdade é o estar-a-ser da existência (*Dasein*) que a lança como a verdade de um povo histórico. Há uma desocultação do ser de um povo histórico, à medida que se desvela a existência humana (*Dasein*). O mundo e a terra também se sobressaem no *Dasein* para extrair a verdade do ser do homem histórico. Então, a projeção poética põe em jogo o porvir da existência de um povo histórico, uma vez que a oferenda e a fundamentação dispostas na projeção poética provocam um começar originário, tal como o filósofo considerou:

A arte enquanto ditado poético é instituição no terceiro sentido (o da instigação do combate da verdade), é instituição como início. Sempre que o ente no seu todo, enquanto ente ele mesmo, requer a fundamentação na abertura, a arte chega à sua essência enquanto instituição (HEIDEGGER, 1977, p. 82)

A arte como *poesia* funda a verdade de um povo na história, começando e iluminando a autenticidade própria de um povo histórico, pois: “A arte é historicamente e, enquanto histórica, é o resguardar criador da verdade na obra”. Sendo assim, a arte é o pôr-se em obra da verdade, pois funda e resguarda a verdade de um povo histórico. A arte se realiza como *poesia* enquanto oferenda, fundação e começo, assim se faz a instauração da *poesia*. A arte funda a história, pois a arte faz surgir na obra de arte a verdade do ente segundo o seu ser (essência). Mas qual é a origem da obra de arte? Para Heidegger:

A origem da obra de arte, i.e., dos que criam e, simultaneamente, dos que resguardam, ou seja, do aí-ser histórico de um povo, é a arte. É assim porque, na sua essência, a arte é uma origem: é um modo insigne como a verdade vem a ser, i.e., devém historicamente (HEIDEGGER, p. 84, 1977).

Na perspectiva heideggeriana, a origem da obra de arte é a arte. A origem da arte não é definida, mas há um aceno do filósofo para pensar a experiência da arte como o acontecimento da verdade tanto para os criadores quanto para aqueles que resguardam, isto é, o âmbito que funda e enuncia a existência histórica de um povo, e nesse sentido, a arte é *poesia*. Assim, a arte em essência é uma instauração, um originar, é também o movimento essencial para se compreender a verdade enquanto oferenda, fundação e começo de uma existência histórica. A arte como *poesia* é o saber livre e originário que por intermédio da experiência de revela a verdade do ente e funda os saberes de um povo histórico.

Conclusão

O presente trabalho buscou compreender a arte como a verdade de um povo histórico, com base no modo como Martin Heidegger compreendeu a arte, a obra de arte e a verdade como *aletheia* em sua filosofia. Para tanto, foi feita a leitura e exegese do ensaio *Der Ursprung des Kunstwerkes* (A origem da obra de arte) a fim de pensar a relação entre a arte e a verdade como *aletheia*. Distinguindo a obra de arte da coisa, e do utensílio.

Ao tratar dos conceitos de *physis* (natureza) e *aletheia* (verdade como o não-estar-encoberto do ente), revelou-se a experiência de origem e o movimento da criação constante do mundo. Nesse sentido, a *physis* (natureza) é a constante criação e a criação da *physis* revela um saber, a arte também o faz, não como uma mera imitação, mas uma criação também originária. A *physis* produz um saber, assim a arte também.

Entretanto, o saber da arte se funda a partir da experiência da arte como o pôr-se em obra da verdade, que reúne em seu âmbito: a luta entre o mundo e a terra (forma e matéria), ocultação e iluminação (clareira e encobrimento), a poesia enquanto doar (*Schenken*), fundar (*Gründen*) e iniciar (*Anfangen*). Elementos fundamentais para se acessar e resguardar a origem da obra de arte.

Também foi posto que a *téchne* põe em jogo um modo de saber o ente, e esta também possui uma relação com o conceito de *verdade*. Assim, a verdade tem o sentido de clareira (*Lichtung*), isto é, verdade é o que se descobre na poesia (*Dichtung*), que traz à tona o ente tal como seu ser mais próprio.

Assim, a poesia revela o ser da obra de arte e o ser do povo que participou e participa do seu jogo de descobrimento e encobrimento, pois por intermédio da arte e da obra de arte um povo pode estar em comunhão com outro. Nesse sentido, é preciso participar do jogo da obra de arte a fim de pertencer à verdade que ela abriga. A verdade como *aletheia* é o âmbito em que ocorre o jogo amistoso entre a clareira e o encobrimento.

Nesse caso, a predicação lógica e científica da verdade, até mesmo a pretensão de encontrar a ‘filosofia correta’ foi uma possibilidade dentre várias, pois o filosofar é sempre um dizer sobre um mundo, em suas próprias realidades e possibilidades. Então, a *poesia* como o pôr-se em obra da verdade abriga modos de se filosofar, de abrir mundos possíveis com suas estruturas e expressões independentes de determinações.

E na perspectiva heideggeriana, cada realidade expressa no poetar da arte, possui um modo próprio de saber a verdade do ente por meio dos seus próprios métodos. E se a arte é também um dizer poético projetante, a essência da arte é poesia, e ambas essencialmente atravessam o filosofar, pois a verdade é o acontecimento em que algo se revela, e o que se revela não possui um valor previamente determinado, ou seja, o saber é tudo o que é revelado na criação; e na arte, a produção do não-estar-encoberto do ente.

Portanto, a relação entre a arte, a obra de arte e a verdade é o âmbito pelo qual se funda e se estabelece um saber, e esse saber é um saber de um povo, da existência. Nesse sentido, *poesia* é um criar contínuo que instaura um mundo possível, pois a criação de cada coisa demanda um próprio método a fim de revelar a verdade do ente, uma vez que a arte como o pôr-se em obra da verdade é o irromper de um povo histórico no mundo.

A essência da arte é *poesia*, o poético atravessa o criar e o resguardar a obra de arte, pois quem cria e quem se insere no mundo da obra de arte se abre para alcançar a essência da *poesia* que é a instituição/instauração da verdade num triplo sentido: como doar (*Schenken*), fundar (*Gründen*) e iniciar (*Anfangen*). Tal projeto poético da verdade, na obra de arte, lança-se para que uma humanidade possa resguardá-lo, de modo que, tem-se por intermédio da arte como *poesia* e da obra de arte, a instauração originária de um levantar e repousar de um povo histórico em sua terra e seu mundo.

Referências

- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução Trilíngue Valentín García Yebra. Madrid: Gredos, 1998.
- HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. vol.5 n.º.3. ed. São Paulo: **Scientiae Studia**, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-31662007000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 28 out. 2020.
- _____. **A Origem da Obra de Arte**, trad. Idalina Azevedo e Manuel António de Castro. Lisboa: Edições 70, 2010.
- _____. **Ser e tempo**. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015.
- ROEHE, Marcelo Vial; DUTRA, Elza. Dasein, o entendimento de Heidegger sobre o modo de ser humano. **Av. Psicol. Latinoam.**, Bogotá, v. 32, n. 1, p. 105-113, Apr. 2014. Disponível: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242014000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- Enviado em 30/04/2023
Avaliado em 15/06/2023

O EMPREENDEDORISMO NEGRO PARA A CONSTRUÇÃO DE OPORTUNIDADES: UM ESTUDO DE CASO DO COLETIVO RPRETAS

SarahLyssa³⁹
MayllonLyggon⁴⁰
Flávia Martins⁴¹

Resumo

A mídia constrói e veicula sentidos sobre as identidades sociais. O Coletivo RPretas, formado por três mulheres negras que trabalham com relações públicas, foi analisado em relação ao seu posicionamento de marca nas mídias digitais, considerando questões de raça, classe e gênero. A partir de uma abordagem construcionista fez-se um estudo de caso analisando publicações no Instagram do coletivo. Considera-se que as práticas discursivas do coletivo estão centradas na desconstrução do racismo, sexismo e estereótipos relacionados à mulher negra, promovendo a representatividade e visibilidade de narrativas não incluídas e representadas pela maioria dos meios de comunicação.

Palavras-chave: Mulheres negras; identidade; empreendedorismo.

Abstract

The media builds and conveys meanings about social identities. Coletivo RPretas, formed by three black women who work in public relations, was analyzed in relation to their brand positioning in digital media, considering issues of race, class and gender. From a constructionist approach, a case study was carried out analyzing publications on the collective's Instagram. It is considered that the discursive practices of the collective are centered on the deconstruction of racism, sexism and stereotypes related to black women, promoting the representativeness and visibility of narratives not included and represented by most media.

Keywords: Black women; identity; entrepreneurship.

Introdução

As mídias tradicionais como televisão, rádio, jornais, revistas e afins, ainda são uma das principais formas de comunicação. Por outro lado, para Pierre Levy (2001), as realidades virtuais (nas quais se inserem as mídias digitais) tem se tornado alternativas para criar uma comunicação mais plural e, conseqüentemente, potencialmente democráticas.

Os meios de comunicação têm papel fundamental na construção da sociedade, pois configuram-se como ferramentas de poder. Desta forma, torna-se fundamental que as pessoas negras ocupem esses espaços e construam suas próprias narrativas, desconstruindo uma imagem negativa sobre suas identidades sociais que por muito tempo foi naturalizada na sociedade.

³⁹ Bacharelado em Relações Públicas, Publicidade e Comunicação Aplicada Universidade Federal de Goiás

⁴⁰ Doutor em Comunicação pela Faculdade de Comunicação e Informação da Universidade Federal de Goiás. Experiência profissional na área de Comunicação, com ênfase em Mídias On e Offline. Atua principalmente nos temas: subjetividade, sujeito e modernidade, corpo, sexualidade, comunicação, ciência, PrEP e redes sociais digitais.

⁴¹ Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professora adjunta da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG. Desenvolve pesquisas nas áreas de Relações Públicas e Comunicação Organizacional; Novas Tecnologias da Comunicação e Sociabilidade; Práticas Discursivas e Produção de Sentidos; Corpo, Identidades e Mídia.

Para Sueli Carneiro (2003), as mulheres negras historicamente têm encontrado trabalho majoritariamente na prestação de serviços como domésticas, empregadas, lavadeiras, cozinheiras, etc. Dificilmente essas mulheres são vistas em cargos de liderança ou ocupações técnicas-científicas, artísticas e assemelhados. Esse fato faz com que passem a existir linhas simbólicas que dificultam o acesso dessas pessoas à postos mais valorizados, já que elas pouco poderiam almejar ou alterar as posições de trabalho em que vivem. Exemplo disso, segundo dados do IBGE⁴², é que menos de 3% dos cargos de chefia são ocupados por pessoas negras e uma parcela ainda menor por mulheres negras.

Dado esse cenário, se destaca o surgimento de novos grupos profissionais da comunicação, especialmente aqueles voltados à construção e desenvolvimento de empreendimentos identitários de um grupo social marginalizado, como é o caso do RPretas. O Coletivo RPretas é composto por três mulheres negras, profissionais de relações públicas, que buscam construir, pensar e atuar como Relações Públicas por e para pessoas negras marginalizadas, principalmente artistas. Um dos principais diferenciais do coletivo é o seu compromisso com a representatividade e com a promoção da diversidade no mercado de trabalho, especialmente na área da comunicação. De acordo com as mídias do coletivo, a organização atua para desconstruir estereótipos e promover a inclusão de pessoas negras em posições de liderança e destaque na área.

Já o objetivo deste trabalho é analisar como o coletivo se posiciona nas redes sociais e cria nesse espaço possibilidades representativas no mercado comunicacional, mais especificamente na atividade de Relações Públicas. A busca é por identificar os sentidos relativos à atuação de um profissional de relações públicas pautado na questão identitária da população negra e periférica.

Utilizamos como abordagem geral teórico-metodológica o construcionismo social. O construcionismo é um movimento de contraposição de uma visão representacionista do conhecimento, se colocando como uma crítica social e questionando o que está dado como natural e consolidado (GERGEN, 2009). Como forma de coleta e análise dos dados, realizamos um estudo de caso, a partir das proposições de Robert Yin (2018). Aqui, a análise focará no perfil do Coletivo no Instagram, uma vez que esse é o principal canal utilizado para construir relacionamento com os seus públicos de interesse.

Para o coletivo RPretas, o *Instagram* serve como um espaço de relacionamento em que ela indica seu posicionamento, cria conteúdo voltado para informação e valorização dessas narrativas amplas, feitas por e para pessoas negras. O perfil da marca⁴³, que conta com quase 7 mil seguidores, tratando principalmente de mercado de trabalho, tendências de negócios e emprego, mídia, informação e comunicação, hip hop e música, gênero e cultura da periferia paulistana. Em 2022 elas ganharam um leão de bronze no *Cannes Lion*, o principal festival de criatividade e comunicação do mundo, com a campanha “Deixa Fluir”, da *Sempre Livre* e *Carefree*, marcas de cuidados íntimos da *Johnson&Johnson*.

O que percebemos é que o posicionamento da marca se relaciona com a produção de novas possibilidades narrativas e de visibilidade, focadas sobretudo em populações negras e periféricas. O conteúdo promovido pelo *Instagram* também está centrado na desconstrução do racismo, do sexismo e dos estereótipos da mulher negra.

⁴² Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/especialistas-explicam-como-trazer-mais-diversidade-racial-a-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 1 de agosto de 2022.

⁴³ Disponível em: https://www.instagram.com/rpretas_/. Acesso em: 25 mar. 2023.

Raça, classe e gênero interseccionados: a construção da identidade e da diferença

A pós-modernidade é marcada por grandes transformações. Os indivíduos começaram a enfrentar cenários inusitados e instáveis perante as rápidas, constantes e permanentes mudanças na sociedade. Entre elas, nas questões referente a identidade, a proposta é que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno” (HALL, 2006, p. 7). O indivíduo se tornou um sujeito fragmentado, não têm nenhum centro, uma única “causa” ou “lei”, mas várias, às vezes contraditórias ou não resolvidas. A identidade, portanto, não é uma essência, mas uma contingência.

Aqui, utilizaremos a definição de identidade, como “aquilo que se é”, porém sempre em relação de dependência com a diferença, como aquilo que separa uma identidade de outra, e consequentemente, provoca hierarquização das identidades na sociedade. Segundo Tomaz Tadeu Silva (2000, p. 74), “a identidade assim concebida parece ser uma positividade (aquilo que sou), uma característica independente, um ‘fato’ autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e auto-suficiente”.

Na mesma lógica, a diferença é concebida como uma entidade independente. Só que, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é o outro e o que diferencia um indivíduo dos outros na sociedade. Isso posto, de maneira inicial, pode-se considerar que a identidade e a diferença mesmo sendo concebidas como características que independem de qualquer situação, e tendo apenas elas próprias como referência, possuem uma relação de dependência entre si. Assim, a identidade é marcada pela diferença e a diferença é marcada pela identidade. Uma identidade se distingue de outra identidade por aquilo que ela não é, ou seja, a identidade se reafirma na diferença que a suscita (SILVA, 2000).

Quando uma identidade é fixada como norma ou eleita como parâmetro em relação às outras identidades, ela se torna privilegiada no processo de hierarquização das identidades (SILVA, 2000). Essa hierarquização faz com que existam identidades consideradas inferiores, pois fogem do padrão em que está inserida, por isso, são tratadas como subalternas em relação às identidades naturalizadas em seu meio. As questões relativas à construção de identidades de gênero, raça e classe, são determinantes para entender os conflitos que existem na sociedade no campo material e simbólico que resultaram em exploração, dominação e opressão de um grupo frente a outro, especialmente do grupo sobre o qual versa esse trabalho: mulheres negras periféricas. Tais pessoas experimentam de modo muito frequente as consequências do racismo, do machismo e do preconceito de classe.

Segundo Lélia González, o racismo é uma ferramenta de poder que naturaliza o desempenho de papéis sociais desvalorizados feito por pessoas negras, na qual ele “denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas” (GONZÁLEZ, 1988, p. 29). O racismo se manifesta na escrita, na fala, em atos pessoais ou institucionais e na comunicação, possibilitando que um indivíduo seja visto e tratado de forma diferente dos outros por uma questão étnica ou racial, gerando desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Desta forma, também as diferenças entre os sexos, são usados como justificativa para as diferenças socialmente construídas entre os gêneros (feminino e masculino), determinando quais são os papéis indicados aos homens e mulheres na própria sociedade (PISCITELLI, 2002) Tais marcadores determinam o papel de cada gênero, incluindo o alcance de suas capacidades emocionais, físicas, intelectuais, e assim estabelecem limites gerais de movimento em todas as áreas. A repetição constante desses papéis e comportamentos naturaliza-os.

Na visão tradicional, “a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres” (CRENSHAW, 2002, p. 10). Entretanto, não é possível que alguém que partilhe de todos esses aspectos identitários vivencie seus efeitos práticos de forma isolada. Há uma colisão de estruturas, uma interação entre as identidades que são hierarquizadas e sobrepostas, fazendo com que ocorra diferentes formas de discriminação de gênero, discriminação racial e discriminação de classe, e que elas podem ser combinadas.

Para entender tal fenômeno é preciso analisar as peculiaridades de cada caso, observando a relação entre uma ou mais formas de segregação, o que é a proposta do conceito de interseccionalidade. “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2002, p. 10). As mulheres negras geralmente se encontram na parte mais baixa da pirâmide social, visto que estão situadas em pelo menos dois grupos minoritários, de gênero e de raça, que podem perseguir agendas contraditórias. Se por um lado o movimento negro ignora o marcador de gênero informante da opressão, “o mesmo se dá nos movimentos feministas com a insistência do marcador de gênero que não enxerga raça, acentuando as experiências de opressões feminizadas” (AKOTIRENE, 2019, p. 38-39). Embora a discriminação de gênero seja vivenciada por todas as mulheres, não significa que elas presenciem da mesma forma.

Davis (2017), explica que durante muito tempo a luta das mulheres negras eram bem diferentes da luta das mulheres brancas. Visto que, as suas prioridades também não eram as mesmas e vivenciavam situações diferentes de discriminação de gênero. Por isso a atuação e o posicionamento do RPreτας são tão importantes, uma vez que o coletivo é tanto produzido por mulheres negras, como também tem como principais clientes de Relações Públicas profissionais negras.

As mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro e o afroempreendedorismo

Por muito tempo a força de trabalho era vista de forma homogênea “tratando-a como se o fator racial inexistisse enquanto diferencial de direitos ou como se as especificidades que afetam a mulher negra pudessem ser esgotadas no quadro dos problemas gerais concernentes as mulheres” (BENTO, 1995, p.479). Esse fato dificulta identificar como a questão da raça se intersecciona com a questão de gênero e limita o acesso das mulheres negras em determinadas áreas.

Cida Bento (1995) expõe que a situação das mulheres no mercado de trabalho pode ser categorizada em dois grupos: o primeiro é de remuneração extremamente baixa quando comparada a outros grupos; e o segundo é a concentração em determinados setores do mercado e em certas atividades cujos salários e condições de trabalho são inferiores. Mas, o principal impeditivo para que as mulheres negras não tenham acesso a determinados tipos de empregos ou alcance cargos de chefia (mobilidade profissional), são as práticas discriminatórias no ambiente de trabalho que ocorrem de maneira sistemática.

Segundo estudo publicado na FGV, “A participação das mulheres negras no mercado de trabalho”⁴⁴, as mulheres negras são as que mais enfrentam desafios para se inserirem e permanecerem no mercado de trabalho no país.

⁴⁴ FEIJÓ, Janaina. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. FGV. 2022. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/participacao-mulheres-negras-mercado-trabalho>>. Acesso em: 01 de abr. 2023.

E, a partir da análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidenciou-se que apenas um pouco mais da metade (51,5%) das mulheres negras com idade para trabalhar estão inseridas no mercado de trabalho. O que torna a informalidade uma alternativa para a garantia de renda, sendo que 43,3% das mulheres negras estão ocupando postos de trabalho informais.

Outro fato importante é referente ao rendimento médio por grupos de gênero e raça, na pesquisa da FGV, as mulheres pretas e pardas ganham, em média, menos da metade que os homens brancos, e o equivalente a 60% do rendimento médio das outras mulheres. Segundo dados extraídos do Índice ESG de Equidade Racial, IEER, publicado pela Reset⁴⁵, as desigualdades salariais também variam de acordo com as regiões do Brasil, enquanto no Nordeste uma mulher negra recebe 71% do rendimento de uma branca, no Sudeste o percentual é de 62%. Esses dados evidenciam a situação crítica vivenciada pelas mulheres negras porque concentra as desvantagens associadas às desigualdades de gênero e de raça. Ou seja, além dos desafios que as mulheres enfrentam em relação ao gênero, as mulheres negras também sofrem com o racismo, tornando ainda mais difícil seu acesso e permanência no mercado de trabalho.

Notadamente, o mercado de trabalho é um ambiente hostil a mulheres negras. Assim, o empreendedorismo é visto como uma ferramenta importante para contornar a segregação que a população negra vivenciou e vivencia, especialmente sendo excluída do mercado de trabalho. Tal afirmação é corroborada pelos dados do PNAD⁴⁶, no qual 50% dos donos de negócio são afrodescendentes, 49% são brancos e 1% pertencem a outros grupos populacionais. A alta participação da população negra no empreendedorismo brasileiro não significa que não sejam enfrentados percalços que dificultam sua inserção no meio, sendo que “preconceito cria mecanismos nos quais os espaços de empreendedorismo são ‘mais fechados’ para as pessoas negras do que para as pessoas brancas e outros povos” (SIQUEIRA; NUNES; MORAIS, 2018).

Além disso, existe uma diferença entre o empreendedorismo de modo geral e o empreendedorismo praticado pelas pessoas negras, conhecido por afroempreendedorismo. Enquanto no empreendedorismo “os indivíduos passam a confiar em seu poder pessoal para a superação das desigualdades, notadamente as econômicas” (SABINO, 2002, p. 7), no afroempreendedorismo, “grupos étnicos específicos passam a apostar em seu poder coletivo para a superação das iniquidades, também condicionadas pela raça” (SABINO, 2002, p. 7).

Eliane Quintiliano Nascimento (2018) aponta o afroempreendedorismo como o estabelecimento de relações comerciais que dão visibilidade para a cultura negra e constroem uma rede de negócios e consumo que a valorize, unindo a identidade estética e o ativismo social. Essa forma de empreender denota, segundo a autora, “a formação de uma rede de empregabilidade entre empreendedores negros” como “forma de ativismo contra o racismo” (NASCIMENTO, 2018, p. 2).

⁴⁵ CARDIAL, Ilana. Índice mede a desigualdade das mulheres negras no mercado de trabalho. RESET. 2022. Disponível em: <<https://www.capitalreset.com/indice-mede-a-desigualdade-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 01 de abr. 2023.

⁴⁶ O empreendedorismo Negro é um dos caminhos. Baobá - Fundo para Equidade Racial. 2017. Disponível em: <<https://baoba.org.br/o-empendedorismo-negro-e-um-dos-caminhos/>>. Acesso em: 01 de abr. 2023.

É considerando o afroempreendedorismo como uma saída para as condições de trabalho das mulheres negras no Brasil, possibilidade de redução das desigualdades e como a afirmação de grupos coletivos que o RPretas faz sentido. Isso porque ele se propõe a estabelecer um vínculo com os seus públicos, principalmente, pessoas negras e criar colaborativamente alternativas de interação e construção de oportunidades e visibilidade pautadas na afirmação das identidades.

Assim, a própria ideia de coletivo, enquanto modelo de negócio, já denota a intenção de possibilitar um maior envolvimento dos públicos e uma construção colaborativa.

RPretas: empreender para mudar realidades

No contexto globalizado de consumo e alta circulação de informações, as organizações precisam se adaptar aos novos formatos de comunicação e tornar-se visíveis e memoráveis para seus públicos de interesse. Segundo Philip Kotler, Hermawan Kartajaya, Iwan Setiawan (2017), uma das demandas dos consumidores conectados é que as marcas atuem de maneira inclusiva, horizontal e social.

Para tanto, é essencial o desenvolvimento de uma estratégia de posicionamento, que permita que as organizações se destaquem em um mercado globalizado e se conectem com seus consumidores em um nível mais profundo, atribuindo uma forte carga emocional ao produto ou serviço. O posicionamento de marca está relacionado a ocupar um lugar na mente dos consumidores e se destacar dos concorrentes com diferenciais competitivos, através de conexões com os consumidores por meio de crenças e valores (RIES; TROUT, 2009).

O posicionamento traz um senso de identidade, a maioria dos consumidores contemporâneos quer saber mais sobre a marca que estão consumindo, por exemplo, como elas contribuem para a política e se comprometem com movimentos sociais: como movimento negro; o feminismo, a proteção ambiental, etc. Desta forma, é importante expor os produtos, quais seus atributos físicos e diferenças em relação ao concorrente, como também qual o diferencial da marca e qual sua importância para a sociedade, seja sustentável ou inclusiva.

As mulheres que concebem RPretas usam suas identidades, experiências sociais, pessoais e coletivas como fonte de suas expressões de marca e relacionamentos. Essa lógica, apresentada por meio de seus propósitos e serviços de relações públicas, está diretamente ligada a marcadores raciais e de classe. Esse tipo de iniciativa pode ser entendido como uma resposta significativa às demandas criadas pelo racismo e pela desigualdade social, por isso é importante refletir sobre como o coletivo constrói e apresenta a atividade de relações públicas e os modelos de negócios em comunicação.

De acordo com o perfil do *Instagram* do Coletivo RPretas, elas se descrevem como "Comunicação Preta, periférica e feminista" e afirmam ser "um coletivo de RP's pretas e periféricas, pensando, criando e comunicando para fortalecer e criar redes entre pessoas negras e minorizadas". O Coletivo indica que busca trabalhar com artistas e marcas comprometidas com a representatividade e a valorização da diversidade, atuando em projetos que visam a promoção do empreendedorismo e do desenvolvimento de comunidades negras.

No perfil, as profissionais buscam romper com os estereótipos que marginalizam a mulher negra, por meio da representatividade e valorização dessa população. As práticas discursivas do coletivo são centradas na promoção da diversidade e da igualdade de oportunidades, incentivando a inclusão, a visibilidade das mulheres negras no mercado de trabalho e em outros espaços sociais.

As profissionais reconhecem que a mídia é um espaço privilegiado para a produção e circulação de sentidos e com isso busca contribuir para a construção de uma identidade mais positiva e plural da população negra, rompendo com as representações estereotipadas que historicamente a desvalorizaram.

O coletivo trata com frequência da representatividade e empoderamento. A partir do perfil e do posicionamento da marca elas buscam empoderar e representar a mulher negra em diversos contextos, como no mercado de trabalho, na comunicação e espaços midiáticos, na arte, na cultura, na música, entre outros. Essas publicações mostram a importância da representatividade e como a mulher negra pode ocupar espaços historicamente negados. Tais questões são apresentadas a partir da interseccionalidade entre a luta feminista e a luta antirracista, dando destaque às experiências e demandas específicas da mulher negra.

É importante mencionar que além de falar dos próprios trabalhos, das experiências efetivas com os clientes e valorizar a manifestações culturais tidas como periféricas (como o hip hop, por exemplo), o coletivo também se dedica a produzir eventos gratuitos presenciais e online de formação. Também compartilham várias publicações relacionadas à comunicação e marketing, nas quais apontam a importância da diversidade e da representatividade na construção de marcas e na comunicação com diferentes públicos.

De modo geral, ao analisar as publicações do perfil do coletivo RPretas relacionadas a pessoa negra e o mercado de trabalho, podemos identificar alguns dos principais valores:

Valorização e reconhecimento da capacidade profissional da população negra: em diversas publicações, o coletivo destaca a importância de valorizar as habilidades e competências dos profissionais negros e negras, que muitas vezes são subestimados ou invisibilizados pelo mercado de trabalho.

Luta contra a discriminação e o racismo no ambiente de trabalho: o coletivo também aborda a questão do racismo estrutural e suas consequências no mercado de trabalho, defendendo a necessidade de políticas de ação afirmativa e de um ambiente de trabalho mais inclusivo e diverso.

Fortalecimento do empreendedorismo negro: o coletivo também destaca a importância do empreendedorismo negro como uma forma de resistência e de fortalecimento da população negra, apontando exemplos de empreendedoras e empreendedores negros que vêm se destacando em suas áreas de atuação, principalmente no âmbito das artes, arte e tecnologia.

Considerações finais

O Coletivo RPretas se destaca no cenário do empreendedorismo por ser uma organização comprometida com a diversidade, representatividade e inclusão, e que utiliza a comunicação como ferramenta para promover a visibilidade e a valorização da população negra no mercado de trabalho. Além disso, atua para a desconstrução do racismo, do sexismo e dos estereótipos relacionados às mulheres negras. No término desta pesquisa, notamos que o coletivo utiliza do seu canal de comunicação no *Instagram* para falar sobre as dores, desafios e as particularidades que o seu público principal vive, no caso as discriminações de raça, gênero e classe.

O perfil trata sobre a falta de espaço para pessoas negras no mercado de comunicação, a participação inexpressiva de mulheres negras no setor da tecnologia e a organização de coletivos de mulheres negras que tentam quebrar as barreiras do racismo e sexismo no mercado de trabalho e na sociedade, evidenciando que é possível ocupar certos espaços que muitas vezes foram naturalizados como de pessoas brancas. Neste contexto, a importância dos assuntos debatidos na página pode ser observada também nos comentários, nas maneiras como os conteúdos afetam outras mulheres.

Por fim, é preciso enfatizar que este estudo visou contribuir para evidenciar o protagonismo das mulheres negras e sua busca por “mudar a lógica de representação dos meios de comunicação de massa, como também de capacitar suas lideranças para o trato com as novas tecnologias de informação” (CARNEIRO, 2003).

Referências

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. **Estudos Feministas**, n. 2/95.
- CARDIAL, Ilana. Índice mede a desigualdade das mulheres negras no mercado de trabalho. **RESET**. 2022. Disponível em: <<https://www.capitalreset.com/indice-mede-a-desigualdade-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 01 de abr. de 2023.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. av. [online]**. 2003, vol.17, n.49, pp.117-133.
- CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FEIJÓ, Janaina. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. **FGV**. 2022. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/participacao-mulheres-negras-mercado-trabalho>>. Acesso em: 01 de abr. de 2023.
- GERGEN, K. J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. R. Inter. Interdisc. **INTERthesis**, Florianópolis, v.6, n.1, p. 299-325, jan./jul. 2009.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra no Brasil. In: _____. **Por um feminismo afrolatino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** / Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. PD&A Editora, 2006.
- KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; Setiawan, Iwan. **Marketing 4.0**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- NASCIMENTO, Eliane Quintiliano. Afroempreendedorismo como estratégia de inclusão socioeconômica. In: **III Seminário de Ciências Sociais**, v. 3, p. 1–19, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/scs/article/view/21718/14416>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher?. In ALGRANTI, Leila Mezan (org.). A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos didáticos**. Campinas, IFCH, 2002.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2018
- Enviado em 30/04/2023
Avaliado em 15/06/2023

ROYALTIES DE PETRÓLEO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Tarciara Pereira⁴⁷
Kadja Kallyne Costa Barbosa⁴⁸
Fábio da Silva⁴⁹
Laís Karla da Silva Barreto⁵⁰
Allan Gustavo Freire da Silva⁵¹

Resumo

O petróleo é uma das fontes de energia mais utilizadas devido a sua adaptabilidade. No Brasil, sua exploração gera uma compensação financeira devida por terceiros aos estados e municípios denominada *royalties*. Este artigo objetiva visualizar quantitativamente a diversidade de estudos publicados sobre a distribuição dos royalties de petróleo. A pesquisa é de caráter bibliométrico, obtendo uma amostra de 73 trabalhos. Os resultados, apontam a temática “impacto da receita dos royalties” é tratada em 50,68% dos artigos publicados, mostrando uma maior atenção por parte dos pesquisadores em relação ao impacto econômico nos estados e municípios beneficiados.

Palavras-chave: Bibliométrico; *Royalties*; Petróleo.

Abstract

Petroleum is one of the most used energy sources due to its adaptability. In Brazil, its exploration generates a financial compensation owed by third parties to the states and municipalities called royalties. This article aims to quantitatively visualize the diversity of published studies on the distribution of oil royalties. The research is bibliometric in nature, obtaining a sample of 73 works. The results point out that the theme “impact of royalty revenue” is addressed in 50.68% of the published articles, showing greater attention on the part of researchers in relation to the economic impact on the benefited states and municipalities.

Keywords: Bibliometric; Royalties; Petroleum.

⁴⁷ Doutoranda em Administração pela Universidade Potiguar - UNP em Natal - RN Servidora pública administradora da Universidade Federal Rural do Semi-árido - UFRSA, atuando na Pró-reitoria de Administração em Mossoró – RN.

⁴⁸ Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido-UFRSA pelo Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública? PROFIAP. Servidora Pública Federal, no cargo de Assistente em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido? UFRSA, com lotação na Pró-reitoria de Administração - PROAD.

⁴⁹ Doutorando em administração pela Universidade Potiguar, RN.

⁵⁰ Doutorado e Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Participante dos grupos de pesquisa 1) Comunicação e Processos de Significação/ UnP, 2) Gestão Estratégica de Negócios: gestão com pessoas / UnP, 3) Universidades, Gestão Pública e Desenvolvimento Regional/ UFCG - cadastrados no CNPq. Docente do Programa de Pós-graduação em Administração (Mestrado e Doutorado) / da Universidade Potiguar. Vinculada ao Mestrado Profissional em Ensino em Saúde do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio/CE na linha de pesquisa Currículo, formação profissional e processos de ensino e atua no suporte de pesquisa da Faculdade Vale do Salgado.

⁵¹ Doutorado em Administração pela Universidade Potiguar (UnP). Professor efetivo na Universidade Federal de Campina Grande, área de Administração Pública, no campus de Sumé – PB. Editor-chefe da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento - RBGD vinculada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA/UFCG). Participante dos grupos de pesquisa "Instituições, Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentável"; "Gestão Pública e Cidades Inteligentes (GEPIC)"; "Grupo Inovação, Tecnologia e Pesquisa na Paraíba (GiTecPB)" e "Grupo de Pesquisas sobre o Semiárido - Patativa do Assaré". Atua nas áreas de Instituições Políticas; Gestão Pública; Desenvolvimento Regional; Políticas Públicas; Sustentabilidade; e Meio Ambiente.

Introdução

Tendo em vista a conjuntura atual de constante expansão econômica e social, o mundo contemporâneo vive diante de uma busca por fontes de recursos para dinamizar suas economias. No Brasil a descoberta das reservas de petróleo no pré-sal fez com que o país se tornasse referência mundial na exploração de petróleo em águas profundas, onde atualmente se encontra a maioria de seus poços produtores (PINON, 2016; FERREIRA, PICININ, 2018).

Em 1997, o congresso brasileiro aprovou a Lei 9.487, conhecida como a Lei do Petróleo, que introduziu substanciais transformações na regulação da atividade, criando novos critérios para cálculo e distribuição das rendas da exploração de petróleo para as localidades afetadas, além de estabelecer critérios para a utilização de tais recursos (BRASIL, 1997). Como forma de compensar essa exploração, produção e transporte de bens não renováveis em virtude de eventuais efeitos deletérios, os estados e municípios afetados por tais atividades, tem direito, assegurado por lei, a uma receita denominada *royalties* (POSTALI, 2007).

Em face ao exposto, estudos que remetem à investigação dos *royalties* de petróleo revestem-se de importância, já que se refere a um bem finito e que, com o decorrer das atividades, tende a esgotar-se, acarretando problemas socioeconômicos a médio e longo prazo. Cabe destacar que em alguns estados brasileiros com o início das explorações do pré-sal e a reestruturação da Petrobras a partir do plano estratégico da organização para o quadriênio 2020-2024 (PETROBRAS, 2020) já existem indícios de perdas significativas de arrecadação para estados e municípios.

Neste contexto, este estudo buscou investigar as produções científicas relacionadas ao tema “*royalties* de petróleo” a partir da base de dados o Portal Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2007 a 2019, destacando as descrições das subtemáticas encontradas. Destarte, o objetivo deste trabalho consistiu em avaliar o perfil dos artigos científicos nacionais e internacionais que abordam a referida temática.

Ademais, este corpo textual está estruturado inicialmente esta introdução; acompanhada da fundamentação teórica; seguida dos procedimentos metodológicos aplicados; posteriormente, destacam-se os resultados e discussões; bem como das considerações finais. Por fim, apresentam-se as referências consultadas para a elaboração do trabalho.

Referencial Teórico

A Constituição Federal Brasileira em seu artigo 20 atribui aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação ou compensação financeira no resultado da exploração de petróleo ou gás natural (BRASIL, 1988). Esta compensação financeira corresponde a uma remuneração à sociedade pela extração dos seus recursos minerais escassos e não renováveis, intituladas *royalties*.

Segantini, Lucena e Oliveira (2009) conceituam os *royalties* como compensações financeiras pagas aos estados e municípios produtores, derivado de uma atividade finita, uma vez que o petróleo é um recurso natural não renovável. Consoante com estes autores o pagamento dos *royalties* no Brasil teve início em 1953, através da promulgação da Lei 2.004, a lei que criou a PETROBRAS, com o objetivo de executar as atividades do setor petrolífero em todo o país.

De acordo com Queiroz e Postali (2010), na década de 1990, foram implementadas importantes modificações na estrutura institucional da indústria petrolífera brasileira, como a promulgação da Emenda Constitucional nº 9/95 e a Lei nº 9.478/97, conhecida como a Lei do Petróleo, estabelecendo diretrizes para a sua regulação. Segundo tais leis, o Estado é proprietário dos recursos minerais, mas as atividades de exploração e produção foram transferidas para empresas por meio de contratos de concessão (BRASIL, 1995; 1997).

Dentre as legislações supracitadas, cabe destacar a Lei do Petróleo (BRASIL, 1997) que, além de introduzir substanciais transformações no setor petrolífero, instituiu novos critérios para a distribuição das rendas da exploração, produção e transporte do petróleo para os estados e municípios brasileiros, com o objetivo de compensá-los por eventuais efeitos deletérios de tais atividades econômicas (POSTALI, 2007; PEREIRA, NETO, 2017).

De acordo com Fernandes (2007) os *royalties* são calculados mensalmente para cada campo produtor. Aplica-se uma alíquota sobre o valor da produção, no qual é obtido multiplicando-se os volumes de petróleo e gás natural produzidos durante o mês pelos respectivos preços de referência relativos a esse mês. Este preço de referência - conforme o artigo 7º do Decreto nº 2.705/98 - produzido em cada campo será igual a média ponderada dos seus preços de venda praticados pelo concessionário ou ao seu preço mínimo estabelecido pela ANP, aplicando-se o que for maior (BRASIL, 1998).

A rigor, a legislação somente determina como devem ser feitos os pagamentos da receita dos *royalties*, mas não estipula nenhuma vinculação na utilização de tais recursos, com exceção da Lei nº 12.858 de setembro de 2013, que vinculou tal renda para a educação básica e saúde. No entanto, esta vinculação é apenas em relação aos novos contratos da União com comercialidade declarada a partir de 03 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2013). Por sua vez, cabe ressaltar que a fiscalização da destinação das receitas provenientes dos *royalties* de petróleo é de competência dos Tribunais de Contas Estaduais (TCE).

Aspectos Metodológicos

Esse estudo é desenvolvido na perspectiva de uma pesquisa bibliométrica. Para Yoshida (2010, p. 58) a análise bibliométrica, em sua essência, é uma metodologia de contagem sobre conteúdos bibliográficos. Portanto, “o método não é baseado na análise de conteúdo das publicações, sendo o foco a quantidade de vezes em que os respectivos termos aparecem nas publicações ou a quantidade de publicações contendo os termos rastreados”.

A partir desse entendimento, o estudo caracteriza-se como pesquisa empírico-analítica, cujo tipo d

e abordagem pode ser considerado descritivo. As pesquisas descritivas são assinaladas por serem bem ordenadas com objetivo explícito de solucionar problemas e/ou aferir alternativas de cursos de ação e procedimentos formais. Segundo Vergara (2007) a investigação descritiva busca estabelecer conexões entre os construtos e definir sua natureza pode ser de fundamental importância para explicação destes.

Os procedimentos metodológicos para coleta de dados tiveram como objeto as publicações de artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais disponibilizados no Portal Periódicos CAPES que abordam o tema *royalties* de petróleo. O recorte temporal a ser analisado corresponde aos anos de 2007 a 2019, acreditando ser suficiente para atingir os objetivos propostos.

A escolha por esta base de dados é justificada por ser se tratar de uma biblioteca virtual que agrupa e disponibilizam as instituições de ensino e pesquisa consorciadas. Para Costa (2013) essa plataforma de disseminação e promoção de estudos científicos abrange publicações nacionais e internacionais de excelente qualidade em conjunto a editores e sociedades científicas internacionais, onde torna disponível temas com textos completos, bases de dados referenciadas, patentes com bases exclusivas, bem como obras de referência, livros, enciclopédias, normas técnicas, estatísticas e conteúdos audiovisuais.

Os instrumentos utilizados para coleta de dados passaram por três filtros: o primeiro em relação à revisão feita por pares de todos os artigos científicos com referência ao tema *royalties* de petróleo, utilizando a palavra chave *royalties* de petróleo; o segundo crivo retirou da pesquisa os artigos que tiveram mais de duas publicações no banco de dados utilizado; já no terceiro filtro utilizou-se uma análise mais detalhada acerca do “estado da arte” sobre a temática. Por fim, a análise descritiva dos dados ocorreu após a leitura previa dos artigos selecionados.

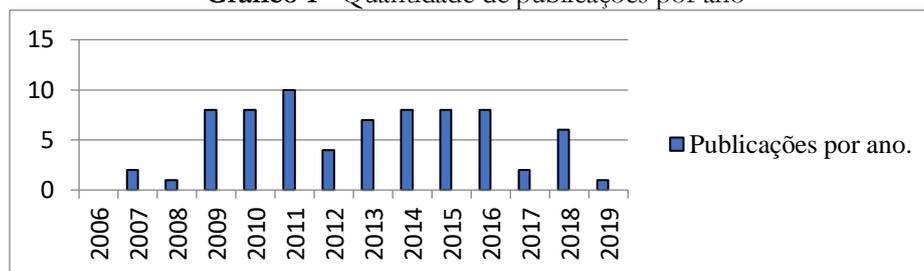
Resultados e Discussões

A busca inicial no Portal de Periódicos da CAPES resultou em um total de 182 artigos. Após o primeiro filtro de pesquisa, foram selecionados 153 trabalhos revisados por pares. Destes, constatou-se que seis estudos eram produções repetidas e, desse modo, acabaram sendo excluídos da pesquisa (Filtro de pesquisa 2), restando 147. Por fim, foi executada uma análise exaustiva, crítica e qualitativa de todo o conteúdo apresentado nas publicações com o objetivo de descrever o “estado da arte” sobre o tema, caracterizando uma amostra final de 73 artigos. Cabe salientar que outros 74 trabalhos dispostos na plataforma foram descartados por não possuírem relação direta com a temática, havia apenas citação da palavra *royalties*, o que não se mostrava suficiente para a seleção e inclusão na amostra.

Uma vez definidos os trabalhos a serem analisados, estes foram descritos e avaliados em duas etapas para se estabelecer um detalhamento e mostrar a relevância das publicações na temática *royalties* de petróleo. Na primeira etapa foi realizada a análise descritiva, onde os dados foram separados em categorias, quais sejam: ano, quantidade de autores, revistas de publicação e nacionalidade das publicações (brasileira ou estrangeira). Já na segunda fase abordou da análise subtemática, buscando aprofundamento na fundamentação teórica dos 73 artigos selecionados.

Durante a análise descritiva dos artigos observou-se o ano de publicação, quantidade de autores, revistas de publicação e nacionalidade das publicações (brasileira ou estrangeira). Conforme citado anteriormente, o recorte temporal das publicações considerou o período entre 2007 a 2019. A gráfico 1 apresenta a quantidade de publicações no período analisado.

Gráfico 1 - Quantidade de publicações por ano



Fonte: Elaborado pelos autores, (2022).

A análise do gráfico 1 permitiu que se constatasse que a maioria das publicações ocorreu no ano de 2011, no qual possui dez obras e em 2015 com nove trabalhos. Na sequência observa-se que os anos de 2009, 2010, 2014 e 2016 possuem oito artigos cada. Com efeito, é possível inferir que houve um aumento de obras publicadas a partir de 2009. Dessa forma, houve também o estabelecimento da padronização na quantidade de publicações entre 2014 e 2016, assim como em 2018, o que demonstra a preocupação que os autores mantiveram em divulgar informações. Por sua vez, a análise dos artigos referente a quantidade de autores por publicação é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade de autores por artigo publicado no ano

AUTORIA	Individual	Dois autores	Três autores	Quatro autores	Cinco autores	Nove autores	TOTAL
2007	-	1	-	-	-	-	1
2008	-	-	-	-	1	-	1
2009	4	2	1	1	-	-	8
2010	2	5	-	1	-	-	8
2011	2	3	3	2	-	-	10
2012	1	2	1	-	-	-	4
2013	2	3	-	2	-	-	7
2014	3	3	-	2	-	-	8
2015	3	1	2	2	-	1	9
2016	3	3	2	-	-	-	8
2017	-	2	-	-	-	-	2
2018	1	2	3	-	-	-	6
2019	-	1	-	-	-	-	1
TOTAL	21	28	12	10	1	1	73

Fonte: Elaborado pelos autores, (2023).

Pode observar na Tabela 1 que os artigos com um ou dois autores ganham destaque, verificando-se que é menos usual escrever artigos em conjunto. Tais dados sugerem que esta temática ainda não possui grandes grupos de estudo. Ressaltando que apenas uma publicação possui cinco e outra com nove autores.

Por sua vez, foram identificados 50 periódicos (nacionais e internacionais) responsáveis pelas 73 obras relacionadas neste trabalho. Entretanto, apenas duas se destacam: a Revista HOLOS com maior número de publicações (sete no total), uma publicação eletrônica de divulgação da produção científica dos pesquisadores do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, incluindo artigos elaborados a partir das monografias dos estudantes dos cursos superiores da Instituição; e a Revista Energy Policy (com seis obras publicadas) trata-se de um periódico internacional revisada por pares que aborda implicações políticas do fornecimento e uso de energia de seus aspectos econômicos, sociais, de planejamento e ambientais.

Ainda acerca dos periódicos com maior número de publicações, pode-se destacar o Journal of World Energy Law and Business (quatro obras); o Hourton Journal of Internacional Law e a Revista de Administração Pública com três artigos cada, além das revistas brasileiras Ambiente & Sociedade; Estudos Avançados, Estudos Econômicos (São Paulo) e as revistas internacionais Comparative Political Studies, Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe, ambas com duas pesquisas científicas cada. Todos estes seis periódicos com dois trabalhos publicados, respectivamente. As demais tiveram apenas um trabalho publicado em suas edições no período.

Dada a relevância e o número expressivo de revistas que focaram no assunto, buscou-se compreender o nível científico destas pesquisas a partir do extrato “Qualis” dos periódicos que abordaram a temática “royalties de petróleo” dentro do recorte temporal proposto na seção 2, bem como o quantitativo de periódicos e trabalhos publicados de acordo com classificação a plataforma de avaliação da CAPES no quadriênio 2013-2016 nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, assim como na área de economia, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Quantidade de revistas e trabalhos publicados a partir do *Qualis* CAPES

<i>QUALIS</i> CAPES (Quadriênio 2013-2016)	QUANTIDADE DE PERIÓDICOS	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
A1	7	13
A2	6	9
B1	5	7
B2	5	14
B3	9	9
B4	1	1
Não constam na base de dados	17	20
TOTAL	50	73

Fonte: Elaborado pelos autores, (2023).

Os dados apresentados na Tabela 2 mostram que o maior número de publicações 14 no total, ocorreu em revistas com *qualis* B2, seguido de periódicos com *qualis* A1 (13 trabalhos) e A2 (nove artigos). Os periódicos com classificação B1 (com sete pesquisas), B3 (nove estudos) e B4 (um trabalho), fecham a lista de publicações. No entanto, é preciso acentuar que 17 revistas/*journals* com 20 trabalhos publicados não constam na base de dados da plataforma CAPES.

Desse modo, fica comprovado que a plataforma de classificação utilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ainda não contempla todos os periódicos pesquisados neste estudo. Nesse sentido, cabe destacar que dos 73 artigos analisados, 33 foram apresentados por revistas nacionais, cerca de 45,2% do total, enquanto que o restante, 40 publicações, foram divulgadas em periódicos internacionais somando 54,8%.

O terceiro passo da análise dos dados buscou analisar quais os principais subtemas estudados pelos autores de forma cronológica. Esta etapa teve por objetivo compreender quais os principais questionamentos e, conseqüentemente, objetivos de pesquisa. Os resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Total de artigos distribuídos por subtemas

SUBTEM A	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Petróleo e meio ambiente	2	-	1	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	6
Exploração do petróleo	-	-	2	1	1	1	-	3	1	-	-	1	-	10
Esgotamento	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Regime jurídico dos royalties	-	-	-	3	2	2	1	1	-	3	-	1	-	13
Impacto da receita dos royalties	-	1	4	2	7	1	5	3	7	3	1	2	1	37
Renda petrolífera	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-	-	3
Destinação	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-	3
TOTAL	2	1	8	8	10	4	7	8	8	8	2	6	1	73

Fonte: Elaborado pelos autores, (2023).

Conforme a Tabela 3, dentre os 73 artigos selecionados foi possível encontrar sete subtemas. O subtema com maior interesse dos pesquisadores/autores é “impacto da receita dos royalties” com 37 publicações, perfazendo um percentual de 50,68%, em especial nos anos de 2011 e 2015 com sete estudos, respectivamente. A segunda subtemática mais citada é “regime jurídico dos royalties”, com 13 trabalhos; seguida de “exploração do petróleo” com dez publicações; “petróleo e meio ambiente (cinco artigos); bem como “renda petrolífera” e “destinação”, cada uma com dois respectivamente. Já o subtema “esgotamento” teve apenas uma publicação.

A partir da Tabela 3 é possível afirmar que os impactos das receitas dos royalties do petróleo é o tema com maior interesse por parte dos pesquisadores dada a conjuntura e seus efeitos socioeconômicos para estados e municípios. Assim como a preocupação eminente na regulamentação da exploração e seus possíveis impactos negativos ao meio ambiente e ecossistemas onde são instalados os campos de exploração.

Considerações Finais

O presente de caráter exploratório, com abordagem quantitativa que teve a finalidade de efetuar uma análise bibliométrica das publicações do período de 2007 a 2019 no periódico CAPES/MEC. Mais especificamente, foi analisada a rede dos artigos científicos com base na palavra chave “*royalties* de petróleo”, mapeando o número de publicações, ano, quantidade de autores, as revistas de publicação e suas nacionalidades (brasileira ou estrangeira) e por fim, os subtemas propostos dentro do tema central.

Os resultados mostram que a produção de artigos com a temática “*royalties* de petróleo” teve crescimento em relação ao ano de estudo inicial (2007), o que aponta tendências para o desenvolvimento de pesquisas nesta área, por se tratar de um recurso natural finito considerado uma das principais fontes de energia na atualidade, cujo sua importância econômica e social é imprescindível para o desenvolvimento de países e para o planeta, o que expressa também a direção de pesquisadores atentos à temática.

No trato dos autores, verificou-se que os artigos com uma e duas autorias ganharam destaque. Isso sugere que esta temática ainda não possui grandes grupos de estudo. Ressaltando que apenas uma publicação possui nove e outra com cinco autores. No que tange a qualidade das revistas, ficou explícito que a maioria destas são bem conceituadas pelos critérios de classificação da plataforma pesquisada. Contudo é preciso ressaltar que um número expressivo de periódicos ainda não consta na base de dados da CAPES.

A pesquisa revelou publicações de 50 periódicos (nacionais e estrangeiras) que trataram do tema proposto. A revista nacional HOLOS foi evidenciada pela maior quantidade de artigos publicados, apresentando sete artigos, embora as publicações internacionais constituírem a maioria dos trabalhos disponibilizados. Dentre os periódicos internacionais a revista Energy Policy se destacou com a publicação de seis artigos na temática em questão.

Dentre os artigos selecionados, foram encontrados sete subtemas. Os resultados apontam que o interesse e focos de investigação sobre a temática dos *royalties* de petróleo tem ganhado maior atenção por parte dos pesquisadores. Face ao exposto é lícito afirmar que há, por parte dos pesquisadores, uma preocupação quanto ao impacto que esta receita causa aos estados e municípios beneficiados. Uma vez que dentre os 73 artigos apontados na amostra, 37 destes discutem este assunto de forma mais enfática.

Este estudo abre sugestões para pesquisas mais aprofundadas sobre os *royalties* de petróleo e os temas relacionados, que poderá auxiliar aos gestores públicos a aumentar a transparência das informações e, conseqüentemente, melhorar a aplicabilidade da receita dos *royalties* de petróleo em projetos e ações voltadas para o bem estar social, já que por ser um recurso natural finito, com o decorrer das atividades de exploração tende a esgotar-se, acarretando em graves problemas socioeconômicos no longo prazo.

Destarte, através desta pesquisa observou-se que as análises bibliométricas podem se configurar em uma metodologia tecnológica importante para a gestão pública e privada, por desvelar padrões de pesquisa e identificação de tendências. Assim, propõe-se para estudos futuros a ampliação da base de dados, conjugando dados de bases como Scielo, Elsevier, Scopus, Ebsco, Emerald, bem como ampliar a unidade de análise envolvendo além de artigos, livros, teses e dissertações com o intuito de refinar a análise e discussão dos resultados.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995**. Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos.
- BRASIL. **Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997**. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013**. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências.
- COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira. Portal de periódicos da CAPES: uma estratégia de marketing incentivando o seu uso na comunidade da UFMG. *In: XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação – Florianópolis, SC, Brasil*. 2013.
- FERNANDES, Camila Formozo. **A Evolução da Arrecadação de Royalties do Petróleo no Brasil e seu Impacto sobre o Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro**. 2007. Disponível em: http://www.anp.gov.br/capitalhumano/arquivos/prh20/camila-formozo-fernandes_prh20_uenf_g.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022
- FERREIRA, R. H. M., PICININ, C. T. Bibliometric analysis for characterization of oil production in Brazil territory. *Säientometrics*, 116, 1945-1974 (2018). <https://doi.org/10.1007/s11192018-2829-0>
- PETROBRAS. **Relatório da administração 2019**. Disponível em: https://www.investidorpetrobras.com.br/ptb/16561/Relatorio_da_Administracao%202019_02.03.2020.pdf.
- PEREIRA, D. A. L.; NETO, A. C. Índices de desenvolvimento municipais e royalties do petróleo: uma abordagem multivariada de comparação de perfis entre municípios que recebem ou não royalties pelo petróleo produzido. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, Ano 12, nº 3, jul-set/2017, p. 238-264. DOI: 10.15675/gepros.v12i3.1712
- PIÑON, Charles Pacheco. **A liberdade de navegação e as medidas de restrição e controle do tráfego marítimo na proteção de infraestruturas críticas**. Rio de Janeiro, RJ, Escola de Guerra Naval, Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), 2016. Dissertação de Mestrado.
- POSTALI, Fernando Antonio Slaibe. **Efeitos da distribuição de royalties do petróleo sobre o crescimento dos municípios no Brasil**: utilizando a lei do petróleo como um experimento natural. 4º PDPETRO, Campinas, SP, out., 2007. Disponível em: http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/4/resumos/4PDPETRO_8_1_0094-1.pdf
- QUEIROZ, Carlos Roberto Alves de; POSTALI, Fernando Antonio Slaibe. Rendas do petróleo e eficiência tributária dos municípios brasileiros. **Economia & Tecnologia**, v. 22, p. 147 – 155, jul./set., 2010. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/22%20Capa/Carlos%20Roberto%20de%20Queiroz%20-%20Fernando%20Postali.pdf>.
- SEGANTINI, Giovanna Tonetto; LUCENA, Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira; OLIVEIRA, Ridalvo Medeiros Alves de. Análise do impacto dos royalties do petróleo no desenvolvimento local dos municípios potiguares. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 1. n. 2, p. 12-21, jul./dez., 2009. ISSN 2176-9036. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/1337>.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: 8. Ed. Atlas, 2007.
- YOSHIDA, Nelson D. Análise Bibliométrica: Um estudo aplicado à previsão tecnológica. **Future Studies Research Journal**. São Paulo, v. 2, n. 1, pp. 52 - 84, Jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistafuture.org/FSRJ/article/viewFile/45/68>.
- Enviado em 30/04/2023
Avaliado em 15/06/2023

GENEALOGIA E FORMAÇÃO KALANKÓ: HISTÓRIA E RELAÇÕES DE PARENTESCO ENTRE INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA - AL⁵²

Vinícius Alves de Mendonça⁵³
Pedro Abelardo de Santana⁵⁴

Resumo

Este trabalho analisa o parentesco entre os indígenas Kalankó, do município de Água Branca, Alto Sertão de Alagoas, e os processos de formação histórica da comunidade, análogos à chegada de indivíduos vindos de Pernambuco e a casamentos. Utilizamos a História Oral enquanto metodologia na realização de entrevistas, transcrição e organização de informações, apresentando-as em pequenos trechos. Protagonizamos um estudo bibliográfico acerca das famílias genitoras da comunidade. Autores como Herbetta (2011), Santos (2018) e Amorim (2017) nortearam a investigação de detalhes da história local. Os organogramas foram inspirados nas estruturas de parentesco analisadas por Levi-Strauss (1982), Augé (1975) e Herbetta (2006).

Palavras-chave: Parentes. Árvore genealógica. Historiografia.

Abstract

This work analyzes the kinship between the Kalankó indigenous people, from the municipality of Água Branca, Alto Sertão de Alagoas, and the processes of historical formation of the community, analogous to the arrival of individuals from Pernambuco and marriages. We used Oral History as a methodology for conducting interviews, transcribing and organizing information, presenting them in small sections. We carried out a bibliographical study about the parent families of the community. Authors such as Herbetta (2011), Santos (2018) and Amorim (2017) guided the investigation of details of local history. The organizational charts were inspired by the kinship structures analyzed by Levi-Strauss (1982), Augé (1975) and Herbetta (2006).

Keywords: Relatives. Genealogy. Historiography.

Considerações iniciais

As relações de parentesco, desde perspectivas estruturalistas inauguradas por autores como Lévi-Strauss em meados do século XX ou anteriores⁵⁵, são investigadas no âmbito das ciências humanas e sociais devido à complexidade de núcleos familiares e suas derivações nas comunidades humanas. Inspirados no modelo estruturalista, representado sobretudo nos organogramas, analisaremos o parentesco e características próprias aos indígenas Kalankó, do município de Água Branca, Alto Sertão de Alagoas. A formação familiar da comunidade, vinculada a aldeamentos missionários, migrações e táticas de sobrevivências subsidiaram reflexões sobre diferentes fontes documentais, principalmente relatos orais e documentos disponíveis em pesquisas diversas.

⁵² Texto oriundo das discussões ocorridas no V Estudos Cooperados do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena de Alagoas (CLIND), realizado na Escola Estadual Indígena José Carapina em março de 2023.

⁵³ Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Graduado em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Professor da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEDUC/AL). E-mail: viniciusalvesmendonca@hotmail.com.

⁵⁴ Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde leciona na Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação (PPGH). E-mail: Pedro.santana@delmiro.ufal.br. Orientador da pesquisa de Mestrado cujas informações embasaram este artigo.

⁵⁵ O estruturalismo derivou de teorias da psicologia, linguística e filosofia, culminando nas “estruturas elementares de parentesco” de Claude Lévi-Strauss.

Nesse sentido, intensificamos as visitas ao território Kalankó no mês de janeiro de 2023 para a realização de entrevistas⁵⁶ e registro de informações importantes à trajetória histórica local. Também revisitamos autores que abordaram detalhes de experiências, rituais e organização da sociedade Kalankó, destacando-se: Herbetta (2006; 2011); Amorim (2017) e Santos (2018), além de outros estudiosos dedicados aos indígenas de Alagoas e Pernambuco. Teoricamente, os organogramas⁵⁷ ou diagramas de Augé (1975) e as estruturas de parentesco de Lévi-Strauss (1982) nortearam a pesquisa, embora não a consideremos estruturalista, categoria melhor representada pelas publicações de Herbetta (2006; 2011).

Inicialmente, descrevemos peculiaridades da formação histórica dos indígenas partindo de registros acerca do antigo aldeamento de Brejo dos Padres, fundado por missionários às margens do rio São Francisco entre os séculos XVII e XVIII. Apresentamos famílias que migraram do aldeamento na segunda metade do século XIX. Assim, indígenas chegaram à zona rural do município de Água Branca e protagonizaram casamentos, responsáveis pela formação de novas gerações cujos membros foram reconhecidos enquanto grupo étnico no final da década de 1990, consolidando tradições do meio interétnico e oriundas dos ancestrais Pankararu⁵⁸.

Brejo dos Padres: aldeamento e origem histórica

Brejo dos Padres é a denominação atribuída ao vale onde sobrevivem os indígenas Pankararu, reconhecidos desde 1942, após pesquisas de Carlos Estevão de Oliveira, antropólogo que registrou as condições daqueles “remanescentes indígenas ainda existentes na região” (OLIVEIRA, 1942). A divulgação da palestra “Ossuário da ‘Gruta-do-Padre’, em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste” promoveu certa visibilidade ao grupo étnico, à época liderado pelo Cacique Narciso Pedro e o Pajé Joaquim Serafim (SANTOS, 2018). Os indígenas descendiam de famílias reunidas por missionários no espaço dos atuais municípios pernambucanos de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia, local do aldeamento (ARRUTI, 1996).

Existem reduzidos registros quanto à atuação dos missionários, às reais dimensões de Brejo dos Padres e aos grupos étnicos catequizados. As informações existentes provêm de missionários e pesquisadores interessados na população epicentro da formação de povos indígenas do Nordeste contemporâneo, pois migrações Pankararu originaram os Kalankó, Katokinn, Karuazu e Koiupanká em Alagoas; os Pankararé, Kantaruré e Pankarú na Bahia e outros em Pernambuco (PEIXOTO, 2018). O mapeamento realizado no Atlas das Terras Indígenas do Nordeste, desdobramento do Projeto de Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil (PETI)⁵⁹, registrou a presença religiosa na região ainda no século XVII, quanto as ordens católicas “[...] de Santo Antônio da Glória, na Bahia, se deslocaram até Pernambuco. Às margens do São Francisco reuniram no local hoje chamado Brejo dos Padres índios pankararu, que teriam descido das ilhas de Surubabel, Acará e Várzea” (MURA, 2012, p. 36).

⁵⁶ 19 horas de gravações se originaram da pesquisa de campo no mês de fevereiro de 2023, quando permanecemos no Território Kalankó por cerca de seis dias. Os áudios foram transcritos e catalogados segundo as orientações de Alberti (2013).

⁵⁷ Utilizamos este conceito devido à complexa estrutura organizacional Kalankó.

⁵⁸ Denominação inicialmente genérica dos índios reunidos em Brejo dos Padres por missionários (ARRUTI, 1996). Tornou-se etnônimo do grupo étnico formado naquele território.

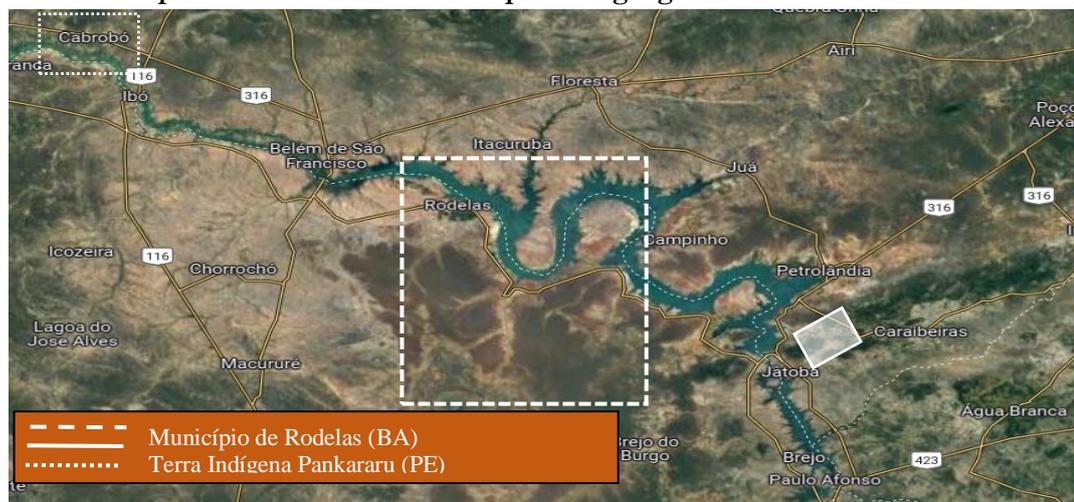
⁵⁹ Projeto coordenado por João Pacheco de Oliveira na década de 1990, originou a produção “Atlas das Terras Indígenas do Nordeste”, coordenado por Jurandyr Carvalho Ferrari Leite. Reuniu informações sobre povos indígenas de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia. Ver: <https://jpoantropologia.com.br/pt/terras-indigenas/>.

Os missionários se deslocaram às margens do São Francisco e passaram a renuir índios de diferentes localidades. Por exemplo, os denominados Pankararu “Juntamente com outra tribo, os *Porús*, moravam [...] em certas ilhas do médio São Francisco, sob a jurisdição de várias missões, durante o século XVIII, antes de mover-se para sua localidade atual de Brejo-dos-Padres, perto de Tacaratú, em Pernambuco” (HOHENTAL JUNIOR, 1960, p. 54). No conjunto de grupos étnicos, há semelhanças nos etnônimos, possíveis contribuições à concepção contemporânea “Pankararu” e outras variantes (ARRUTI, 1996). Hohental Junior (1960) descreveu, ainda, quais as prováveis missões onde se encontravam os índios antes de Brejo dos Padres:

- a) Aldeia do Beato Serafim, situada na Ilha da Vargem. No ano de 1746, o missionário era um capuchinho italiano, e a missão mesma pertencia à Freguesia de N. S. da Conceição de Rodelas, no Sertão de Cabrobó. Um escritor moderno referiu-se a esta aldeia erroneamente como "Aldeia de N. S. do O do Beato Serafim"; na verdade essa referência combina duas missões distintas.
- b) Aldeia de N. S. de Belém, que existia na Ilha do Acará (Achará, Axará) pelo ano de 1745. Os missionários eram também capuchinhos italianos, e os índios eram Porús e Pancararús
- c) Aldeia de N. S. do Ô. Um relatório jesuíta de 1696, que relata certos distúrbios na Ilha de Sorobabé, onde se acha esta missão, menciona os índios Kararúzes (*CaTarús*) e *Tacarubas*, mas não se refere aos Porús nem aos Pancararús que figuram com destaque nos relatórios dos anos vindouros. Por 1702, as duas últimas tribos mencionadas são identificadas definitivamente, e relatórios desde 1746 até 1761 dão essencialmente informações concordantes (HOHENTAL JUNIOR, 1960, p. 54-55).

Os locais de atuação missionária seguiam o curso do rio São Francisco, iniciando na Ilha da Vargem, pertencente à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rodelas, Sertão de Cabrobó, passando pela Ilha de Sorobabé, missão da Aldeia de Nossa Senhora do Ô e culminando na localização do atual aldeamento, território dos municípios de Tacaratu, Patrolândia e Jatobá. O mapa a seguir localiza a geografia descrita:

Mapa 01 – Rio São Francisco e possível geografia das missões



Fonte: Google Maps, 2023
Elaboração: Vinícius Alves de Mendonça

As águas do Rio São Francisco, centro do mapa, percorrem os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, sendo os municípios de Cabrobó (PE), Rodelas (BA), Petrolândia (PE) e Tacaratu (PE) espaços históricos da trajetória indígena que culminou durante os séculos XVIII e XIX em Brejo dos Padres. Os indícios históricos não precisam quais missionários se responsabilizaram pela organização e catequese daqueles índios, embora a hipótese que as atribui a capuchinhos ou oratorianos seja aceita (ARRUTI, 1996).

Contudo, populações de outras localidades teriam sido também levadas ao espaço, o que amplia a versão apresentada por Hohental Júnior (1960). Nessa vertente, Pinto (1958) argumenta que os Brancararu, corruptela do etnônimo Pankararu, encontravam-se em Juazeiro (BA) antes dos aldeamentos pertencentes a Missão de Rodelas, uma vez que

Já ali se encontravam, segundo informa Pereira da Costa. ‘Relação’ jesuítica de 1696 e uma carta do padre Alexandre de Gusmão, do mesmo ano, falam em diversos grupos ou ‘nações’ indígenas daquela região – a dos Caruru, a dos Acará, a dos Curumambá, a dos Tacuruba, em muitas de cujas aldeias sofreram os missionários sérios vexames praticados por apaniguados da Casa da Torre. Dos ‘Brancararu’ é que ambos os documentos não falam. Mas é bem provável que os ‘Brancararu’ proviessem da ilha de Pancarauí (Pancarauhy), nas proximidades de Juazeiro, de onde, nos começos do século XVIII, teriam descido em rumo de região de Rodelas. O termo ‘Brancararu’, salvo engano, parece ter sido uma corruptela do nome Pancarauí (PINTO, 1958, p. 33).

As versões se complementam à proporção que abordam a trajetória dos Pankararu de diferentes ângulos, mas os relacionado ao rio São Francisco e aos missionários, pois, a descrição que os vincula à ilha de Pancarauí, nas proximidades de Juazeiro, fundamenta-se na “[...] crença que os Pankararu possuem em seres Encantados que, segundo eles, habitam a cachoeira de Paulo Afonso e isso, para ele, é indício de que os antepassados daquele povo mantiveram contato prolongado com os Cariri que habitavam algumas ilhas do Rio São Francisco, na Bahia” (PEIXOTO, 2018, p. 38). Os encantados, ainda presentes no universo religioso dos indígenas de Brejo dos Padres, são seres sobrenaturais oriundos da natureza e ancestrais dos grupos étnicos⁶⁰. A cachoeira de Paulo Afonso, submersa devido à construção do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso⁶¹ na década de 1940, caracteriza-se enquanto seu epicentro de origem (AMORIM, 2017).

A chegada de populações a Brejo dos Padres através de missionários ou migrações indígenas após a redução da atuação dos religiosos⁶² e a sobrevivência dos que lá se encontravam foram, contudo, alteradas na década de 1870, contexto da extinção dos aldeamentos em Pernambuco sob o argumento de que “os poucos índios que ali habitam, acham-se já confundidos na massa geral da população” (ARRUTI, 1996, p. 29). Desse modo, as terras foram loteadas e os Pankararu que nelas residiam negaram sua identidade na tentativa de permanecer no espaço ou migraram, desencadeando

⁶⁰ Os Pankararu e demais povos derivados do aldeamento de Brejo dos Padres consideram que alguns ancestrais vivenciaram um processo de “encantamento”, o que os transformou em encantados, seres sobrenaturais considerados “vivos” e ligados à natureza (MURA, 2012).

⁶¹ Obras da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), criaram a represa que submergiu o município de Petrolândia e áreas como a cachoeira de Paulo Afonso.

⁶² Os documentos não são precisos quanto a redução da atuação missionária em Brejo dos Padres. Sabe-se que, até a extinção dos aldeamentos, as terras eram usufruídas pelos indígenas através da agricultura familiar e criação de pequenos animais.

[...] uma nova fase de desterritorialização que conduziu os indígenas daquela localidade para além dos limites de seu território tradicional. Essa fase, conhecida como diáspora afetou a sua identidade ao passo que favoreceu o surgimento de novos grupos ou aldeamentos ligados à matriz sócio cosmológica do seu tronco formador, como os Jiripankó, Koiupanká, Kalankó, Karuazu e Katókin em Alagoas, os Pankararé, Kantaruré e Pankarú na Bahia (PEIXOTO, 2018, p. 40).

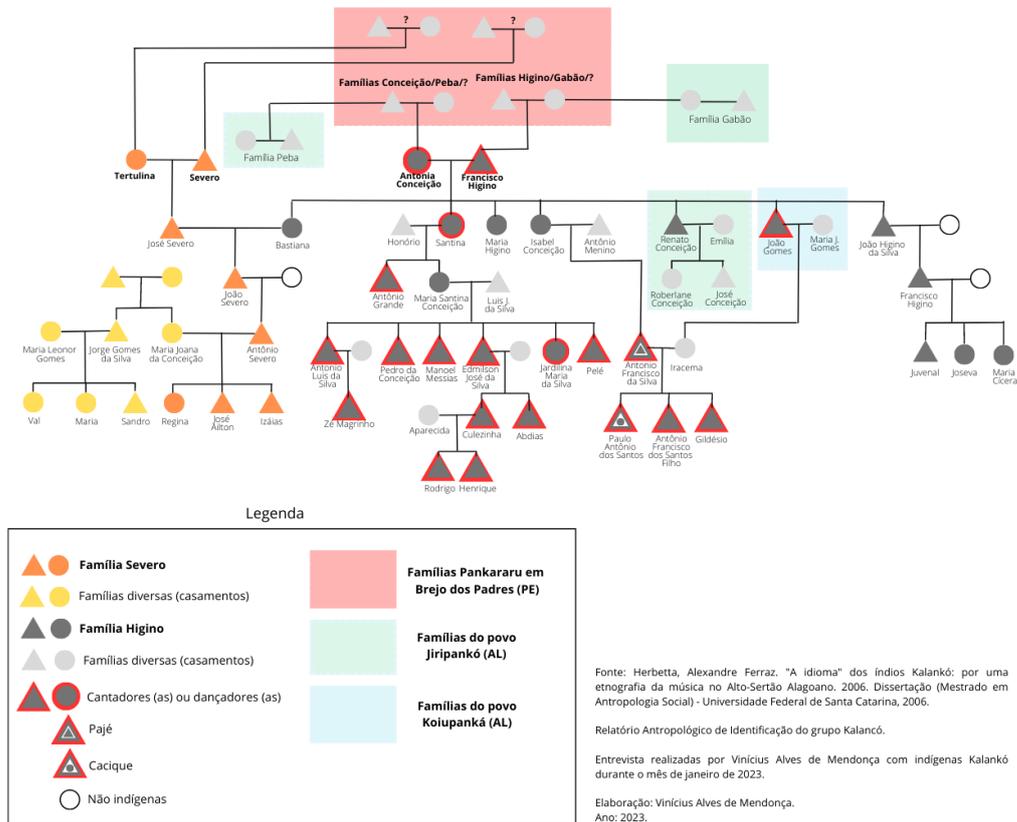
Desterritorializações ocorreram desde o início das missões quando os aldeamentos eram deslocados ou extintos. Todavia, no século XIX, iniciou-se um processo mais complexo de migrações não sistemáticas, entendidas como diásporas ou “viagens de fuga” e protagonizadas por famílias ou indivíduos para regiões alternativas a Brejo dos Padres, invadido e loteado após a extinção ocorrida em 1872 (ARRUTI, 1996). Nesse sentido, décadas depois, novas populações “surgiram” onde se estabeleceram os Pankararu, a exemplo dos Kalankó no município de Água Branca, distante cerca de 90 km do antigo aldeamento ou outros grupos localizados nos sertões de Alagoas, Pernambuco e Bahia.

Famílias Higino e Severo

Os Kalankó buscaram o reconhecimento étnico na década de 1990 após décadas silenciados ante a sociedade envolvente, responsável por perseguições e violências (HERBETTA, 2006). No contexto, receberam apoio de populações à época já reconhecidas, como os Jiripankó, e protagonizaram o evento considerado “Grande Festa do Ressurgimento”, em 1998. Desse modo, apresentaram práticas culturais enquanto testemunhos de uma identidade étnica diferenciada e uma complexa relação de parentesco relacionada às primeiras famílias que teriam chegado no território denominado “Gangorra”, na Zona Rural de Água Branca (HERBETTA, 2011).

As famílias Higino e Severo, formadas pelos casais: Francisco Higino da Silva e Antonia da Conceição; Severo e Tertulina, estabeleceram-se na região, atualmente denominada Januária, após migrarem de Brejo dos Padres no final do século XIX. Assim, um amplo parentesco se estruturou e foi registrado nos relatos orais na década de 1990, relacionando aqueles indivíduos, considerados formadores da comunidade, aos que assumiram o etnônimo Kalankó. Tratava-se da importância conferida à ancestralidade no âmbito das práticas culturais e das obrigações recíprocas de aprendizagem, cujos resultados são tradições cotidianas (LÉVI-STRAUSS, 1982). Por isso, após a chegada das primeiras famílias, as tradições não determinaram “[...] um círculo no interior do qual o casamento deve necessariamente efetuar-se, sob pena de provocar um escândalo do mesmo tipo daquele que resultaria da própria violação da proibição” (ibidem, p. 85). Em caminho contrário, ocorreram casamentos com não indígenas, que não deslegitimaram a ancestralidade, embora violassem quaisquer regras de união preferencial, conforme o organograma a seguir apresenta:

Relações de parentesco Kalankó



Informações oriundas de pesquisas entre os indígenas demonstram o argumento Kalankó das famílias Higino e Severo como “matrizes” do grupo étnico. Primeiramente, nota-se o parentesco entre indivíduos de diferentes povos: Pankararu, Kalankó, Koiupanká e Jiripankó, este expandido nas migrações, quando se estabeleceram nos municípios de Água Branca, Inhapi e Pariconha, respectivamente (AMORIM, 2017). Segundo as narrativas, os filhos do casal Antônia da Conceição e Francisco Higino multiplicaram o quantitativo populacional, visto que casamentos se firmaram, originando novos núcleos familiares, inclusive com a família Severo – matrimônio entre Bastiana e José Severo, por exemplo.

Detalhe característico ao grupo, não se registram patrilinearidade ou matrilinearidade – ainda que esta pareça predominar devido às mulheres importantes à história local – nas relações de parentesco. O pertencimento aos Higino, por exemplo, organizou-se através de relacionamentos independentes de sexo, condição incomum se comparada a populações cujos lugares sociais são ordenados a partir do pai ou da mãe (LÉVI-STRAUSS, 1982). Desse modo, Antônio Francisco de Souza, Pajé Kalankó, associa-se à família em razão de sua mãe, Isabel Conceição, e aprendeu as tradições com suas tias Santina e Maria Higino. Contudo, seu tio João Higino da Silva migrou para o município de Mata Grande onde seus descendentes iniciaram uma pequena comunidade no povoado de Santa Cruz do Deserto (HERBETTA, 2006) e afirmaram uma identidade com a família fundadora a partir do vínculo paterno, algo semelhante à família Severo.

Todavia, existem nuances que alteram a estrutura de parentesco “bem definida” do organograma elaborado, pois a maior parte dos indígenas não preservou os sobrenomes Higino e Severo, embora os utilizem socialmente. Assim, há incongruências próprias às memórias, mas que não invalidam o sistema analisado, no qual é evidente a ascendência da família Higino se comparada à Severo. Tanto o Pajé quanto o Cacique pertencem a esta “linhagem”, cujo predomínio se deve à religião, pois Santina Maria “Era ‘Mestre Vêia’. Era uma Mestre, Santina. Aí pela cultura dela, nós tudinho se acostumamos”⁶³, afirmam os Kalankó. Na genealogia, ela teria “herdado” as tradições de seus pais e repassado às gerações seguintes, formadas por seu filho Antônio Grande – constantemente lembrado pelas curas na comunidade –; seu neto Edmilson José da Silva; seu bisneto Culezinha; e seu trineto Rodrigo dos Santos da Silva.

Portanto, há uma concepção de herança entre as gerações posteriores à Santina, mais antiga religiosa entre os Kalankó (HERBETTA, 2011), o que constituiu uma espécie de “tronco religioso” responsável pela formação de “[...] todos os cantadores e dançadores [, que] têm alguma relação com ela e suas derivações. Estes indivíduos possuem destaque também nos Conselhos da comunidade. Além disso, todas as famílias que descendem dos Higino são aceitas como Kalankó (HERBETTA, 2006, p. 80). A religião se concentra nos encantados, que protegem as aldeias e se originaram na Cachoeira de Itaparica e em Brejo dos Padres (PEIXOTO, 2018). Nos rituais, são representados pelos Praiás – indivíduos vestidos com trajes confeccionados de fibras de caroá (*Neoglazióvia variegata*) – que são associados a cantadores, coordenadores dos rituais.

Os primeiros encantados Kalankó são atribuídos à Santina e foram “repassados” aos seus descendentes para que os zelassem, lembrou seu Edmilson José da Silva:

Eu só comecei a trabalhar com eles desse tempo para cá, quando eu adoeci e eles pediram... Eu brincava, mas não chegava nada não... brincava lá mais os outro só por farra mesmo. Quando tinha um toré ‘é para vim todo mundo!’. Nós entrava, ficava pisando por lá, mas não recebia força não. Ai desse tempo para cá... Quando ela morreu, já recebia. Quando ela morreu já tava lá, pediram para eu ir fazendo as orbigaçãozinha, encruzar um maracá... Quando aparecesse um doente, ela não pudesse, eu tomar de conta. Ai eu fui tomando de conta quando ela morreu eu já tava dentro do trabalho já⁶⁴

As obrigações a que se refere provieram de sua avó Santina e de seu tio Antônio Grande. Seu Edmilson José, uma das principais lideranças religiosas, começou “a trabalhar com eles” – encantados – após enfermidade que lhe acometer na juventude e, acompanhado pelos familiares experientes, passou a “tomar de conta” de indígenas enfermos interessados nas curas (AMORIM, 2017). Assim, diversos indivíduos participam e coordenam os rituais, estando associados à Família Higino e, especificamente, à Santina. No cenário do reconhecimento, os parentescos analisados foram apresentados ao público e à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na tentativa de reforçar o lugar social Kalankó e a legitimidade das reivindicações, característica que integrava o grupo étnico ao conjunto de populações derivadas de Brejo dos Padres, seja no sentido histórico, seja na perspectiva religiosa.

⁶³ Relato registrado no Relatório Antropológico de Identificação do Grupo Kalankó, p. 60.

⁶⁴ Entrevista concedida por Edmilson José da Silva, em sua residência na aldeia Lajeiro do Couro, a Vinícius Alves de Mendonça no dia 14 de janeiro de 2023.

Familiares, parentes e primos: família extensa

As estruturas de parentesco representadas no organograma não se limitam aos dados oriundos de pesquisas de Herbetta (2006), relatórios antropológicos e entrevistas realizadas. Na prática, a organização das gerações derivadas dos primeiros casais, tão requisitada entre os Kalankó no reconhecimento, estende-se ao agregar novas famílias de populações vizinhas, como as Jiripankó, Koiupanká e Pankararu, que se misturaram através de casamentos entre indivíduos de tradições e origem semelhante. Além disso, perseguições e violências, constantes no século XX, contribuíram para que se contraíssem matrimônios com não indígenas e se buscassem relacionamentos com os povos citados⁶⁵ (ARRUTI, 2004), a exemplo do casamento do Pajé Antônio Francisco com Iracema, indígena Koiupanká também descendente da família Higino (HERBETTA, 2006)

Desse modo, “Não estamos, pois, em presença de um sistema, limitado em extensão e solidificado na fórmula. Clãs – se realmente é disso que se trata –, e em todo caso linhagens, famílias e casas são unidos por um sistema complexo de alianças matrimoniais (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 299). Os indígenas reconhecem os parentescos enquanto legitimadores do pertencimento étnico em alguma medida, embora a prática ritual seja o principal elemento de identidade, enfatizam. As alianças matrimoniais ocorreram espontaneamente, sem quaisquer regras de união preferencial, um sistema de parentesco que se complexifica à medida que se consideram tanto a ausência dos sobrenomes – Higino ou Severo – na maioria das certidões de nascimento quanto a maneira que uma percepção de “família extensa” se faz presente nas aldeias, pois

Dois indivíduos são parentes se um desce do outro (laços de filiação direta) ou se ambos descendem ou afirmam descender de um (ou de uma) antepassado (a) comum. Neste caso, o parentesco entre os dois indivíduos – quer seja real (quer dizer, que o laço social que estabelece assenta num laço biológico de consanguinidade) ou fictício (dizem-se parentes, consideram-se e comportam-se como tal mesmo se, de facto, nenhum laço de consanguinidade existe entre um e outro) – é determinado pelo facto de provirem – ou afirmarem provir – de uma mesma filiação (AUGÉ, 1975. p. 13)

O parentesco, conseqüentemente, ultrapassa os laços sanguíneos e, na perspectiva de uma comunidade, os vínculos endogâmicos. Neste caso, casamentos entre primos existem nas aldeias Kalankó, embora em número reduzido se comparados aos matrimônios exogâmicos, preferíveis e realizados com indígenas de outros povos ou não indígenas, o que causa afirmações como “sou indígena por parte de mãe/pai”⁶⁶. Os filhos dos casais, nascidos nas comunidades ou fora delas e introduzidos nos rituais, costumam ser considerados Kalankó, sendo a relação ancestral com as famílias Higino e Severo um reforçador da identidade (HERBETTA, 2011). Portanto, as famílias vindas de Brejo dos Padres não são ancestrais apenas de seus descendentes, e sim da comunidade Kalankó, pois os parentescos são reconhecidos, porém não predominam no pertencimento e tão pouco se limitam ao sangue.

A noção de família extensa exemplifica a maneira que os Kalankó agregaram outros núcleos que não o Severo ou o Higino – “diluídos” entre a população devido aos casamentos – e indivíduos que não aqueles nascidos e sobreviventes no território na zona rural de Água Branca.

⁶⁵ As dificuldades comuns, características aos povos indígenas devido às violências da sociedade não indígenas, tornou-se um agregador de indivíduos diferentes, porém unidos pelas sobrevivências semelhantes.

⁶⁶ Afirmativa comum entre os indígenas Kalankó, conforme registrado em entrevistas.

Além disso, “parente” engloba quaisquer indígenas pertencentes a povos brasileiros, sobretudo do Nordeste. Trata-se de um conceito político marcado pelas sobrevivências diante das discriminações e violências (AMORIM, 2017), embora não se confunda com parentesco, apesar de novos ascendentes ou descendentes das famílias surgirem em povos distintos em razão da inexistência de informações precisas sobre o período anterior à chegada ao município.

Outra definição recorrente, “primo” se originou das “parcerias” estabelecidas com sujeitos simpáticos às mobilizações Kalankó e dos parentes oriundos de povos indígenas variados. Segundo o Pajé Antônio Francisco, os primos se encontram na “[...] parentagem, referindo-se ao conjunto de todos os primos, recortados a partir da ideia de parente, noção que será analisada no próximo capítulo⁶⁷. Ele pediu insistentemente a presença deles, apontando novamente para a ideia de união” (HERBETTA, 2011, p. 71). Assim, as famílias

[...] classificam como primos aqueles que se aproximam do grupo, mas não podem fazer parte dele, como os vizinhos, parentes distantes, visitantes e até antropólogos. Esta classificação pode ser usada também no interior do parentesco genealógico, contudo é mais comumente falada quando se refere ao ‘estrangeiro’. Os primos são assim o resíduo aliado da tendência de associação e recorte presente entre os Kalankó (ibidem, p. 120).

Consequentemente, a categoria transita entre o parentesco genealógico e a noção de família extensa associada a terceiros que não os membros do grupo étnico. Representa um sintoma daquela realidade social pautada na sobrevivência ante o ambiente sertanejo e a relação com a sociedade envolvente, cujas violências e discriminações passaram a ser “respondidas” através de reivindicações, protagonizadas pelos indígenas e apoiadas por indivíduos externos ao meio interétnico, a exemplo de visitantes e antropólogos. À vista disso, o parentesco se caracteriza enquanto uma complexa construção social nas aldeias Kalankó, transgredindo modelos organizacionais que o limitem aos vínculos sanguíneos à medida que se baseia em relações históricas, religiosas e de afinidade, o que se contrapõe a percepções simplificadas acerca dos elos geracionais dos indígenas.

Considerações finais

A partir de fontes orais e bibliografias, analisamos as relações históricas e de parentesco presentes nas narrativas dos indígenas Kalankó, destrinchando complexas relações sociais, apesar das limitações, e apresentando uma perspectiva complexa do parentesco. Nesse sentido, distanciamos este de relações exclusivamente sanguíneas e o correlacionamos a características sociais, constituídas em migrações, violências, sobrevivências e mobilizações, como o reconhecimento, consequência das reivindicações em 1998 (AMORIM, 2017). Ainda que a memória Kalankó registre o parentesco, a pluralidade de descendentes e a ausência de dados precisos dificultam a plena estruturação das descendências procedentes das primeiras famílias vindas do aldeamento de Brejo dos Padres, onde seus ancestrais foram reunidos por missionários com finalidades de catequese.

Todavia, o conceito de parentesco empregado nesta produção não se enquadra numa tendência tradicional, própria ao estruturalismo francês – embora o utilizemos enquanto referência –, pois enfatizamos as relações sociais enquanto predominantes na construção ou “recorte” de parentes, sendo elas motivadores, por exemplo, da organização das estruturas parentais apresentadas (HERBETTA, 2011).

⁶⁷ Ver: Herbetta (2011, p. 117).

Portanto, rituais, histórias e memórias tendem a melhor contribuir na identidade Kalankó em comparação às relações de parentesco, em certa medida importantes reforçadores da origem comum – as famílias Higino e Severo –, porém secundárias ante o pertencimento ancorado nas memórias, território e trajetórias históricas, responsáveis pela capilarização da experiência familiar, o que se contrapõe a teorias generalizantes do parentesco e torna imprescindível a pesquisa de campo.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- AUGÉ, Marc. **Os domínios do parentesco**: filiação, aliança matrimonial, residência. Coimbra: Edições 70, 1975.
- AMORIM, Siloé Soares de. **Resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano**. Maceió: Iphan-AL, 2017.
- ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. **O Reencantamento do Mundo**: Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2º ed. Maceió: Contra Capa Livraria/ LACED, 2004. p. 231-280.
- HERBETTA, Alexandre Ferraz. **Peles braiadas**: modos de ser Kalankó. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- HERBETTA, Alexandre Ferraz. **A idioma dos índios Kalankó** – uma etnografia da música no alto sertão alagoano. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- HOHENTAL JUNIOR, W. D. As tribos indígenas do médio e baixo São Francisco. In: **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, v. 12, p. 37-71, 1960.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MURA, Cláudia. **“Todo mistério tem dono!”**: ritual, política e tradição de conhecimento entre os Pankararu. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- OLIVEIRA, Carlos Estevão de. O ossuário da “Gruta-do-Padre”, em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste. In: **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume**: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó – Alagoas. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2018.
- PINTO, Estevão. Dados históricos e etnológicos sobre os Pankararu de Tacaratu (remanescentes indígenas dos sertões de Pernambuco). In: **Muxarabis & Balcões**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- SILVA, Moisés de Oliveira. **Os Kalankó**: memória da seca e técnicas de convivência com o Semiárido no Alto Sertão alagoano. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.
- Enviado em 30/04/2023
Avaliado em 15/06/2023